

cadernos do
**terceiro
mundo**

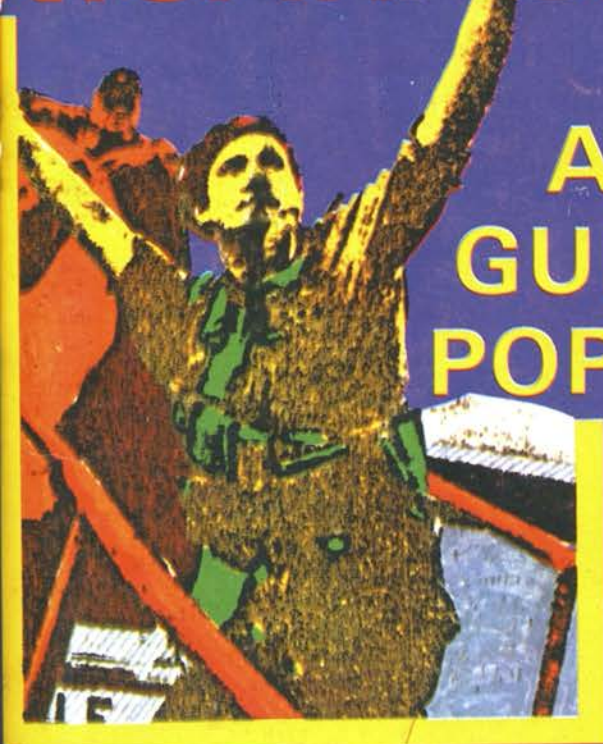
8

CULTURA
de Mário Benedetti

Out.

40\$00 Kz 40,00 Esc. 40\$00 PG 40,00 — Ano 1 N.º 8

NICARÁGUA



**A
GUERRA
POPULAR**

IRÃO
o regime
condenado

S/Loja - RJ
242-957

IGREJA
a opção
política
dos
cristãos



campanha das mil assinaturas

esperamos a cooperação dos
amigos e leitores dos

cadernos do
terceiro
mundo

r. pinheiro chagas 41 · 2º d.
lisboa

8

Nesta edição

2 correio do leitor

4 editorial

américa latina

- 7 a batalha da Nicarágua ✓
a marcha para a vitória — *Ignácio Briones Torres* ✓
fala o comandante Zero ✓
- 15 brasil — a morte de juscélinho: acidente ou ✓
atentado — *Antônio Almeida* ✓
um mártir da igreja ✓
repressão: o episódio do PARASAR ✓
- 23 venezuela — a defesa dos direitos humanos
- 25 haiti — o populismo de Baby Doc — *Walter Tesh*
- 27 eua — «chicanos» em luta pela educação — *Arturo Madrid*
- 31 argentina — entrevista com o ERP — *Eric Nepumoceno*
- 36 igreja — de Medellín a Puebla — *Luís Maira*
-

médio oriente

- 43 Campo David: o «boomerang» de Carter
- 48 irão — o regime condenado
-

áfrica

- 51 ilhas do Índico na mira dos mercenários — *Beatriz Bissio*
- 60 angola-zaire — Neto em missão de paz — *Neiva Moreira*
a ofensiva diplomática e a reconstrução
nacional — *Mário Junqueira*
- 68 quênia — e depois de Kenyatta? — *Micaela Ramada*
- 73 áfrica austral — os movimentos de libertação — *Paulo César Braz*
- 80 zimbabwe — o encontro Nkomo-Smith
-

84 panorama tricontinental

- 94 moçambique — um exército povo — *Miguéis Lopes Júnior*
estruturação do partido — *Carlos Cardoso*
-

cultura

- 109 mário Benedetti: a cultura uruguaia não morre
- 119 guiné-bissau — uma escola que irradia
-

125 almanaque

cadernos do
terceiro
mundo **8**



cadernos do terceiro mundo 8

Publicação mensal — n.º 8/Outubro de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Chefe de Redacção: Roberto Remo

Edição em Espanhol ano II n.º 24

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português ano-I n.º 8

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboram neste número: António Almeida, Arturo Madrid, Carlos Cardoso, Eric Nepomuceno, Ignacio Briones Torres, Luís Maira, Mário Junqueira, Micaela Ramada, Miguéis Lopes Júnior, Paulo César Braz, Sarita Rita, Vasco, Walter Tesh.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Agência de Informação de Moçambique (AIM), da Inter Press Service (IPS), da Irakian National Agency (INA), da SHITATA (agência tanzaniana), da Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantem intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL ANUAL (12 números) 380\$00

semestral (6 números) 220\$00

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) *por via aérea*

Angola, Moçambique, Cabo Verde

Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) OU

14 DÓLARES USA

Restantes Países 17 DÓLARES USA

correio do leitor

Tanto para mim como para a colónia latino-americana desta zona, o material dos "Cadernos é de um valor inestimável para interpretarmos os acontecimentos do Terceiro Mundo. Continuarão a ter em nós os leitores pontuais e difusores desse trabalho editorial chamado a ocupar a primeira linha do jornalismo mundial, tanto pela relevância dos temas, como pela qualidade e seriedade da sua equipa jornalística. — Valentin González — Gotemburgo, Suécia.

Tenho interesse em fazer uma assinatura dos "Cadernos", e gostaria de obter informações de como se processa a mesma. Facilitaria também agradeceria, se conseguisse, através de vocês, as publicações em espanhol. — Lenilda Soares — São Paulo, Brasil.

Seria importante que vocês começassem a analisar e a informar desde já sobre os temas da Conferência dos Não Alinhados do próximo ano em Havana. Esta será uma boa oportunidade para uma discussão em profundidade dos grandes problemas do Terceiro Mundo. — Catarina Salas — Cali, Colombia.

Por que ainda não apresentaram na revista algum bom trabalho sobre Cabo Verde? Das novas nações africanas de expressão portuguesa, além do Almanaque, nada li de efectivamente consistente. — Mário G. Ferreira — Lisboa, Portugal.

carta ao leitor

A nossa homenagem ao XI Festival da Juventude e dos Estudantes, que recentemente teve lugar em Havana, é a nossa contracapa deste número, onde ostentamos com orgulho a flor-símbolo do Festival.

Temos recebido com assiduidade cartas e opiniões de leitores e amigos, que no nosso dia, ajudam-nos a melhorar a revista.

Pelo nosso reduzido espaço dedicado ao "correio do leitor", somos obrigados a fazer uma selecção daquelas cartas que, ou pelo seu conteúdo, ou pelas perguntas que formulam, tenham interesse o mais amplo, possível. Daí então a razão de respondermos a quase totalidade da nossa correspondência individualmente e pelo correio, e cremos que com isso respondemos ao leitor que de Luanda nos escreveu em carácter pessoal.

Mais cartas nos chegaram do Brasil, a reclamarem pela não chegada das revistas de assinantes. A resposta já foi dada no número anterior, e a nossa esperança é de que brevemente as coisas comecem a melhorar.

Sobre Cabo Verde, temos programado para um dos nossos próximos números, um consistente trabalho onde serão abordados alguns dos principais problemas e sucessos do processo em curso naquele importante arquipélago.

E as palavras de apoio que continuamos a receber, os constantes incentivos para mantermo-nos firmes no trabalho que nos propusemos, são o maior estímulo que esta equipa de jornalistas pode ter.

Existimo-nos gratificados. Existiria porventura, para um jornalista honesto, tarefa mais estimulante do que, através de uma Informação séria e consciente, facilitar às pessoas uma formação política, também séria e constante?

O Editor.

Tempos decisivos

A América Latina entra novamente num período de grandes tensões políticas e sociais. Abordamos neste número os acontecimentos na Nicarágua, onde o nosso correspondente Ignacio Briones Torres realizou uma cobertura "in loco" do que se passa no seu país. Dirigimos também a nossa atenção para a reunião da CELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana), a terceira que se realiza, e desta vez em Puebla, onde os católicos progressistas enfrentam o desafio fundamental de comprometer cada vez mais a Igreja com as aspirações de mudança dos povos latino-americanos.

Ocupamo-nos também de outras áreas, como o Haiti, onde é analisada a figura sinistra de "Baby Doc", dos problemas dos "chicanos" nos Estados Unidos, da posição da Venezuela em relação aos tão em moda Direitos Humanos e apresentamos uma entrevista com Enrique Haroldo Gorriarán, actualmente em Cuba, onde o nosso colaborador Eric Nepomuceno foi entrevistar o último remanescente da Direcção Política do PRT argentino (ERP).

Fechamos a América Latina com o Brasil, onde António de Almeida aponta indícios que levantam suspeitas sobre a morte do ex-Presidente Juscelino Kubistchek, o criador de Brasília, e com uma entrevista do escandaloso caso do PARASAR, de um dos seus principais intervenientes, o ex-deputado federal Maurílio Ferreira Lima.

Na África ocupamo-nos da morte de Jomo Kenyatta, a ofensiva diplomática de Angola e da recente visita do presidente Neto ao Zaire, analisada pelo nosso editor internacional, Neiva Moreira.

Da África falamos ainda dos Movimentos de Libertação da África Austral, numa série que neste número se inicia, do nosso colaborador Paulo César Braz, e dos recentes acontecimentos no Zimbábue.

Beatriz Bissio diz-nos, objectivamente, das pretensões do imperialismo sobre os Comores e as Seychelles, onde o mercenarismo, pago a peso de ouro se manifesta através das palavras de Bob Denard.

O Médio Oriente mantém-se sempre foco de atenção do Mundo, e além do Irão, a equipa dos *CADERNOS DEL TERCERO MUNDO*, do México, faz uma excelente cobertura sobre as negociações de Camp David.

E para terminar, na área cultural, apresentamos uma longa entrevista com Mário Benedetti, o famoso escritor uruguaio, bem como as opiniões de Marcos Arruda, geólogo e economista brasileiro, sobre os problemas da educação de adultos em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

editorial

CARTER:

«sandinismo não, somozismo não, imperialismo sim!»

A Nicarágua oferece a dimensão exacta da política humanitária do presidente norte-americano James Carter.

Este país da América Central, sujeito à tirania da família Somoza desde 1936, é um dos casos escandalosos da ausência de liberdade e de repressão violenta, com inúmeros casos de assassinatos políticos. A economia e o regime dependem simultaneamente em grau superlativo dos Estados Unidos.

A Guarda Nacional, único e último sustentáculo da família Somoza, é criação do Pentágono, que a converteu num exército especializado na guerra "anti-subversiva". E é um facto, que se Carter se decidisse a por fim à ditadura, esta se desmoronaria de imediato.

Não resta dúvida, que a única preocupação da Casa Branca face ao completo desgaste do **somozismo**, foi a procura de um aliado para suceder ao ditador. Não o encontrando, tem prolongado indefinidamente a vida do sinistro regime.

Perante a aprofundização da crise nicaraguense, a grande imprensa internacional mostrou-se compreensiva em relação às contradições de Carter. Explicou mesmo que o presidente norte-americano procurou desembaraçar-se de Somoza e que via no dirigente oposicionista, Joaquim Chamorro, um candidato aceitável para o governo de Manágua.

Mas o assassinato de Chamorro e a radicalização do quadro nicaraguense — continua a justificação — deixaram Carter sem alternativa para o problema. Hoje, a queda de Somoza significaria a ocupação do Poder pelo **sandinismo**, o movimento de libertação nacional do pequeno país.

Com isto, aceita-se o facto fundamental: Carter, que pretende erigir-se em campeão universal dos Direitos Humanos, não pode tolerar a libertação de um país dentro da esfera de influência norte-americana, mesmo que ali seja praticada a mais brutal afronta aos Direitos Humanos.

A superpotência aspira a que se restaure no continente a democracia liberal, sempre e quando a mesma contiver a manutenção da hegemonia e dos interesses globais dos Estados Unidos.

Este raciocínio cínico e oportunista preside, efectivamente, à actual política norte-americana, e reduz o comportamento humanista de Carter a simples retórica.

Por se situar perto de Cuba, diz-se, pela sua localização na América Central, e por se achar próxima do seu território, a presença de um movimento de libertação na Nicarágua afectaria os interesses estratégicos norte-americanos. Em função destes, nega-se pois aos nicaraguenses a opção que fizeram a favor do **sandinismo**, que foi a única oposição eficiente e total à ditadura.

Como se sabe, depois do assassinato de Chamorro em Janeiro último, produziu-se uma impressionante e heróica sublevação popular na Nicarágua, onde todos os sectores da população se pronunciaram por meio da greve geral e manifestações, incluindo o comércio e a indústria, e a ditadura estava isolada, encurralada, e a ponto de se afundar.

Carter, afirmava-se, havia abandonado o general-presidente Somoza à sua sorte, e este tinha os seus dias contados. Nesses dias, os serviços de informação norte-americanos detectaram e constataram uma grande verdade: o crescimento da adesão popular ao **sandinismo**, que estava destinado a jogar um papel importante, se não preponderante, no futuro governo. Então, a diplomacia norte-americana alterou a sua posição de abstenção. OS seus representantes expressaram aos empresários nicaraguenses que deveriam terminar a greve, quebrando desta maneira a unidade total da resistência anti-somozista.

E, por sua vez, prometeram que conseguiriam do próprio Somoza uma mudança em direcção a uma abertura democrática, sob o lema "nem somozismo, nem sandinismo".

Washington logo pressionou Somoza dando ordem para que este abrandasse a repressão e preparasse uma saída eleitoral em 1981 com lugar para a oposição "moderada".

Somoza não podia pedir mais. A abstenção de Carter convertia-se em

editorial

apoio. Confirmavam-se os seus planos de permanecer como presidente até 1981 e colocar depois um governo sob seu controlo, que o conservasse como detentor do poder real e lhe assegurasse o gozo da sua multimilionária e ilegítima fortuna. Em troca destas mínimas concessões, o ditador nicaraguense recebeu um insólito prémio: a celebre carta que lhe dirigiu Carter para felicitá-lo pelos progressos alcançados em matéria de direitos humanos na Nicarágua.

Por outras palavras, a atitude norte-americana quis significar: já que o que importa é impedir o avanço do sandismo, resignamo-nos a que o **somozismo** prepare o **neosomozismo**, e insistiremos para que isto se faça da maneira mais liberal que seja possível dentro das circunstâncias.

A consequência desta política norte-americana foi uma maior vinculação entre o **somozismo** e o imperialismo norte-americano, demonstrando que nem mesmo a variante liberal dos Estados Unidos encarnada por Carter representa uma esperança para o país. Assim cresceu ainda mais a popularidade da Frente Sandinista. Esta continuou a ofensiva e, depois da tomada do Palácio Nacional, foi a protagonista da mais impressionante resistência que o país jamais conheceu.

Mas ao mesmo tempo, esta evidência acentuou o alarme norte-americano. Carter contemplou durante semanas a repressão mais sanguinária, um espectáculo que comoveu o mundo. E assim fez precisamente pela grande difusão que teve a batalha da Nicarágua.

O trágico episódio resultou clarificador: a manutenção deste regime nas vizinhanças do império tira todo crédito à política dos Direitos Humanos de Carter. Esta política sofreu graves feridas com as "excepções" similares feitas por Carter para com outras ditaduras em países que salvaguardam o interesse e a segurança dos Estados Unidos, como o Irão, Zaire e Coreia do Sul. Mas na Nicarágua, a ferida foi de morte.

AMERICA LATINA

a batalha da Nicarágua



Hoje ou amanhã o ditador será derrubado. E os milhares de mortos nas devastadas cidades nicaraguenses tornam cada vez menos viável o "somozismo sem Somoza". Todo o homem e toda a mulher, animados por uma consciência democrática e revolucionária em qualquer parte do mundo estão convocados a converter em ajuda concreta a crescente solidariedade internacional aos heróicos combatentes da Nicarágua.

Não é o momento apropriado para analisar se a ofensiva sandinista foi ou não oportuna, se a luta deve ser nas montanhas ou nas cidades, ou se é justa ou inadequada a aliança de classes que foi construída na prática na Nicarágua. O concreto é que há uma insurreição popular generalizada, um país em armas, cujos combatentes se inspiram no exemplo histórico do general Augusto Cesar Sandino e não medem esforços nem sacrifícios para libertar a sua Pátria da tirania que a oprime há meio século.

Também é cedo para análises militares, embora seja inegável que o balanço das últimas semanas é amplamente favorável às forças revolucionárias, o que reduziu ainda mais a área de manobra da ditadura, e dos escuros interesses internacionais que ainda a mantêm.

UMA CAUSA JUSTA

Os exemplos de que não se trata de um levantamento guerrilheiro sem razões políticas nem bases populares, encontra-se em toda a parte. Uma greve que une operários e empresários e consegue inclusive obter o caloroso apoio das classes médias menos propensas a transformações sociais, re-

vela a extensão e a profundidade da resistência.

Cerca de trezentos milhões de dólares são levados do país para o estrangeiro. O pânico generaliza-se entre os banqueiros e os empresários, muitos dos quais asfixiados pela ditadura. Eles já não têm dúvidas de que não haverá perspectivas para os negócios, nem segurança física para os empresários.

Somoza é hoje um homem encurralado num "bunker", a ditar ordens patéticas como fazia Hitler de um subterrâneo, nos últimos momentos da batalha de Berlim. Mas, como Hitler, também está condenado a ser sepultado sob os destroços do seu palácio ou a desaparecer abatido pelos punhais dos seus cúmplices, que já começam a temer pelos seus próprios destinos.

No campo internacional Somoza é hoje um cadáver político. Poucas vezes depois da guerra civil espanhola e do auge da guerra do Vietnam, uma causa teve maior apoio internacional, mais governos aliados,

A "Guarda Nacional", exército pessoal de Somoza, onde frutificam já as contradições



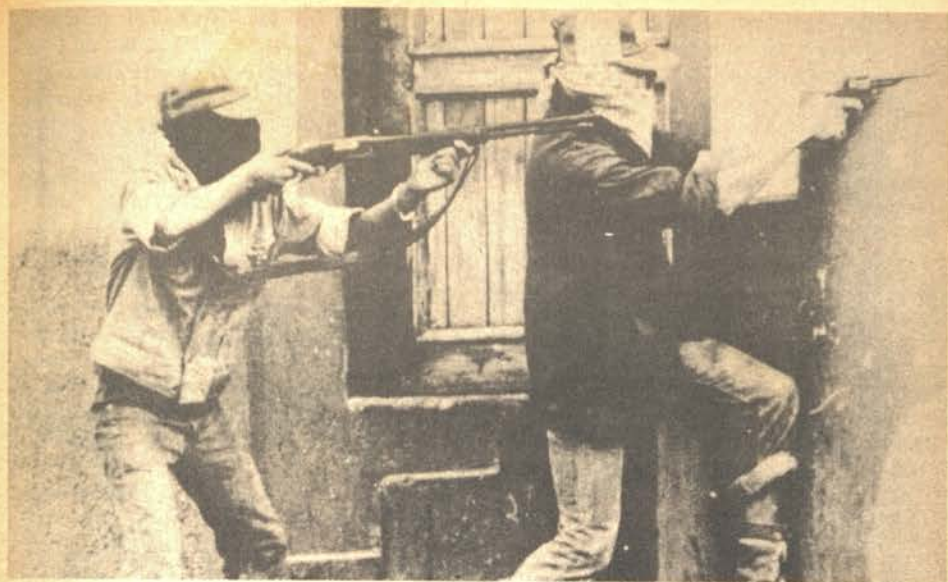
e mais jovens decididos a unirem-se ao combate e aos sacrifícios do povo, do que a luta exemplar e histórica da Nicarágua.

Os "falcões" do Pentágono e de Wall Street e os fariseus que na Casa Branca jogam com os Direitos Humanos e fecham os olhos ao genocídio somozista, estão cada vez mais isolados e sem ânimo para continuar a sustentar a ditadura.

A SOLIDARIEDADE NECESSÁRIA

Os quatro ou cinco mil mortos em Manágua, Leon, Jinotepe, Masaya — gloriosa Masaya — Esteli e outras cidades devastadas pela aviação, pela artilharia e pelos tanques norte-americanos e israelitas vendidos ou oferecidos a Somoza, constituem um compromisso irrenunciável de luta até à vitória final. Mais ainda: de exigência de soluções verdadeiras para o povo e não aparências de liberdade democrática que disfarçam falsas soluções, que sejam apenas a continuação do somozismo, sem Somoza.

Ninguém deve enganar-se com o destino da luta na Nicarágua. Somoza está liquidado e não será fácil impôr ao povo a continuação do somozismo. Hoje ou amanhã novas ofensivas sacudirão as cidades e as montanhas. De um modo ou de outro, os combatentes receberão as armas que necessitam. A tenebrosa Guarda Nacional, cujos crimes revoltam não só os mexicanos e latino-americanos, mas as consciências de todo o mundo, será impotente para resistir às ofensivas que hão-de vir. Os sócios ou aliados de Somoza, que são Washington, Tela-



Matagalpa: resistência de porta em porta

vive e a OEA, cedo ou tarde comprovarão a inutilidade da sua resistência, enquanto a apoio internacional ao povo da Nicarágua será cada vez mais ofensivo e caudaloso.

Esse apoio é hoje um dos compromissos mais urgentes dos governos e povos que professam a liberdade e rejeitam a opressão. Deve ser efectivo e imediato. Seja muita ou pouca, a solida-

riedade com a Nicarágua deve ser concreta e oportuna. Os jovens, os velhos e as crianças que estão morrendo e vão morrer nesta luta heróica devem saber que não estão sós.

a marcha para a vitória

A operação sandinista "Morte ao somozismo, Carlos Fonseca Amador" realizada no dia 22 de Agosto de 1978, pelo comando Rigoberto Perez, entrou para a história da Nicarágua e talvez para a dos combates dos povos do Terceiro Mundo, como modelo de acção revolucionária, tanto no seu aspecto militar como político. Uma acção espectacular e única,

Ignácio Briones Torres

como nunca ocorrera antes em nenhum lugar, que poderá ser superada no futuro, mas nunca repetida. Esta é a opinião unânime dos numerosos jornalistas e políticos de oposição que foram ao mesmo tempo reféns e testemunhas da operação guerrilheira.

Durante 45 horas os sandinistas mantiveram em suspenso todo o sistema nervoso da República e assentaram o mais duro golpe já sofrido pelo somozismo até à presente data.

Estávamos no Palácio Nacional quando o comando penetrou no edifício. O

nicarágua nosso relógio marcava 11.45. Como a maioria das pessoas que os viram chegar também nós pensamos que aquele conjunto de jovens fortemente armados que irromperam pelos corredores e andares deviam ser membros da Escola de Treino Básico de Infantaria da Guarda Nacional.

Esta escola, um verdadeiro desperdício neste pequeno país de 3 milhões de habitantes, foi montada há cerca de oito meses e custa cerca de 24 milhões de córdobas anuais (4 milhões de dólares). A idade média dos seus alunos é de 17-20 anos e está capacitada a produzir 800 soldados em cada três meses, com uma preparação de combate superior à dos outros membros do Exército (Guarda Nacional) regularmente constituído por 8 mil homens. O seu objectivo fundamental é, precisamente, a formação de uma tropa de elite capaz de enfrentar a crescente e bem sucedida combatividade da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Foi somente quando o primeiro dos guerrilheiros imobilizou um dos guardas que vigiavam a entrada da Câmara de Deputados é que soubemos que podia ser um ataque sandinista. Haviam decorrido cinco minutos e a guerrilha estava de posse do seu objectivo.

O comandante "Zero", Eden Pastora, já tinha penetrado no recinto da Câmara e um nutrido e estrondoso fogo troava em todo o edifício.

A GUARDA VEM A CORRER

Manuel Eugarríos, ex-

-presidente do Sindicato de Jornalistas e redactor parlamentar de *La Prensa* relata a entrada do chefe guerrilheiro no salão de sessões: *"Um porteiro nos avisa: 'Quem sabe o que está a acontecer, a Guarda vem a correr'. Apenas nos levantámos e demos um passo rumo à porta quando, a um metro de nós, já há vários soldados em frente da entrada. O comandante 'Zero' já havia penetrado no recinto da Câmara vomitando fogo com a sua potente metralhadora G-3 de fabricação alemã, disparando contra o tecto enquanto os seus soldados faziam a mesma coisa nos flancos..."*

"Todos deitados" ordenou o comandante.

Os deputados pensaram que era um golpe de Estado que era esperado desde que o regime de Anastásio Somoza Debayle entrou em crise, em Outubro de 1977, e que os soldados vinham à Câmara com a missão de capturá-los. Este pensamento desvaneceu-se em alguns segundos. Luís Pallais Debayle, o primo de Somoza, que serve de porta-voz do partido governamental recebeu a ordem de comunicar ao ditador as exigências dos combatentes. Entretanto — afirma Eugarríos — dois guarda-costas, dos oito ou nove que sempre acompanham o repudiado político somozista, destruíram as suas credenciais de agentes con-

A Cruz Vermelha...





... e os bispos serviram de mediadores entre os guerrilheiros da Frente Sandinista e Somoza

fidenciais do regime e juntos com o seu chefe tiveram um forte ataque de nervos.

Do outro lado da linha, Somoza recebia a incrível notícia. Os efectivos da Guarda Nacional que mantém, desde 1974, um cerco de espingardas e metralhadoras em torno do Palácio das Comunicações, distante apenas uns 200 metros do local dos acontecimentos, vinham a disparar rumo ao Palácio por entre as numerosas pessoas que tinham conseguido chegar às ruas de acesso antes que os guerrilheiros fechassem as portas do edifício sob o seu poder.

Nova chamada a Somoza. Se os soldados não parassem de disparar, os re-

féns começariam a ser executados. Cessou o fogo. Chegaram Monsenhor Miguel Obando y Bravo e dois bispos que o acompanharam como mediadores. Eram 2.15 da tarde. A Nicarágua vivia entre a euforia, a incerteza, o risco e a esperança.

SOMOZA ACEITA

Durante os 19 anos de existência da FSLN, os nicaraguenses aprenderam que os membros desta organização actuam com a convicção, a verdade e o sacrifício dos revolucionários (*"Quando uma revolução é verdadeira, ou se triunfa ou se morre"* - dizia Che).

Não havia portanto dúvi-

das a respeito do comportamento dos sandinistas. Mas Somoza?

Desde a redacção de 24 HORAS que tratamos de comunicar com Emigdio Suarez, colega na condição de refém. A linha telefónica estava ocupada por Francisco Angel Papi, deputado do partido governista, chamando Somoza.

"General, se ama o seu povo e a mim aceite as condições dos guerrilheiros. Senão, morremos todos".

Neste momento, apesar da oposição de alguns militares membros do seu Estado-Maior, Somoza já havia decidido aceitar. O amplo sorriso com que Monsenhor Obando voltou ao Palácio Nacional - convertido já em "Território Livre da Nicarágua" foi o primei-

ro sintoma de que as negociações haviam alcançado êxito para os guerrilheiros.

O SOMOZISMO SERÁ VENCIDO

Eram seis da tarde de quarta-feira, 23, em Manágua. A voz do locutor que é simultaneamente oficial superior da Secretaria de Informação e Imprensa da Presidência fez-se ouvir na cadeia nacional de radiodifusão: (...) o Comandante Sandinista Rigoberto Lopéz Perez por ordem de Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) presidida por Daniel Ortega Saavedra, Victor Tirado Lopez e Humberto Ortega Saavedra, leva a cabo a operação revolucionária "Morte ao Somozismo, Carlos Fonseca Amador" com o objectivo de fortalecer a insurreição armada popular sandinista que desde Outubro do ano passado o nosso povo trabalhador de índios, operários, camponeses e estudantes e todos os nicaraguenses honrados e patriotas impulsionam em todo o país e que não cessará até à destruição da sanguinária Guarda Nacional e da camarilha civil somozista e da construção de um verdadeiro Governo democrático e popular, apoiado por todos os sectores anti-somozistas do país até à construção também de um verdadeiro Exército Nacional que substitua a Guarda Nacional e no qual terão lugar aqueles membros da Guarda Nacional que desde agora abandonem o somozismo e apoiem a causa do povo da Nicarágua, pela sua libertação e democracia popular. O Comandante Sandinista



Somoza visto por Vasco

Rigoberto Lopéz Perez adverte o Governo somozista que cumprirá até às últimas consequências a missão ordenada a este Comandante pela nossa direcção nacional. Todó o sangue que venha a ser derramado no cumprimento desta nobre e justa operação é da responsabilidade absoluta da camarilha somozista que durante quarenta anos de poder provocou mais de trinta mil mortos entre os irmãos nicaraguenses..."

O locutor continuou a cumprir a ordem de ler com a devida entonação o documento. Toda a Nicarágua tinha postos os olhos e os ouvidos nos receptores. Em algumas fábricas os operários interromperam o trabalho e nas ruas um

público numeroso rodeava os veículos para escutar a mensagem sandinista sintonizada pelos seus locutores. "Viva a Insurreição Popular Sandinista - enfatizava o locutor - Viva a unidade de todo o povo. A Guarda Nacional e o somozismo serão vencidos pelo povo. Os ouvintes trocavam olhares de aprovação.

VITÓRIA

Com a primeira leitura do comunicado o regime de Somoza começava a dar cumprimento às exigências. Na mesma noite o Comandante permitiu a saída de um grande contingente de mulheres, cumprindo por seu lado a primeira parte das suas obrigações na negociação.

Na manhã de quinta-feira, todas as ruas que conduzem ao aeroporto estavam inundadas de gente. No aeroporto vimos a mãe de Marcio Jean, D. Albertina Serrano y de Jean, que meses antes havia simbolizado todo o espírito de sacrifício da mulher nicaraguense, liderando uma greve de fome de mais de 30 dias que pedia o fim do isolamento na prisão do co-

mandante Tomas Borge e do seu filho Marcio.

Como em muitas ocasiões anteriores o regime havia-se mostrado duro e insensível e somente cedeu quando a greve, com a participação de quase uma centena de cidadãos entre mulheres, estudantes e operários, se converteu num imenso clamor nacional. Agora D. Albertina via o seu filho — ao longe to-

mando o avião — libertado pelos seus companheiros de luta, junto com 59 combatentes da FSLN que a ditadura mantinha na prisão.

A operação "Morte ao Somozismo, Carlos Fonseca Amador" terminou às 10 horas da manhã de quinta-feira, 23 de Agosto. A Frente Sandinista havia travado e vencido mais uma batalha.

fala o comandante Zero



Momentos antes de evacuar o Palácio Nacional da Nicarágua e quando a operação já havia sido coroada de êxito, o Comandante Edén Pastora, chefe do comando Rigoberto López Peres, concedeu uma entrevista exclusiva ao jornalista Francisco Rubiales, publicada pelo semanário "Universal" de Costa Rica, da qual reproduzimos algumas das passagens mais importantes.

Comandante Zero, considera o resultado da operação como uma derrota ou uma vitória para a Frente Sandinista?

— Definitivamente trata-se de uma grande vitória pois conseguimos o que exigíamos.

Como ficou a negociação dos dólares?

— Foram uns 500 mil. Posso afirmar-lhe que a operação custou mais do que o que recuperámos mas o mais importante é o facto político: a publicação

dos comunicados e a libertação dos presos; o resto é secundário.

Foram libertados todos os prisioneiros?

— Muitos não foram encontrados nas prisões, será necessário ir buscá-los nos cemitérios.

Quantos morreram?

— Uns 25 a 30 companheiros foram massacrados nas prisões ou nos próprios locais de captura.

Comandante, onde foi treinado o Comando Roberto López Peres, já que há versões que teria sido em Cuba?

— Somos todos nicaraguenses e treinamo-nos na Nicarágua. O resto é especulação dos políticos.

Poderia resumir-nos o desenvolvimento da operação?

— A Direcção Nacional deu-me instruções para libertar os nossos companheiros presos. Sob estas ordens começámos a trabalhar e levámos a cabo a ocupação do Palácio Nacional. Temos um companheiro ferido e sabemos que a Guarda Nacional atirou indiscriminadamente nos arredores do palácio provocando dez feridos e cinco mortos. Depois de 24 horas de negociações a ditadura cedeu às nossas exigências.

Sabe-se que a Frente está dividida em três tendências. A qual pertencem vocês e quais são as diferenças com relação às outras duas?

— Smos um grupo Terceirista, de tendência política sandinista revolucionária. As diferenças podem ser enquadradas na forma de levar a guerra revolucionária. Nós propomos a insurreição armada a curto prazo, na faixa do Pacífico



O Comandante Zero, Edén Pastora, despede-se da Nicarágua ao tomar o avião juntamente com os presos políticos libertados pela operação. Pouco depois reingressaria no país para continuar o combate contra Somoza

onde está concentrada a maior parte da população. Pelo contrário, a tendência Guerra Popular Prolongada (GPP) busca acumular forças nas montanhas através da guerrilha. Dedicou-se a isso nos últimos meses tendo sido praticamente quase aniquilada pelo inimigo.

É notória a participação dos bispos nas negociações. Qual é a relação entre a Frente Sandinista e o Cristianismo?

— O nosso povo é eminentemente cristão, católico. A Frente está aberta a todos os credos políticos e religiosos. Como a nossa população é maioritariamente católica, a maioria dos nossos militantes também o são.

Comandante, considera esta operação útil para derubar Somoza?

— Isto vai acelerar o processo. Quando cairá? Pode ser amanhã ou dentro de um ano, mas Somoza cai, apesar dos fortes interesses

económicos norte-americanos na Nicarágua. Eles apoiam Somoza, isto é facilmente visível.

Dizem que o grande problema da Nicarágua é que não há solução intermediária entre Somoza e a revolução marxista...

— Atrás de Somoza há um vazio de poder e encontra-se a Frente Sandinista como uma política nacionalista, intolerável para o imperialismo aqui na América Latina.

Poderia falar-nos brevemente de si próprio?

— Tenho 42 anos, nasci numa aldeia remota da Nicarágua. Fui criado num lar conservador, católico, educado por jesuítas. Ao longo da vida perdi muitas coisas como todo o militante. A mulher, a felicidade, o modo de viver, muitas coisas.

Continua a ser aluno dos jesuítas ou dos marxistas?

— Sou Sandinista revolucionário.

BRASIL

a morte de Juscelino: acidente ou atentado?

No Brasil

*acumulam-se as opiniões de que,
tal como nos casos de Pratts, Torres,
Michelini, Gutiérrez Ruiz e Letelier,
o «acidente» que vitimou
o antigo Presidente
foi na realidade
mais um crime político*

EM Buenos Aires numa determinada época, a lista dos que deveriam abandonar rapidamente a Argentina circulava pelas redacções dos jornais e agências telegráficas, ou eram divulgadas nos comunicados da Tríplice "A". Numa dessas sinistras listas, apareciam nomes como os dos generais Juan José Torres, Carlos Pratts, o do ex-presidente brasileiro João Goulart, o do senador uruguaio Wilson Ferreira Aldunate, e outros políticos então exilados em Buenos Aires ou Montevidéu.

Tanto o ex-presidente da Bolívia, general Juan José Torres, como o ex-comandante do exército chileno, general Carlos Pratts, foram assassinados. O sena-

dor Wilson Ferreira Aldunate conseguiu escapar, mas dois dos mais eminentes legisladores uruguaio, que pela sua juventude, seus dotes políticos e a correcção de suas vidas, poderiam realizar um grande trabalho na reconstrução de um Uruguai democrático, foram igualmente mortos. Eram o senador Zelmario Michelini e o deputado Héctor Gutiérrez Ruiz.

João Goulart, ex-presidente do Brasil, morreria pouco depois do sequestro e assassinato de Michelini e Gutiérrez Ruiz, seus amigos íntimos. Não estão devidamente esclarecidas as circunstâncias da morte de Goulart, que se deveu aparentemente a um problema cardíaco-vascular, e que ocorreu numa propriedade rural no interior da Argentina.

António Almeida

Alguns dos seus familiares consideram suspeitosas as circunstâncias de sua morte, sobretudo pelas dificuldades que algumas autoridades criaram à realização da autópsia. Esses familiares esperam que a Argentina e o Uruguai se reintegrem na vida democrática, para pedirem uma investigação séria e imparcial do caso.

Em todos os crimes praticados em ambas as margens do Prata, assim como nos demais países do Cone Sul, ficou patente o trabalho comum das polícias secretas do Uruguai, Argentina, Brasil, Paraguai e Chile. Com a assistência per-

brasil manente da CIA, obviamente.

Essa coordenação inter-policial teve o seu ponto culminante no assassinato em Washington do ex-chanceler de Allende, Orlando Letelier. Pelos dados conhecidos, o assassinato de Letelier foi determinado pelo ditador Augusto Pinochet, e o principal agente do crime foi o general Manuel Contreras Sepúlveda, então comandante da DINA, a tenebrosa polícia política chilena. Sepúlveda não se limitava, sem dúvida alguma, a maquirar e dirigir crimes no Chile. Também actuava para além das fronteiras do seu país.

CARTA A FIGUEIREDO

Uma dessas intervenções em estilo "mafioso", foi descoberta quando divulgou-se no Rio de Janeiro uma carta confidencial, enviada pelo então coronel Manuel Contreras Sepúlveda, director da Informação Militar Chilena, ao general João Baptista Figueiredo, que exercia na época o cargo de director do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Brasil, posto que só abandonou para candidatar-se à Presidência da República. Essa carta foi divulgada imediatamente após a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que com Letelier ali aparece citado. Como era de esperar, tanto em Brasília como em Santiago, a veracidade do documento foi negada pelas autoridades. Mas os familiares de Kubitschek, entre eles a sua filha Márcia, declararam que estavam absolutamente convencidos de sua autenticidade.



A carta de Sepúlveda a Figueiredo

Santiago, 26 de Agosto de 1975

Distinto senhor general:

Recebi a sua remessa do dia 21 de Agosto de 1975, e ao agradecer-lhe a sua oportuna e preciosa informação, é-me grato expressar-lhe a minha satisfação pela sua colaboração, que devemos estreitar ainda mais.

Em resposta, cumpre-me comunicar-lhe o seguinte:

1) Compartilho a sua preocupação pelo possível triunfo do Partido Democrata nas próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier. O que no futuro poderá influir seriamente na estabilidade do Cone Sul de nosso hemisfério.

2) O plano proposto por si para coordenar a nossa acção contra certas autoridades eclesiásticas e conhe-

cidos políticos social-democratas e democratas-cristãos da América Latina e Europa, conta com o nosso apoio.

3) A sua informação sobre a Guiana e a Jamaica é de uma inquestionável importância para essa direcção.

Por acreditar ser de importância para si, comunico-lhe que ultimamente o Governo do Chile tomou a decisão de libertar um grupo de presos que serão expulsos para países europeus. Transmitir-lhe-emos, à medida que nos chegue, a informação relativa à actividade política destes libertados, e os seus eventuais contactos com a emigração brasileira.

Saúdo-o muito atentosa-mente,

Manuel Contreras Sepúlveda

Director da Informação Nacional



No entanto, não foi só a sugestão criminal feita por Sepúlveda a Figueiredo o que alertou aos brasileiros sobre as causas reais da morte do ex-presidente, ocorrida em 22 de Agosto de 1976. A versão oficial do caso foi que o automóvel de Kubitschek saiu da pista por onde seguia na auto-estrada que liga o Rio a São Paulo, e foi embater na pista contrária contra um autocarro. Para dar crédito a esta versão, o condutor do autocarro, Josias de Oliveira, foi preso e levado

perante a Justiça. Todas as testemunhas do ocorrido, principalmente os passageiros do autocarro conduzido por Josias Nunes, declararam que não houve nenhum choque.

Não há nenhum elemento surgido na investigação que confirme a versão policial.

UM ENCONTRO ULTRA SECRETO

A viagem de Kubitschek de São Paulo ao Rio por es-

trada é precedida de muitos episódios contraditórios e misteriosos ainda não esclarecidos.

O ex-presidente raramente usava automóvel para essas viagens. Viajava sempre de avião. Esse dia pediu ao seu motorista, Geraldo Ribeiro, que viesse do Rio de Janeiro para se encontrar com ele em São Paulo afim de realizarem juntos a viagem fatídica. Geraldo trabalhava com Kubitschek havia trinta anos, e era um seu amigo leal. Morreu com Juscelino, desaparecendo



Juscelino, à esquerda, antes do "acidente"

assim o testemunho mais importante do acidente. A explicação que se deu posteriormente sobre o facto da viagem ter sido feita por automóvel e não por avião, foi que Kubitschek necessitava de um absoluto sigilo nessa viagem, pois teria um encontro ultra-secreto na estrada Rio-São Paulo, do qual nenhuma pessoa, a não ser o seu motorista, podia ter conhecimento.

Esse encontro seria o ponto culminante de importantes reuniões que o construtor de Brasília vinha realizando, e que alguns círculos do Serviço Secreto brasileiro consideravam "conspiratórios". Em São Paulo, onde iniciou a viagem que culminou com a sua morte, Juscelino havia reunido no dia anterior, em um jantar no Club Nacional, os ex-governadores paulistas Carvalho Pinto, Lucas Nogueira Garcez e Laudo Natel.

Juscelino estava convencido de que o regime do seu país avançava para uma abertura política que lhe permitiria candidatar-se à Presidência da República em 1978. Apoiava-se nos índices da sua popularidade, que ficou plenamente

demonstrada nas gigantescas manifestações populares em muitas cidades brasileiras, principalmente em Brasília, quando da notícia de sua morte. Quase sempre as manifestações foram acompanhadas da palavra de ordem: "Abaixo a ditadura".

REABRIR A INVESTIGAÇÃO

Considera-se inevitável no Brasil que o "caso Kubitschek" seja reaberto quando haja condições políticas propícias.

A esse respeito, o semanário brasileiro **Movimento** publica uma longa notícia, que se apresenta com uma interrogação: "A morte de JK (Juscelino Kubitschek), acidente ou atentado?" E escreve: "Tendo em vista que o caso Letelier já não mais pertence ao terreno da ficção, da especulação ou da propaganda política, e que a colaboração da polícia brasileira com polícias estrangeiras, comprometidas com crimes, é uma denúncia insistentemente repetida, a carta que liga Juscelino ao assassinato de Letelier, deveria merecer uma investigação especial."

Foi essa a preocupação que nas últimas semanas levou o semanário **Movimento** a rever a história da morte de JK, recompondo as últimas articulações políticas do ex-presidente, e ouvindo os principais personagens dessa tragédia que ainda é, oficialmente, um caso aberto, e adianta: "Chegamos à seguinte conclusão: é preciso investigar a morte de Juscelino."

Há também um indício revelador de que a versão oficial pode não ser verdadeira.

Uma semana antes do desastre, circulou em Brasília e no Rio de Janeiro, a notícia de que Kubitschek havia morrido em um acidente de automóvel quando retornava da capital brasileira para a sua fazenda no município de Lusiania, no estado Goiás. Hoje considera-se no Brasil que o "acidente" que o vitimou na auto-estrada Rio-São Paulo estava preparado para aquela outra viagem.

Pessoas que estariam vinculadas à coordenação do crime, apressaram-se aparentemente em divulgar o "acidente", sem esperar a confirmação do mesmo. O que ocorreu foi que Kubitschek, à última hora, cancelara o almoço que ia ter em Brasília, ficando na fazenda com alguns amigos que o foram visitar.

Chegará o dia em que todos estes crimes praticados na tenebrosa noite das ditaduras do Cone Sul, serão esclarecidos, e definidas as responsabilidades, não só das Polícias e organizações para militares das ditaduras da região, como daqueles que de longe os coordenaram e financiaram...

UM MÁRTIR DA IGREJA

NO Brasil, assim como em vários países da América Latina, os sectores progressistas da Igreja foram reprimidos frequentemente com violência. Bispos, curas, freiras, colaboradores leigos da Igreja foram sequestrados, presos, deportados e alguns assassinados.

Um dos casos mais dramáticos foi o do padre João Bosco, ocorrido em Ribeirão Bonito na diocese de São Félix do Araguaia, da qual é bispo Dom Pedro Casaldaliga, religioso muito popular no Brasil pela sua luta em prol da justiça social, particularmente entre os camponeses.

Ribeirão Bonito encontra-se no Estado do Mato Grosso, em plena Amazônia, numa região transformada pelo regime brasileiro num paraíso das empresas estrangeiras, particularmente norte-americanas, japonesas e europeias, e dos capitalistas de São Paulo que recebem enormes incentivos financeiros para instalar imensas empresas latifundiárias na área.

Ali impera uma situação de injustiça terrível e de brutal exploração dos camponeses. Os poderes do Estado ficam à disposição dos novos senhores da terra. A polícia adopta métodos cruéis para impor a sua autoridade. Dom Bosco foi morto por um policial quando tentava socorrer algumas mulheres que esta-



*Padre João Bosco,
vítima da repressão policial.
O seu assassinato
provocou a ira popular,
e a sua memória
uma «perigosa» bandeira
da Igreja dos explorados*



D. Henrique Froehlich, bispo de Diamantina, rodeado por povo, durante o enterro do padre João Bosco

vam a ser selvaticamente torturadas na sede da Polícia Militar de Ribeirão Bonito. Um soldado disparou à queima-roupa causando a sua morte poucas horas mais tarde.

Isto ocorreu há dois anos, no dia 12 de Outubro de 1976. O assassino do padre Bosco provocou uma indignada reacção nacional que se fez sentir sobretudo na diocese de Dom Casaldaliga.

Em Ribeirão Bonito, o povo demoliu com as suas próprias mãos a prisão onde foi baleado o sacerdote. Com o seu bispo à frente a população assistiu à missa de sétimo dia e depois seguiu em procissão para levantar uma cruz no mesmo sítio em que o soldado matara o padre Bosco. Mas era o cárcere abandonado pelos efectivos policiais.

Uma mulher gritou da multidão *Esta prisão somente serviu até hoje para*

maltratar o povo. Para que precisamos em Ribeirão Bonito desta prisão?

Ela própria pôs as mãos à obra arrancando o primeiro ladrilho. Seguiu-se uma cena dramática: com picaretas, foices, martelos e paus a multidão demoliu em poucos minutos a prisão. E implantou uma cruz com a seguinte legenda: *Aqui foi assassinado o padre João Bosco, pela Polícia do Mato Grosso.*

Quando os soldados voltaram ao município, instalando-se noutra local, retiraram a placa. O povo fez outra que teve a mesma sorte. Finalmente os habitantes de Ribeirão Bonito colocaram uma terceira placa, desta vez de bronze, firmemente incrustada.

Como a polícia não pode tirá-la arrancou a cruz que ficou "presa" na nova sede do destacamento militar.

A "prisão da cruz" moveu a região. Dom Pedro Casaldaliga foi pessoal-

mente reclamar ante as autoridades policiais que acabaram por consentir que o povo levasse a sua cruz.

Porém Ribeirão Bonito inteiro se negou. Já que a polícia havia "prendido" a cruz cabia a ela restituí-la ao lugar de onde fora arrancada...

Quanto à capela em memória do mártir João Bosco, o povo decidiu que esta seria construída em mutirões (trabalho voluntário) precedidos de reuniões de reflexão e consciencialização.

Um sacerdote da diocese de São Félix do Araguaia disse a um redactor da nossa revista: *A nossa situação da Igreja na Amazônia é a mesma dos apóstolos que Cristo enviou como cordeiros entre os lobos. Estamos tentando aplicar uma verdadeira teologia da libertação. Isso é um desafio aos donos das terras e os seus protectores do governo.*

repressão: o episódio do PARASAR

O balanço da repressão no Brasil oferece dados trágicos. As informações ainda são incompletas. Mas as cifras, ainda sem confirmação, revelam que foram detidas, condenadas ou processadas, desde 1964, cerca de quinhentas mil pessoas. Cento e cinquenta e sete foram assassinadas. Quatro mil oitocentas e setenta e sete, incluindo parlamentares profissionais ou simples empregados públicos, tiveram os seus direitos políticos suspensos ou foram destituídos dos seus postos. Mais de dez mil pessoas se exilaram e cento e vinte e oito foram oficialmente banidas do país. O número de "desaparecidos" ainda não é conhecido, mas parece alcançar cerca de mil pessoas. Actualmente, duzentos presos políticos condenados cumprem sentença, alguns dos quais de prisão perpétua.

A repressão foi marcada por episódios terríveis. As operações aéreas, que sob a direcção do brigadeiro Burnier lançavam no mar os cadáveres de pessoas mutiladas pela tortura, é um deles. Uma destas pessoas teria sido o deputado de São Paulo, Rubens Paiva. As denúncias a este respeito não foram ainda confirmadas, mas há sérios indícios de que foi atirado ao mar.

A repressão envolveu nesta tarefa sinistra o PARASAR, um corpo perma-



Prisão de Carandiru, em S. Paulo, ou a "ironia" dos torturadores

nente de elite da Aeronáutica, destinado a executar tarefas perigosas de salvamento de pessoas vítimas de acidentes ou catástrofes. A participação do PARASAR naquele crime foi resolvida numa reunião no gabinete do brigadeiro Marcio de Sousa Melo, presidida pelo brigadeiro João Penido Burnier, com a presença de oficiais e sargentos daquele grupo.

O facto converteu-se num escândalo nacional quando o deputado Maurílio Ferreira Lima, do MDB do Estado de Pernambuco, o denunciou na tribuna da Câmara Federal em Brasília.

A HORA DA VERDADE

Maurílio, actualmente

exilado em Alger, lembra este episódio ao correspondente dos "Cadernos do Terceiro Mundo".

— Vivemos no Brasil actualmente uma espécie de hora da verdade. Acontecimentos passados emergem com grande força revelando ao povo comportamentos e factos que degradam o regime que se implantou em 1964. Recentemente, o brigadeiro Eduardo Gomes, patrono da Aeronáutica e em cujo seio desfrutava de grande prestígio, e o general Peri Belvilaqua desenterraram, por assim dizer, o episódio do PARASAR, facto que está a alcançar grande repercussão.

Em 1968 registaram-se manifestações estudantis nas ruas das grandes cidades brasileiras em protesto



contra o regime. Dentro do esquema repressivo do Governo, o Ministério da Aeronáutica decidiu utilizar o PARASAR contra o movimento popular. Os seus membros deveriam infiltrar-se nas manifestações, identificar os seus principais líderes, para posteriormente sequestrá-los e atirá-los ao mar.

Ao mesmo tempo o PARASAR deveria provocar vários atentados à bomba, como a explosão do gasómetro do Rio de Janeiro, o que justificaria uma repressão generalizada contra as forças progressistas. Este projecto contou naquele momento com a forte oposição do capitão Sérgio Miranda, integrante daquele grupo operacional da Aeronáutica. Este destacado oficial — que desfrutava hoje de um grande respeito do povo — resistiu às ordens e mobilizou contra as mesmas o apoio de vários oficiais e generais da Força Aérea.

Como é que você entrou no assunto?

— Naquela época tudo se baseava num rigorosíssimo segredo militar. Não obstante fui contactado por oficiais aviadores que, esgotadas as possibilidades de impedirem o cumprimento das ordens dentro da corporação, decidiram pedir-

me que denunciasse o episódio da tribuna da Câmara dos Deputados.

Assim o fiz. O facto tornou-se público. Provocou um grande impacto na opinião pública e acentuou as contradições nas Forças Armadas.

Em Dezembro desse mesmo ano (1968), produziu-se no seio do regime brasileiro uma espécie de "golpe dentro do golpe", o Acto Institucional n.º 5, com a acentuação da tendência ultradireitista. O capitão Sérgio e vários outros oficiais foram expulsos da Força Aérea e eu vim para o exílio.

Agora, passados dez anos, existe uma forte pressão das Forças Armadas da opinião pública para que o capitão Sérgio e os demais oficiais sejam reintegrados na sua arma.

UM REGIME EM CRISE

Quais os reflexos que teve a divulgação destes factos?

— Reforçou consideravelmente a campanha pela amnistia, que é a condição fundamental para a normalização da vida política brasileira.

Como interpreta a situação actual do país?

— Creio que o facto mais importante do momento

político brasileiro é a erosão da legitimidade do regime de força que se apoderou do país em 1964. Existe um divórcio total entre a chamada sociedade civil e o regime militar. Sectores cada vez mais amplos da Nação exigem a redemocratização do país.

Como vê o actual quadro político-partidário?

— Actualmente cerramos fileiras em torno do MDB e lutamos por uma grande vitória nas eleições de Novembro. No entanto, dada a inautenticidade do quadro partidário actual, é lógico que pensemos no futuro e que nos preparemos para a tarefa de organizar partidos autênticos e representativos de forças sociais reais.

Quais as tendências hoje existentes neste sentido?

— Neste momento há duas: uma pela formação de um Partido Socialista. A outra pelo ressurgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) criado por Vargas em 1945 e herdeiro de uma tradição de luta nacionalista e popular. Há um grande trabalho no sentido de aproximar as duas tendências.

Qual é a sua opção?

— Pessoalmente estou convencido de que o PTB será o melhor instrumento de unidade das forças democráticas, tendo em conta a sua existência real em distintas regiões do país e a sua permanente presença na memória nacional. Historicamente o PTB é o que tem o legado mais autêntico e legítimo da luta popular na defesa dos interesses nacionais e da soberania política e económica do país.

VENEZUELA

a defesa dos direitos humanos



*O Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Peres
vem, uma vez mais
perante a opinião pública internacional,
fazer uma defesa intransigente
dos Direitos Humanos,
que proporcionem «Pão com Liberdade»*

No Seminário sobre a Protecção e Promoção dos Direitos Humanos, realizado na Universidade Simon Bolívar de Caracas em 31 de Julho passado, o Presidente Carlos Andrés Perez pronunciou um importante discurso em que fez oportunas observações sobre esse tema.

A respeito da posição do seu país, declarou Perez: "A Venezuela vive um momento excepcional da sua existência. Leva a cabo ousadas experiências históricas, comprometida na dramática luta contra o subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que prossegue com irredutível decisão o aperfeiçoamento do regime democrático que dê irrestrita vigência às liberdades públicas, quer dizer, os Direitos Humanos. Paralelamente buscamos a realização efectiva da unidade latino-americana, e empenhamos todos as nossas energias na tarefa redentora de contribuir para a organização de um Mundo mais justo e mais humano".

E traçou esta importante definição: "A concepção integral dos Direitos Humanos deve incluir tanto os direitos políticos como os económicos e sociais. Os Direitos Humanos fundamentam-se no direito à vida com dignidade, bem-estar e acesso autêntico aos bens da civilização".

E acrescentou: "Falar dos Direitos Humanos, somente referindo o respeito pela integridade física e liberdades políticas, é falsear o seu contexto e persistir no engano em que temos vivido nas sociedades do Ocidente".

"Se quiséssemos definir em linguagem simples, co-

mun, em frase expressiva, o que significa a vigência dos Direitos Humanos, diríamos com incontestável precisão: Pão com Liberdade"(...) "Os direitos Humanos não poderão ter vigência inesgotável da liberdade e da dignidade do ser humano".

O mandatário venezuelano analisou vários problemas internacionais que desafiam a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pelas Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948. Entre estes, Perez assinalou a contradição que se apresenta quando se "proclama o direito dos povos africanos à sua autodeterminação, à plenitude da sua identidade cultural e racial, e se realizam esforços para a liberdade do Zimbabwe e da Namíbia, mas somente se protege a África do Sul, que é o mais abominável centro de poder racista, ao mesmo tempo em que por razões políticas se fortalece com armamentos modernos governos corruptos, violadores dos Direitos Humanos".

O direito da Nação israelita de existir livre de ameaças e fustigamentos, exigindo-lhe a imediata retirada dos territórios invadidos e ocupados e o respeito ao direito do povo palestino a ter seu território nacional, foi outro dos problemas evocados pelo Presidente Perez.

Exigindo que se declare "a tortura um delito internacional como o genocídio", o Presidente assinalou que "conspira igualmente contra a vigência dos Direitos Humanos a manipulação da informação, da notícia. Na Venezuela e em todo o Terceiro

Mundo, existe a convicção de que somos maltratados, discriminados pelos grandes meios de comunicação nacionais e transnacionais dos países industrializados. A UNESCO viu-se obrigada a levar à consideração da sua Assembleia esta controverso tema sobre as comunicações. A nível mundial e a nível regional vêm se travando duras polémicas para estabelecer o direito dos indivíduos e das nações a serem informados objectivamente e com verdade".

Depois de assinalar que "na nossa América Latina o auge do autoritarismo e a consequente supressão das liberdades torna crítica a violação dos Direitos Humanos", o Presidente Carlos Andrés Perez destacou os três objectivos fundamentais da política internacional da Venezuela: "O primeiro é a solidariedade com a luta pelo estabelecimento de uma nova Ordem Económica Internacional que incorpore os povos do Terceiro Mundo no processo da tomada de decisões num mundo interdependente. O segundo é a nossa irrenunciável decisão de conseguir a integração latino-americana. A Venezuela sempre foi um país com vocação integracionista, Simon Bolívar concebeu-a como um facto histórico essencial, inerente à comunidade latino-americana. Assim, as suas raízes históricas confundem-se com o nascimento da nossa Pátria, do nosso Hino e da nossa vontade como Nação. É o terceiro objectivo está comprometido com a promoção e a defesa da democracia e dos Direitos Humanos".

HAITI

o populismo de Baby Doc

*Jean-Claude Duvalier
oferece um carnaval todos os meses,
distribui bebidas gratuitamente
e estimula a prostituição,
enquanto vai entregando
o país às multinacionais.*



Walter Tesch

Misere George Fortune, presidente da Federação Haitiana de Sindicatos Cristãos, concedeu em Caracas uma entrevista exclusiva aos **Cadernos do Terceiro Mundo**. Para além da sua intensa actividade sindical, Fortune é autor de inúmeros

trabalhos sobre o seu país. Entre eles destacam-se dois livros: "Haiti, país da Magia?", onde é feito um relato histórico das lutas do povo haitiano e "Uma Nação ao serviço de 5 por cento" em que se analisam os mecanismos de dominação

haiti interna e externa que tornam possível submeter, explorar e marginalizar 95 por cento da população.

— Como vê você o panorama político haitiano?

— No Haiti observa-se uma estratificação muito rígida entre uma elite burocrática dirigente, por um lado, e o resto do povo por outro. Até a língua, utilizada como mecanismo de dominação cultural e política, contribui para manter esta situação. Toda a informação que entra no país é transmitida em francês, que apenas é conhecida por cerca de 25 por cento da população, enquanto que a grande maioria fala o “crioulo”.

É forçoso reconhecer que no Haiti não existia uma oposição organizada frente aos governos que se sucediam. E isso é uma causa da escassa educação política actual dos sectores populares. Por outro lado, o povo do meu país sempre teve que actuar na clandestinidade. O que impossibilitou as manifestações políticas. Não existem grandes partidos, mas apenas individualismos políticos, que se traduzem em acções de pequenos grupos dispersos. Face a este panorama, e até pelo seu estilo de luta, os militantes comunistas pareciam os mais actuantes.

— A consolidação da “dinastia Duvalier” permite agora converter o Haiti num verdadeiro santuário das multinacionais?

— Obviamente que as multinacionais encontram no nosso país boas condições, criadas pela dinastia de Duvalier. Existe mão-de-obra barata e não há organizações para reivindicar melhorias.

Em porto Rico, por exemplo, paga-se de 3 a 5 dólares por hora, enquanto no Haiti se paga 2 dólares por jornada de doze horas de trabalho.

As empresas multinacionais transferem para o Haiti o sector de baixa tecnologia do seu processo produtivo. No meu livro “País da Magia?” refiro-me a este problema. Aí poderá apreciar uma relação recente de 130 sucursais destas empresas no Haiti, que recebem importantes estímulos por parte do governo. Embora os produtos elaborados por estas empresas não entrem no circuito comercial do país.

Por outro lado, as multinacionais apoiam o governo, através da ajuda económica directa ou indirecta, como através das suas funções de cooperação. No

plano internacional oferecem a Duvalier um apoio diplomático e de relações públicas, para melhorar aos olhos da opinião pública a imagem do regime. E pelo que vejo, ultimamente obtiveram um certo êxito.

— A aparência de “populismo” que Duvalier procura projectar seria parte desta campanha?

— O grau de alienação a que está submetido o nosso povo explica, de certo modo, esse facto. Todos os meses Jean-Claude Duvalier oferece um carnaval. Muitas vezes distribui bebidas gratuitamente nas ruas, estimula a prostituição e os “dancings”. É isso que torna possível esse populismo.

Esta modalidade política diferencia o filho do pai. Enquanto o progenitor era a violência bruta, o filho utiliza uma violência psicológica, de conquista das mentes e de consenso através dos mecanismos subtis da alienação. Assinala-se ainda que esta nova política é uma resposta às pressões internacionais, mas não passa de uma nova máscara, ainda que a situação se modifique com a influência dos novos recursos entrados no país.

— Dada a feroz repressão que subsiste, apesar de toda essa fachada, como anteve o futuro da actividade sindical no Haiti?

— Bom, no campo sindical, em 1963 existiam três confederações organizadas. Todas foram desarticuladas por Duvalier, mas no entanto ficaram as bases. Penso que a primeira reivindicação é o restabelecimento das liberdades democráticas, onde todas as tendências possam novamente aflorar e expressar-se.

É necessária a unidade de todos para derrubar o regime. O Haiti é o pior drama da América Latina e o papel da denúncia internacional é muito importante no actual momento. Como presidente da Federação de Sindicatos Cristãos e como haitiano peço o apoio de todos os sectores progressistas e dos companheiros da imprensa para contribuírem para a libertação do que foi a primeira república negra do mundo, actualmente sob a barbárie.

A nossa Federação está aberta a um programa de unidade de acção que contenha entre outros, pontos como a renúncia da Presidência Vitalícia e a convocação de eleições gerais, o restabelecimento do direito de organização e associação e a liberdade de imprensa.

EUA

«chicanos» em luta pela educação

NA década compreendida entre 1965 e 1975, os mexicano-norte-americanos começaram a penetrar nas instalações dos Estados Unidos de ensino superior — como estudantes e como profissionais — de uma forma massiva sem precedentes históricos.

Quando as minorias nacionais nos Estados Unidos — índios, asiáticos, negros, chicanos e portorriquenhos — se organizam para atacar as desigualdades e injustiças nas instituições sociais, políticas e económicas, era natural que prestassem atenção à educação. Durante o século XX, esta passou a ser considerada como o caminho principal para a plena incorporação na sociedade norte-americana e, portanto, para a participação nos seus benefícios.

O autor é o decano associado para Humanidades e Belas Artes do Colégio de Artes Liberais da Universidade de Minnesota. O presente artigo é um resumo do relatório que apresentou no Primeiro Simpósio Internacional sobre os Problemas dos Trabalhadores Migrantes, realizado na Universidade de Guadalajara, México.

Como parte do processo de melhoria da sua situação social, os chicanos e as outras minorias pressionaram as instituições de ensino superior para obter: um aumento no número de estudantes; reformas curriculares que convertessem em temas centrais as experiências históricas e as expressões culturais das minorias; o estabelecimento de programas adequados às necessidades desta população; a designação de um número substancial de membros das minorias nos cargos docentes, académicos e não académicos em todas as Universidades.

Logo se compreendeu que era mínimo o número de membros das minorias que preenchiam os requisitos exigidos para a admissão. A sua transferência dos institutos de segundo ou terceiro nível para as Universidades mais prestigiadas não significaria nenhuma melhoria na educação global dos seus grupos de origem.

Era necessário, então, criar programas de admissão que utilizassem novos padrões para medir a potencialidade dos estudantes das minorias, fizessem um esforço activo por recrutá-los e proporcionassem sistemas de apoio adequados para assegurar o seu êxito, uma vez admitidos.

Arturo Madrid

O ASSALTO AO BASTIÃO EDUCATIVO

Assim foi que em fins da década de 60 e início da actual, as universidades norte-americanas abriram lentamente (e na maioria dos casos não muito a gosto) as suas portas a asiáticos, negros, chicanos e portorriquenhos. O que originalmente havia sido um bastião das classes altas e logo fora infiltrado pelas classes médias, começou a ser penetrado pelas classes baixas.

As pressões também conseguiram introduzir mudanças curriculares, instaurando-se programas de estudos sobre as minorias. Ainda que estes nunca chegassem a ser parte central do curriculum de nenhuma instituição, os estudos dedicados às minorias foram satisfatoriamente aceites em muitas universidades. Os docentes procedentes de grupos minoritários — muitos deles incorporados nestes novos departamentos — converteram-se nas tropas de vanguarda da batalha pela educação, criando os meios para publicar e difundir o resultado das suas investiga-

eua ções, lutando por novos programas, maiores recursos e ampliação das admissões, e também defendendo esforçada e permanentemente as vitórias já conseguidas.

Ao mesmo tempo as minorias, que no nível não académico estavam antes relegadas para profissões de jardineiros, porteiros empregados de limpeza ou lavadores de pratos, foram

lenta mas firmemente conquistando posições nas equipas administrativas.

Esta presença ajudou a reduzir o nível de alienação dos estudantes minoritários em instituições que ainda lhes eram estranhas, proibitivas e atemorizadoras, e

criou um grupo humano crítico que se converteu em elemento de pressão e porta voz das necessidades das minorias.

AVANÇOS SIGNIFICATIVOS

Em 1970, cinco anos depois da aprovação da Lei dos Direitos Cívicos, havia cem mil estudantes de sobrenome espanhol nas universidades dos Estados Unidos. Destes, estima-se que não mais de 45 mil eram mexicano-norte-americanos, ou seja, apenas um por cento do total da população dessa origem. Nesse mesmo ano, havia apenas cem mexicanos-norte-ame-

ricanos com título de doutor em posição académicas nas universidades e nem um só deles ocupava cargos de direcção.

Em 1978, no entanto, os estudantes universitários de origem icano-norte-americana são pelo menos cem mil. Há quinhentos doutores com cargos académicos, dois presidentes de universidades, seis de "community colleges", vários deanos de um punhado de deanos assistentes e associados.

Embora as conquistas conseguidas sejam importantes, o orgulho que nos produzem estas vitórias deve ser atenuado pela comprovação de que estes

PUB.

leia mensalmente

ECONOMIA E SOCIALISMO

revista de Economia Política

faça uma assinatura (12 n.ºs)

— Portugal (continental) — 400\$00
— Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau,
Moçambique, S. Tomé e Príncipe — US \$16

APARTADO 3186 — LISBOA

progressos, mesmo modestos, já estão submetidos a violentos ataques. A menos de um década do seu começo, os programas especiais de recrutamento nas universidades, já estão declinando, novos departamentos de estudos sobre as minorias só foram criados em instituições pequenas e marginais e nas universidades mais importantes começam a sucumbir diante dos ataques políticos e financeiros.

COMEÇA A REACÇÃO

O nosso esforço pelo progresso educativo e pela paridade económica, política e social, que implica a igualdade no ensino, produziu-se num momento de expansão da História norte-americana. Não só havia múltiplos apoios para estes esforços, como também eles coincidiram com um período de crescimento constante da educação. Nos últimos anos, a crise financeira, o crescimento demográfico das minorias e a revolta dos contribuintes contra os impostos combinaram-se para contrapor-se a esta tendência.

Pior ainda, as tensões económicas, sociais e políticas actuais destruíram o clima de apoio que caracterizou os primeiros esforços por mudar a situação das minorias. Se há quinze anos a atitude era tolerante, agora reina a intolerância. Se há cinco anos havia alguns ressentimentos contra a admissão das minorias nas instituições de ensino superior, hoje reina uma hostilidade aberta.

Neste clima não é surpreendente que se tenham iniciado acções legais con-



As minorias, sejam elas negras, chicanas, índias ou porto-riquenhas querem que "os seus filhos sejam educados", sem discriminação, como diz o cartaz.

tra os instrumentos que permitam aos chicanos e demais grupos minoritários melhorarem a sua educação. O alvo preferido foram os programas especiais de admissão e contra eles se iniciaram os famosos casos DeFunis e Bakke.

O primeiro foi iniciado em 1973 por Marco DeFunis, a quem foi negada a admissão na escola de leis da Universidade de Washington. Quando a peça de alegação chegou até ao Supremo Tribunal de Justiça, em 1975, DeFunis já tinha sido admitido na referida escola e o tribunal não emitiu uma sentença.

Mas tinha sido estabelecido um precedente, a partir do qual os ataques se fizeram mais enérgicos. A palavra de ordem foi "racismo invertido". O argumento filosófico é que, se as minorias não cumprem

com os critérios estabelecidos para a admissão, são subnormais ou incompetentes para realizar estudos superiores. O alegado jurídico é que, ao admitir estudantes de grupos minoritários que não preenchem os requisitos, as instituições de ensino superior estão praticando uma discriminação racial contra estudantes da maioria, que apesar de terem melhores qualificações não seriam admitidos.

Ignora-se assim o critério vigente, segundo o qual seria socialmente imperativo e moralmente necessário corrigir as desigualdades que existem na sociedade norte-americana como consequência de uma longa história de discriminação racial e exploração económica. Esta herança, que resulta numa educação inferior e inadequada para as

eua minorias, daria lugar à sua desvantagem na competição pela admissão, daí a necessidade de uma "ação afirmativa" em seu favor, traduzida nos programas especiais de admissão.

A polémica cristalizou-se no "caso Bakke". Durante dois anos consecutivos (1973 e 1974), Allen Bakke foi rejeitado nos seus requerimentos de ingresso em várias escolas médicas, tanto públicas como privadas. Bakke processou a Escola Médica Davis no Supremo Tribunal da Califórnia, alegando que fora recusado somente devido à sua raça (branca), com o que violava a Constituição da Califórnia, a décima quarta Emenda à Constituição norte-americana e a Lei dos Direitos Civis de 1964.

Como a Escola Médica Davis tinha sido fundada em 1968, ela não podia argumentar com a existência de uma história passada de discriminação racial a compensar. Os grupos chicanos compreenderam a armadilha jurídica, e na primeira instância, apoiaram a admissão de Bakke. No entanto, a Universidade da Califórnia apelou para o Supremo Tribunal que retardou a sua sentença até Junho de 1978.

Ao pronunciar-se em favor de Bakke, a maioria do Supremo (5 contra 4) rejeitou o conceito de "discriminação benigna", segundo o qual a maioria pode auto-sacrificar-se para compensar a discriminação passada contra as minorias, e o de "discriminação generalizada", que sustenta que não é necessário demonstrar uma história específica de discriminação numa instituição dada, já que a si-

tuação social por si só justifica a existência dos programas especiais de admissão.

O Tribunal, entretanto, permitiu às instituições educativas considerar o factor racial como um dos vários elementos que determinam a admissão. Mas esta pequena vitória tem pouca repercussão prática, pois apesar dos avanços realizados, não pudemos conseguir os gigantescos saltos que seriam necessários para poder competir com a maioria segundo os critérios académicos tradicionais.

Pior ainda, estes se tornaram mais exigentes. Um estudante chicano que poderia ter ingressado na universidade em 1967, já não poderia satisfazer, com os mesmos conhecimentos, o nível mínimo exigido em 1978.

EDUCAÇÃO E PODER

As consequências da decisão Bakke são graves. Nós que participamos do processo educativo conhecemos muito bem o papel que a educação desempenhou na história para incorporar os grupos marginalizados e oprimidos. O ensino secundário é hoje um requisito necessário para obter um nível mínimo de emprego e o ensino superior é indispensável para assegurar um bem-estar sócio-económico aceitável.

Mais: nos últimos dez anos tomámos consciência da relação fundamental entre educação e poder. John Gardner, ex-ministro da Saúde, Educação e Bem-Estar Social, expressou-o claramente: "Aqueles que recebem o melhor ensino

ocuparão todos os postos-chaves. A pergunta — quem deve ir para a universidade? — equivale então a — quem governará a sociedade? Não é um assunto que possa ser encarado leviana ou cavalheirescamente. Por perguntas desse tipo foram desencadeadas guerras.

O Doutor Benjamin Payton, um distinto líder educacional negro, observou que a competição pelos escassos lugares nas universidades fez os norte-americanos tomarem consciência do papel crucial que o processo de admissão joga nos Estados Unidos e que, em consequência, "as decisões sobre quem se educa e onde, tornaram-se potencialmente explosivas".

O futuro promete, assim, mais conflitos e lutas. Os educadores das minorias são profundamente pessimistas. Se os sintomas são desestimulantes para a maioria são deprimentes. No momento em que o interesse pelo ensino superior é altíssimo nas comunidades minoritárias, ele se torna menos acessível, mais difícil de cursar e quase impossível de influenciar.

O porvir é incerto. A única certeza é que a nossa situação educativa, mesmo melhorada, não é aceitável. Também está claro que as pressões que criámos sobre as instituições de ensino superior enfrentam agora as contra-pressões. Já não podemos tomar como um facto o nosso progresso contínuo. Pelo contrário, enfrentamos a necessidade de desenvolver novas estratégias para conquistar as vitórias futuras e, o que é mais crítico, com a obrigação de consolidar as estratégias actuais.

ARGENTINA

entrevista com o ERP

Enrique Gorriarán,

*dirigente do Exército Revolucionário do Povo (ERP),
braço armado do Partido Revolucionário dos Trabalhadores,
traça-nos a vida do seu movimento
após as dificuldades surgidas
com a morte em combate dos seus principais dirigentes
e do seu secretário-geral Mario Roberto Santucho*

Na tarde do dia 18 de Julho de 1976, patrulhas do exército cercaram um edifício de apartamentos da região suburbana de General Paz, em Buenos Aires. Uma vez estabelecido o cerco, um grupo invadiu, disparando, um dos apartamentos. Terminado o tiroteio foi encontrado o cadáver de Mário Roberto Santucho, dirigente máximo do Exército Revolucionário do Povo (ERP), o segundo grupo mais importante da guerrilha argentina — o principal era o dos Montoneros.

Desde então, neutralizado nos seus planos de lograr a "rebelião das massas" e eclipsado pelas acções repressivas das Forças Armadas argentinas, o outrora grupo todo-poderoso reclinou-se ao silêncio. Praticamente aniquilado, com cerca de 1500 de seus integrantes e colaboradores presos e outros tantos nas listas de "desaparecidos", o ERP finalmente viu, no primeiro semestre deste ano, como seus últimos dirigentes optavam pelo exílio.

Os mesmos chefes, entretanto, advertem: "Não estamos aniquilados, embora tenhamos sofrido golpes muito duros. Nossa acção continua e continuará". Para tanto, julgam ainda contar com apoio da população, e afirmam estarem apenas à espera de "melhores oportunidades".

Seu dirigente máximo, Enrique Gorriar-

Eric Nepumoceno

rán, acaba de passar uma temporada em Cuba, antes de empreender vôo para "alguma capital europeia", onde pensa estabelecer a sua base — a exemplo dos Montoneros, sediados actualmente em Madrid. Em Havana, hóspede do hotel Riviera — ele conversou com Eric Nepumoceno.

Depois da morte de Roberto Santucho, como ficou a situação do ERP?

É preciso, primeiro, ver uma coisa: com Santucho morreu um companheiro do Bureau Político, e desapareceu outro, Domingo Mena. Nunca se soube o que aconteceu com ele. Assim, a cúpula do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), do qual o ERP é o ramo militar, ficou reduzida a apenas dois integrantes. Essa situação foi resolvida com a incorporação de três novos companheiros no Bureau, para manter nossa estrutura. Não houve, como se afirmou em campanhas promovidas pelos militares argentinos, nenhum tipo de fraccionamento. Continuamos funcionando.

Essa, entretanto, é uma parte — digamos burocrática — da situação do ERP. E



em sua estrutura, em seu programa, o que mudou? Vocês continuam defendendo a acção armada, a tática terrorista, como caminho para solucionar os problemas da Argentina?

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores desenvolve, por um lado, um trabalho político em todas as camadas sociais, centrado principalmente no movimento operário e nas classes proletárias. Além disso, defendemos a luta armada contra a ditadura. Isso é feito através do ERP. Existe, actualmente, guerrilha urbana. Existirá a guerrilha rural quando as condições permitirem.

Isso quer dizer que vocês continuam com os atentados?

Entre outras coisas. Desde princípios de 1977 fizemos atentados com explosivos. Agora estamos acomodando à nova situação, para que a guerrilha possa ter um poder maior. Nossos atentados dirigem-se contra personalidades da ditadura, representantes da burguesia latifundiária, monopolista, e também membros das Forças Armadas.

Depois de tudo, vocês acham que ainda poderiam contar com alguma espécie de apoio, em termos da população, para actos de violência?

As massas populares na Argentina sempre utilizaram a violência. Basta dar uma olhadela na nossa história: desde as invasões inglesas de princípios do século passado, passando depois pelo colonialismo espanhol, pelas guerras civis do interior contra Buenos Aires... Em termos mais contemporâneos, poderíamos lembrar a história do país a partir de 1955. Em todos esses momentos, começando pelo colonialismo e chegando à burguesia latifundiária e aos monopólios internacionais, foi utilizada a violência contra o povo. E, naturalmente, o povo respondeu com violência.

Actualmente, entretanto, parece que a situação em vários países da América Latina tende a mudar através do jogo político, e não da violência. Como encaram vocês essa tendência?

Acreditamos que, na América Latina — e em especial no Cone Sul — uma das coisas que nos unifica é a luta pela recuperação democrática. A situação actual em nossos países vai levar-nos a uma luta de carácter bastante prolongado. Somos optimistas em relação ao derrube das ditaduras militares. Mas não a prazo curto: achamos que as diferentes lutas contra essas ditaduras resultarão na chegada de democracias burguesas. Será, então, a hora de plasmar diferentes projectos políticos.

O PRT tem algum?

Claro. Quando chegar a hora, defendemos uma aliança entre sectores da burguesia anti-monopolista e o movimento operário. Haverá, naturalmente, os que defendam uma saída do tipo burguesia clássica. Neste momento, entretanto, o principal é conseguir o derrube das ditaduras e a conquista das liberdades democráticas fundamentais.

Pelo menos no caso da Argentina, parecem existir grandes diferenças entre os partidos de esquerda. Existe alguma coincidência, por exemplo, entre o ERP e o Partido Comunista?

Coincidimos com os comunistas no objectivo final: achamos que a solução final para os problemas do país é o socialismo. Nossas diferenças se resumem no seguinte: o PC acha que Videla é um militar em condições de encabeçar um processo que leve à democracia, e nós achamos que não. Achamos que ele não só é um membro da Junta Militar, como também é um dos principais fascistas do país.



Fotografia de um encontro de dirigentes de várias organizações revolucionárias argentinas. Enrique Gorriarán, o nosso entrevistado, é o primeiro a contar da esquerda. Reconhecem-se ainda Domingos Mena (desaparecido) o segundo a contar da esquerda, e Mario Santucho (morto em combate contra as forças de Videla) o quinto

Com isso, diz então que o PC apoia Videla...

Não, eu não diria que apoia. Digo que o Partido Comunista tem expectativas em relação a Videla, ou seja, espera que ele possa liderar um processo que leve à democracia.

E com os Montoneros, quais são as relações?

Coincidimos em alguns pontos. Por exemplo: a necessidade da actividade armada contra a ditadura. E também no objectivo final, ou seja, o socialismo. A diferença básica é que eles acham que, para se construir um partido revolucionário na Argentina, é necessário permanecer dentro do peronismo. Nós achamos que não é preciso identificar-se com o peronismo para cumprir um papel dentro da classe operária argentina. Mas tampouco confrontamos peronismo e socialismo.

Não houve, pelo menos durante a tentativa do ERP de estabelecer em Tucumán bases de guerrilha rural, choques com os peronistas?

Não. Tucumán é um lugar em que a

burocracia sindical não conseguiu jamais assentar bases. Lá, o que ocorreu muitas vezes foi a burocracia peronista se ver obrigada a colocar-se na frente das mobilizações para não ser atropelada.

Dentro do panorama argentino actual, como você colocaria as organizações armadas — e, em especial, o ERP?

Hoje em dia existe um refluxo de todas as organizações armadas. Nossa participação na vida política entrou em refluxo antes — há uns três anos mais ou menos. Mas não se deve confundir refluxo com aniquilamento.

A partir do golpe de Março de 1976, que instala novamente os militares no poder, qual a relação entre o ERP e os Montoneros?

Nesse último período, a única mobilização efectiva que se viu na Argentina foram as realizadas para exigir aumentos salariais. Um movimento espontâneo, no qual houve participação tanto dos Montoneros como de companheiros de diferentes forças políticas que trabalham dentro do movimento operário. Não hou-

ve, na verdade, uma direcção muito centralizada, nessas mobilizações.

Você diz que o ERP entrou em "refluxo" há uns três anos. Não seria que, depois de Março de 1976, a via armada se esgotou de vez no país?

É um pouco diferente. Nós sofremos o pior golpe entre Novembro de 1975 e Março de 1976. Quando os militares derubaram Isabel Perón fizemos um balanço equivocado da situação. Pensávamos que, em lugar de ocorrer um refluxo do movimento de massas, ocorresse uma intensificação. Levamos, portanto, naquela época, uma política de acordo com essa previsão. Essa política equivocada nos levou a sofrer, de maneira violenta, uma nova série de golpes duríssimos, que culminaram com a morte de Roberto Santucho. Um mês antes de morrer, o próprio Santucho afirmou, numa reunião da direcção, que tínhamos cometido um gravíssimo erro táctico. Era preciso, dizia ele, iniciar uma política de refluxo, que assentasse bases entre as massas e acompanhasse a sua evolução. E isso é o que estamos fazendo. Actualmente, o PRT — e, portanto, o próprio ERP — se dedica a consolidar-se dentro do movimento operário. No terreno puramente militar actuamos muito pouco nos últimos doze meses. O partido está concentrado nas fábricas, nos centros de trabalho.

As organizações extremistas não estão isoladas dos trabalhadores?

Não, essa é uma visão falsa. Vamos poder demonstrar o contrário em pouco tempo.

A maioria dos trabalhadores argentinos defendia o peronismo. Eram os que formavam a "classe operária peronista". O que aconteceu com essa classe?

Bem, a inexistência de um partido que reflectia os interesses da classe trabalhadora obrigou — ou facilitou — o surgimento de um nacionalismo burguês na Argentina. Essa era a linha dominante. Dentro do peronismo, entretanto, sempre houve sectores revolucionários. Boa parte deles passaram do peronismo ao socialismo.

Qual foi a atitude do ERP entre a chegada de Campora ao poder e a queda de Isabel Perón?

A maioria das pessoas e dos políticos pensava que, com o retorno do peronismo ao poder, se implantaria um plano

económico capaz de reactivar a economia e debilitar a mobilização popular. Nós achámos que ia acontecer justamente o contrário: que a mobilização popular ia ser directamente incentivada. O que ia mudar era justamente o carácter da luta: de antigovernamental, dos tempos da ditadura militar de Onganía, passaria a ser antipatronal. E que o governo peronista iria desempenhar o papel de árbitro entre a burguesia monopolista e o proletariado rural e fabril. Pensávamos também que o governo tomaria decisões sempre favoráveis à burguesia monopolista, e que nós deveríamos estar preparados para encabeçar a ofensiva popular. Quando chegasse o grande choque, as perspectivas — e isso nós prevíamos em 1973, antes da chegada de Campora ao governo — seriam ditadura militar ou a unidade das forças democráticas. Como essa unidade era praticamente impossível de ser conseguida, passamos à defensiva.

Foi durante o governo peronista que vocês desenvolveram a experiência de criar bases de guerrilha rural na província de Tucumán. Como foi isso?

Em 1974, começamos a preparar companheiros no que seria a zona de actividades guerrilheiras. Dois meses depois, fomos detectados pelas Forças Armadas. Durante os primeiros tempos — o que fizemos foi organizar um trabalho político na zona canavieira de Tucumán. Depois passamos ao treino militar. O que a polícia fez quando nos descobriu foi actuar directamente contra a população rural, e não contra as bases guerrilheiras. Isso foi de Fevereiro de 1974 até Novembro. A partir de Novembro a atitude mudou: diminuiu um pouco a repressão. Mas essa foi uma mudança apenas formal: em lugar de matar quinze camponeses por dia, tentando minar as nossas forças, o Exército passou a matar apenas três.

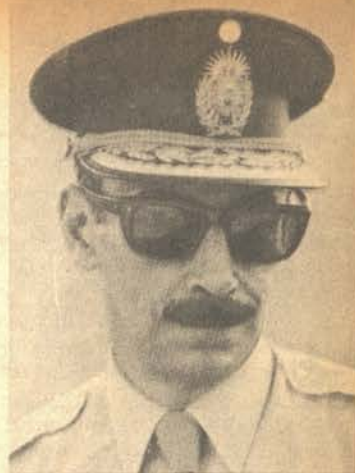
E vocês achavam que entre a população da região canavieira existia apoio para uma experiência assim?

Se não existisse não teríamos durado tanto tempo, não teríamos resistido tanto ao estado de guerra aberta... Saímos de Tucumán quando entendemos que não havia mais condições para dispor de bases políticas para sustentar a actividade da guerrilha. Mas não saímos, como se disse, aniquilados pelo Exército. Nossas baixas foram mínimas. Posso dizer isso

com tranquilidade porque o responsável militar dessas bases era eu.

Ao que tudo indica, a experiência armada na América Latina fracassou — e, mesmo assim, vocês continuam defendendo a violência. Como é isso?

Como disse antes, na Argentina a violência responde a uma causa interna. Achemos que na América Latina houve diversas experiências, na maioria dentro daquilo que poderíamos chamar de “aparataistas” — ou seja, organizações que não tinham nenhuma ligação estreita com as massas. Esse erro, entretanto, não elimina a validade revolucionária dos companheiros que levaram esse tipo de experiência a cabo. De qualquer maneira, essa é uma forma de luta que não leva à vitória. Ao mesmo tempo, achamos que existem organizações armadas na América Latina que já nasceram profundamente enraizadas com as massas populares. A Frente Sandinista, na Nicarágua, é um exemplo



claríssimo. Outro: as FAR (Forças Armadas Revolucionárias) da Colômbia. Nós não somos partidários da luta armada em todos os países da América Latina. Isso é um problema que deve ser resolvido pelos revolucionários de cada país. Somos partidários de luta armada na Argentina. ●

Pub.

ABRIL

revista de reflexão socialista

Um espaço de diálogo

SAI MENSALMENTE

Apartado 2860 LISBOA 2

IGREJA

de Medellín a Puebla

*As opções políticas
dos cristãos
na América Latina*

Realizar-se-á em Outubro, em Puebla, no México, a terceira Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM). Trata-se da reunião máxima da Igreja Católica no continente, e reúne representantes de todos os episcopados nacionais da região. Desde que formalmente se constituiu a CELAM, em meados da década de cinquenta, como a mais alta instância orgânica permanente do mundo católico latino-americano, o encontro dos bispos tem constituído uma oportunidade para avaliar as novas tendências do pensamento cristão, medir a correlação de forças dos diferentes sectores internos da Igreja e proporcionar as bases de um programa comum para o cumprimento das tarefas, tanto teológicas como políticas, das hierarquias eclesásticas de cada país.

Estes antecedentes explicam a extraordinária atenção que concitou este encontro. Que oferece, também, uma oportunidade singular para efectuar um balanço do ocorrido no

campo cristão nos dez anos decisivos que transcorreram desde a realização do CELAM II em Medellín, na Colômbia, em Agosto e Setembro de 1968, até aos dias de hoje.

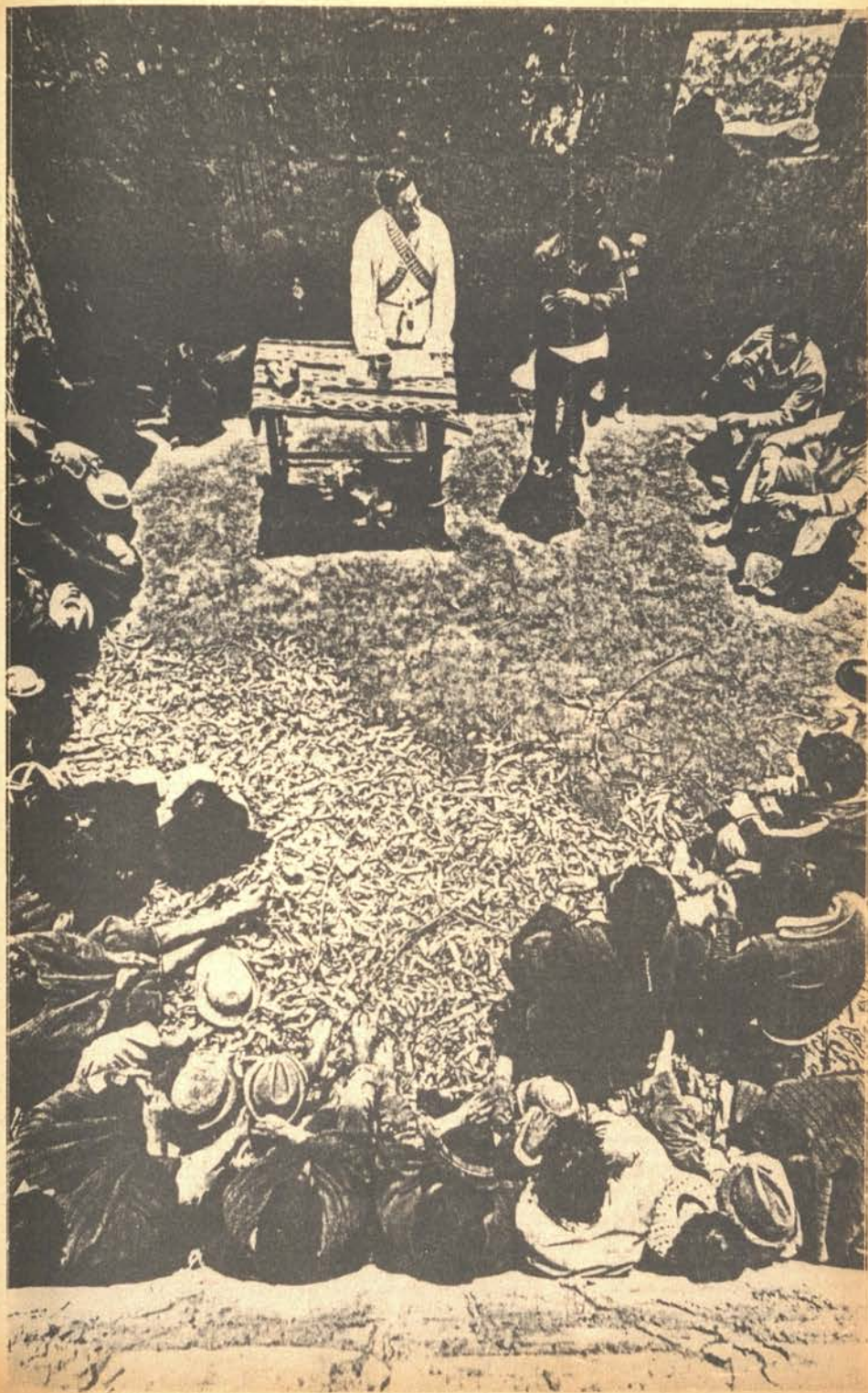
AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS

A história contemporânea da participação dos cristãos nos processos políticos da área, tem-se caracterizado pela rotura do consenso em torno das orientações fundamentais. É uma tendência que se manifesta desde os finais da Segunda Guerra Mundial, quando as velhas visões conservadoras, que contavam com o apoio das hierarquias desde o período colonial, perdem hegemonia ao entrar em conflito com os novos esquemas social-cristãos derivados da chamada "Doutrina Social da Igreja", que se desenvolve vigorosamente a partir da Encíclica "Rerum Novarum" promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, doutrina que, de uma maneira geral, só mui-

Luis Maira

to tardiamente foi difundida nos diversos países latino-americanos.

As tendências conservadoras, que a partir de então se debilitam, encontravam a sua raiz no facto da Igreja constituir a mais importante instituição herdada da época colonial nesses países. No momento da independência, nos princípios do século XIX, a grande maioria das Igrejas nacionais da região tornaram-se solidárias aos interesses da classe dominante, formada pelos grandes *teratenientes*, que organizaram para a sua participação política Partidos Conservadores de tendência mais ou menos uniformes: cépticos da democracia liberal, defenderam a democracia restringida e o direito de voto apenas para aqueles que possuíam rendimentos. Defenderam uma visão patriarcal e paternalista da sociedade, elevando-se como os defensores da lógica de um mundo rural, em que o



progresso e a industrialização constituíam uma ameaça remota que devia a todo o custo ser contida, ao mesmo tempo que se definiam como uma força "confessional". Os conservadores constituíam, pois, partidos de católicos e paracatólicos cuja tarefa primordial era a defesa dos interesses da Igreja no âmbito político, combatendo aqueles grupos liberais e racionalistas que procuravam, através de uma perspectiva laica, reduzir os privilégios dela e pôr termo à sua vinculação oficial com o Estado.

O esgotamento do projecto nacional dos sectores conservadores — a partir da industrialização e do crescimento dos aglomerados urbanos, que se torna muito dinâmica em diversos países da América Latina depois da crise capitalista de 1929 — impõe à Igreja a procura de um universo ideológico diferente para encarar as novas circunstâncias. Trata-se, agora, de fazer frente ao desenvolvimento capitalista, ao ascenso das organizações operárias e a uma articulação do movimento popular, que o surgimento dos diferentes proletariados dos países latino-americanos colocam na ordem do dia.

OS PARTIDOS DEMOCRATAS-CRISTÃO

A expressão desta segunda fase será a procura de mecanismos para a humanização do capitalismo, a partir de uma posição de contestação inicial dos sistemas sociais fundamentais. Será a época que Emmanuel Mounier denominava de "dupla negação":

"nem capitalismo, nem socialismo"; "nem direitas, nem esquerdas".

A Igreja define-se, agora, pela busca de um meio justo que corrija os excessos e injustiças do capitalismo, de modo a que favoreça aquelas reformas parciais capazes de barrar o caminho ao "perigo comunista". Contudo, esta linha leva algum tempo a passar das recomendações doutrinárias à expressão política concreta, mas finalmente é encarnada nos Partidos Democratas-Cristãos. A partir da década de cinquenta, os PDCs emergem vigorosamente na maioria dos países da região, com todas as características de uma nova força e com a sua confiança na superioridade de uma "terceira solução". Nessa altura, os próprios quadros superiores da Igreja se encarregam de remover a base social de apoio dos antigos Partidos Conservadores para as novas Democracias Cristãs; tal fenómeno foi particularmente nítido em países do Cone Sul como o Peru, Chile e Uruguai. E com características algo diferentes, teve lugar também no Brasil, Equador, El Salvador e na Venezuela.

Em princípios dos anos sessenta, os projectos políticos dos Partidos Democratas Cristãos ganharam crescente influência, sobretudo após o triunfo da Revolução Cubana, que leva a que sectores muito importantes do Departamento de Estado e do governo norte-americano vejam a necessidade de travar o passo à "ameaça socialista". Nesse sentido, defendem experiências de reforma e modernização, capazes de remover o contencioso e os

melindres do passado colonial, e de articular uma aliança social que junte aos sectores da (pequena e grande) burguesia os grupos "marginais" (favelados e camponeses). O objectivo era deixar em posição de completo isolamento a classe operária e os seus partidos, com o que se esperava privar de toda a viabilidade a implantação de uma sociedade socialista.

As experiências que tiveram lugar na segunda metade da passada década no Peru, com o Presidente Fernando Belaúnde; na Venezuela com Rafael Caldera e no Chile com Eduardo Frei e o seu projecto de "uma revolução na liberdade", foram as manifestações mais significativas do auge desta corrente.

O COMPROMISSO REVOLUCIONÁRIO

No entanto, o fracasso dos projectos reformistas do social-cristianismo originou um inesperado fenómeno; o surgimento de uma terceira opção entre os cristãos latino-americanos. E com ela brotarão as tendências socialistas que originarão um vasto panorama de movimentos cristãos revolucionários.

A primeira chamada de atenção em torno desta radicalização, produz-se com a participação do sacerdote Camilo Torres na luta armada colombiana e com a sua posterior morte em combate, em Fevereiro de 1966. A partir daí, desenvolveu-se em quase todos os países da América Latina a criação de grupos de sacerdotes e fiéis que assumem um compromisso político com a revolução a



Camilo Torres, padre...



...e guerrilheiro

partir da perspectiva religiosa e mesmo de instâncias eclesiais. Tal carácter terão os movimentos de Padres para o Terceiro Mundo na Argentina, o movimento sacerdotal ONIS no Peru, o dos Cristãos para o Socialismo no Chile e o das Comunidades de Base Cristã no Brasil.

Todos estes movimentos se constituíram nos últimos anos da década passada e alcançaram o seu momento de maior influência antes do refluxo do movimento popular que se produziu a partir de 1973, após os golpes de Estado do Uruguai e do Chile. Uma outra expressão deste movimento foi a incorporação de amplos sectores católicos na base militante dos partidos operários ou em partidos

de esquerda cristã que foram surgindo durante esse período.

A CONFERÊNCIA DE MEDELLIN

Após esta descrição, tanto do leque de actores e forças políticas de inspiração cristã como dos projectos específicos que estas defendiam, cabe perguntar qual o seu impacto no interior da Igreja e da sua capacidade para influir no pensamento oficial desta. Neste sentido, um primeiro facto a ter em consideração são os resultados do Segundo Concílio Vaticano, concluído em 1965. O "aggiornamento" da Igreja entendido pelo Papa João XXIII traduz-se numa nova reflexão dos problemas po-

líticos e da função da Igreja nestes, impondo uma linguagem renovada e muito mais aberta à mudança (pense-se, por exemplo, na Constituição "Gaudium et Spes" acerca da função da Igreja no mundo moderno).

Na América Latina, o efeito político da retórica utilizada foi triplo: privou de legitimidade as posições conservadoras; converteu quase em pensamento oficial as teses social-cristãs dos PDCs e abriu um espaço, devido às suas formulações mais audazes, a uma linha de compatibilização entre cristianismo e socialismo (é a época dos grandes diálogos cristão-marxistas na Europa e do aparecimento de novos grupos de reflexão como "Frères de

Monde" e "Lumière et Vie", que terão bem de pressa algum impacto nesta parte do Mundo).

O CELAM II de Medellín, em 1968, teve precisamente como propósito o ajustamento da Igreja Latino-Americana aos novos conteúdos do pensamento do Vaticano. Não é evidentemente por acaso que as suas resoluções se publicam sob o título "A Igreja na actual transformação da América Latina, à luz do Concílio".

De acordo com uma versão muito difundida, Medellín teria sido o momento do triunfo das posições progressistas. Mas qual será a verdade? Pensamos que o encontro dos Bispos na Colômbia teve lugar num momento de paralisação temporal dos grupos conservadores, como consequência das resoluções do Concílio e de perda de vitalidade dos grupos reformistas social-cristãos, como resultado dos problemas e dificuldades que afrontavam as suas experiências políticas por essa altura (é a época em que o governo de Belaúnde é derrubado no Peru, e em que o governo de Frei no Chile abandona toda a dinâmica transformadora e contém as pressões populares apenas à custa de um incremento sistemático da repressão).

Então, frente a essa debilidade conjuntural dos sectores social-cristãos, claramente maioritários entre os Bispos da América Latina, determinadas personalidades progressistas ficam em condições, actuando como assessores técnicos dos grupos de trabalho, de introduzir categorias e esquemas renovadores que acabam

por ser aprovados nas resoluções finais. Em sentido estrito, a maioria dos bispos presentes no CELAM II sanciona textos cujos conteúdos vão bastante mais além da sua própria vontade e disposição políticas. Isso explica que praticamente desde 1969, em diversas Conferências Episcopais, seja muito forte a tendência que defende a necessidade de rever o aprovado em Medellín, no sentido de se obter um texto "mais razoável".

O ÚLTIMO DECÊNIO

A melhor confirmação do que afirmamos é que inclusivamente entre os diferentes capítulos do documento final de Medellín, se observa uma diversidade de orientações; o mais avançado, sem dúvida, é o capítulo 2, com o título de "Paz". É aí, no seu parágrafo 16, que se encontra a famosa tese sobre a violência institucionalizada na América Latina.

Uma interpretação do acontecido no último decénio no interior da Igreja, que tenha em consideração o verdadeiro balanço de forças, permitirá entender melhor as alterações operadas durante esse período que culminará com o próximo encontro de Puebla.

Esta fase caracteriza-se em primeiro lugar pela consolidação e desenvolvimento da tendência cristã-socialista, através de numerosos movimentos e grupos, tanto políticos como de reflexão religiosa. Que coincide com o quinquénio, entre 1968 e 1972, de ascenso dos sectores de esquerda latino-americanos,

período em que surgem experiências tão importantes como os governos militares nacionalistas de Juan Velasco Alvarado, no Peru, e Juan José Torres, na Bolívia; a constituição da "Frente Ampla" no Uruguai; o ascenso da luta nacionalista no Panamá; o questionamento pelos sectores populares do regime militar na Argentina e a vitória da "Unidade Popular" com Salvador Allende, no Chile.

Estes factos actuaram como factor catalizador no desenvolvimento orgânico dos grupos cristãos de vanguarda, uma vez que a presença dos cristãos nesses movimentos ajudou a consolidar uma nova visão da colaboração estratégica entre os sectores revolucionários marxistas e os cristãos, com o objectivo de somar forças para tornar possível a realização de experiências socialistas na região.

Por haverem compartilhado os intentos revolucionários frustrados dos princípios desta década, os cristãos socialistas da América Latina compartilharam igualmente da sorte do movimento popular e sofreram a repressão, a tortura, o exílio e a morte. Este facto parece-nos especialmente importante no momento de recuperação das possibilidades políticas para as forças populares, enquanto se crie condições para uma ampla participação das massas cristãs na revolução latino-americana.

O surgimento das ditaduras militares foi acompanhado de uma revitalização das tendências católicas integracionistas, que foram substituindo no campo da direita católica os conserva-



Os ditadores autoproclamam-se defensores da "fé": benzem-se com a esquerda, e esgamam com a direita

dores, pois devido às suas concepções autoritárias, ao seu espírito reaccionário e ao seu puritanismo moral, resultam muito funcionais com os critérios da "Doutrina da Segurança Nacio-

nal" que aqueles tentaram implantar. Convertidos em influentes dos ditadores, os dirigentes integracionistas procuraram utilizar o poder estatal para impulsionar uma ope-

ração encaminhada em subordinar as hierarquias eclesiásticas à acção destes governos, que se autodefinem como "católicos", e a exigir uma limpeza no interior das Igrejas daqueles

igreja sectores "infiltrados pelo marxismo".

Tanto esta tentativa, como as pretensões totalizantes das teorias de segurança nacional que procuram manipular os valores cristãos e colocar a sua legitimidade ao serviço da guerra interna contra o extremismo, forçaram as conferências episcopais a ir tomando resoluções de oposição às ditaduras militares. Que, nalguns casos, chegou a ser muito resoluto. A Igreja católica conquistou deste modo um prestígio para a sua defesa dos direitos humanos, uma vez que afirmou a sua presença na sociedade civil, longe das oportunidades e deformações do poder estatal. Pela primeira vez em muito tempo os pobres da América Latina viram a Igreja, como instituição, do seu lado.

Os projectos reformistas, com a sua linguagem de retorno à democracia, conquistaram posições e edificaram uma nova hegemonia. Projectos como o das democracias viáveis ou restringidas, que contam com grande apoio nas equipas da Administração Carter, resultam especialmente favoráveis para os partidos social-democratas e para os partidos democratas-cristãos da região, que tendem a enfrentar num só bloco a luta contra os regimes de excepção que lhes travam o passo. Por isso parece-nos que à medida que este conflito progrida, as instâncias máximas da Igreja Católica tenderão a identificar-se com estes grupos.

QUE SE PASSARÁ EM PUEBLA?

O debate político durante a próxima reunião de



Existem sectores da Igreja na América Latina que tradicionalmente são cúmplices do poder das ditaduras

Puebla estará marcado por estas tendências. As posições conservadoras poderão ser derrotadas se os sectores progressistas conseguirem persuadir o bloco maioritário do centro do perigo que isso representaria para a Igreja. O tema dos direitos humanos será um ponto em torno do qual se tecerão as críticas aos regimes militares mais duros. A opção pelo *desenvolvimento compartilhado* será o tema que certamente favorecerá a reidentificação da Igreja oficial e hierárquica com as tendências políticas do reformismo. Mas

também se houver uma acção táctica adequada, que projecte a contradição *Igreja-ditaduras* como o enfrentamento principal, então, continuarão latentes as possibilidades de trabalho para os sectores cristãos de esquerda, os que, como até agora, devem continuar a afixar as suas possibilidades na tenacidade e eficácia da sua actuação na base, sabendo que são uma parte viva e influente da Igreja. Mas que, no entanto, durante um longo período, terão que trabalhar sem o apoio e as simpatias da hierarquia.

MEDIO ORIENTE

CAMPO DAVID: o «boomerang» de Carter

o terceiro mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242 1957

*Antes de analisar os acordos de Campo David,
as suas repercussões e as reacções desencadeadas no mundo árabe
pelas desmedidas concessões do Presidente Sadate,
importa recordar as linhas gerais
da geopolítica norte-americana no Médio Oriente.*

Nessa área coincidem dois aspectos críticos para a estratégia imperial dos Estados Unidos — lá estão os poços petrolíferos árabes e iranianos de cuja produção dependem; e a própria localização geopolítica da região, confinante com o flanco sul da União Soviética e do dispositivo militar da NATO no Mediterrâneo.

Por mais que a contra-informação da Casa Branca esteja sempre anunciando novas descobertas em matéria energética, a possibilidade de substituição pelo menos parcial do petróleo como combustível, a verdade é que os Estados Unidos nunca consumiram tanta gasolina nem foram tão dependentes da produção árabe como no presente.

DO CORNO DA AFRICA AO AFGANISTÃO

Por outro lado, as últimas mudanças no Médio Oriente e na Ásia Central não são tranquilizadores para o projecto energético yanque. A situação no Irão é sumamente delicada. A tragédia do terramoto de Tabas — que propiciou um tácito armistício na luta interna como

condição de solidariedade aos atingidos — interrompeu por alguns dias a dura confrontação entre o povo iraniano e o Xá. Mas esta situação é transitória e logo a luta recomeçará.

Apesar do brutal regime repressivo dominante no Irão, o Presidente Carter apressou-se a transmitir por telefone ao Xá a sua solidariedade, contra a sublevação popular. Uma vez mais a utopia da defesa dos direitos humanos cedeu lugar aos interesses reais da política externa norte-americana.

E não menos cômoda é a posição do Irão no campo internacional. A revolução afegã deixa o regime do Xá virtualmente cercado por países progressistas: ao Norte (URSS), a Leste (Afeganistão) e a Oeste (Iraque). E essa não é uma situação que o Pentágono veja com tranquilidade.

Na península e no corno da África, o curso dos acontecimentos tampouco foi favorável para os interesses norte-americanos. O golpe reaccionário contra o governo do Yemen do Sul falhou e provocou — ao contrário das esperanças da Arábia Saudita — um endureci-



mento da linha revolucionária daquele país.

Na Etiópia também se consolida o processo revolucionário. O fim das operações no Ogaden e a redução das acções militares na Eritreia podem contribuir para diminuir as tensões políticas na área e abrir caminho a um entendimento da Etiópia com os grupos progressistas do Movimento de Libertação Eritreu. As manobras da CIA e dos serviços de espionagem ocidentais, ao procurar estimular divisões e contradições na região, encontram-se com realidades diferentes das de alguns meses atrás.

A SITUAÇÃO NO LÍBANO

Também não foram convenientes para os Estados Unidos a mais recente evolução dos acontecimentos no Líbano. O objectivo central da guerra civil e da intervenção estrangeira naquele país foi sem dúvida alguma destruir a resistência palestina e os seus aliados do movimento progressistas libanês. Esse projecto contou no princípio com a cónivência síria e a chamada Força Árabe de Dissuasão (FAD), dominada pelos sírios, desempenhou um papel importante no plano anti-palestinos.

Em determinado momento havia no Líbano cerca de cento e cinquenta mil soldados da FAD, das milícias direitistas e do que restou do Exército regular libanês. Em comparação, havia mais soldados por metro quadrado que no Vietnam.

Apesar dessa imensa pressão militar, os palestinianos não somente se mantiveram como melhoraram as suas posições. Isso deve-se, essencialmente à sua politização; à extraordinária organiza-

ção alcançada por suas forças em todos os níveis e a uma crescente unidade que avança a passos largos não só no campo político como fundamentalmente na estrutura militar. O facto da desesperada tentativa de destruir a resistência palestina ter falhado, reflectiu-se no contexto árabe, principalmente na Síria, cuja posição passa por mudanças evidentes.

A unidade de mais de um milhão de palestinianos na Cisjordânia e quase quinhentos mil na Faixa de Gaza nunca foi maior do que agora. As eleições municipais, propiciadas pelo governo de Israel com a esperança de dividir os árabes na Cisjordânia, tiveram resultados opostos.

As listas eleitorais que se apresentaram às urnas com o programa da Organização da Libertação da Palestina (OLP) obtiveram cerca de 86 por cento dos votos, vencendo inclusive em cidades que estavam ocupadas pelos israelitas desde 1948. Uma delas foi Nazareth, berço de Cristo, onde Tauffic Riad poeta da resistência palestina — foi eleito governador. Ele é agora o único governador comunista em todo o Médio Oriente, pois pertence ao Rakah, ou seja, o Partido Comunista que actua em Israel.

Com uma greve geral na Cisjordânia e manifestações em que se queimaram as efígies de Beguin, Carter e Sadate, os palestinianos responderam aos acordos de Campo David.

O PAPEL DE SADATE

Para os Estados Unidos, agora, é fundamental explorar ao máximo a influência que exerce sobre Sadate e tentar por todos os meios abrir brechas na unidade árabe através de um acordo em separado do Egipto com Israel. A posição cada vez mais contra-revolucionária e pró-americana do governo do presidente Sadate facilita a acção da Casa Branca.

No campo interno, Sadate afasta-se cada vez mais da revolução nasserista e aproxima-se da estratégia norte-americana. Com a criação, sob o seu comando, de um novo partido de linha mais

conservadora e a repressão à esquerda egípcia (principalmente aos sectores que reivindicam as conquistas nasseristas) o seu governo apaga os últimos vestígios da revolução iniciada em 1952, apesar disso lhe criar dificuldades crescentes no interior do país. Nas últimas semanas registaram-se actos revolucionários em muitas cidades e a crise política envolveu o próprio primeiro ministro, um poderoso industrial que Sadate começa a ver como um concorrente.

Tudo isso o torna cada vez mais dependente dos Estados Unidos. A sua autoridade reduziu-se de tal forma que já havia chegado a Campo David derrotado.

O FUNDO DO PROBLEMA

Para os Estados Unidos, a adesão incondicional de Sadate não é uma meta em si mesma, mas apenas um instrumento conveniente à sua estratégia, que é de destruir a resistência palestina e isolar política e militarmente os países árabes que se opõem ao seu projecto.

E isso explica o carácter trilateral das conversações de Campo David. Como entender conversações de paz entre árabes e israelitas que excluem o elemento principal do conflito, que são os palestinos, e que dispensam os entendimentos de todo um grupo de países que estão directa ou indirectamente envolvidos no problema? O mínimo que se pode esperar desse tipo de negociações é que essas forças, com enorme poder de influência e de luta, não se considerem obrigadas a acatar nenhuma das resoluções tomadas por trás das suas costas.

O acordo de Campo David assim concebido já nasce morto. Pode ser interpretado com justiça como uma hábil manobra dos Estados Unidos para consolidar o domínio militar de Israel — ponta de lança da presença militar norte-americana no Médio Oriente — para dividir os árabes e debilitar a capacidade de luta dos seus sectores mais progressistas; incluídos entre eles os palestinos.



Mas faltam-lhe condições mínimas de viabilidade e muito menos poderá terminar com a guerra.

O ACORDO EM SI MESMO

A rigor, o que se decidiu em Campo David é a consagração das teses do governo do primeiro Ministro Menahem Begin e do seu partido, o Likud.

Não se reconhece a autodeterminação do povo palestino, que é impedido de ter uma identidade nacional (pois se vê obrigado a escolher entre ser jordano ou israelita), a autonomia prometida é para daqui a cinco anos e está condicionada por inumeráveis obstáculos. Israel reserva-se o direito de ter forças militares na região por tempo indefinido ou para sempre, como disse Begin à Imprensa. O que realmente se coloca é uma divisão do domínio político e económico da região ocupada na margem ocidental do rio Jordão, entre Israel e Jordânia, numa divisão muito mais simbólica que real, dado que o poder de decisão estaria em Telaviv e não em Amã.

A humilhação que se pretende impôr ao Egipto não é menor. O exercício da soberania sobre os territórios egípcios ocupados por Israel ficará condicionado aos interesses estratégicos de Wa-



Quem ri por último...

shington que reivindica o direito ao controlo real das instalações militares na área.

Nem mesmo o problema dos colonatos israelitas nas regiões ocupadas encontrou em Campo David uma solução adequada. Aparentemente o acordo implicaria no seu desmantelamento. Carter disse que é uma condição "sine qua non" das negociações. Mas em declarações à televisão do seu país, Begin foi muito claro a respeito disso: Israel não se comprometeu a liquidar esses enclaves de tipo colonial.

Sobre Jerusalém, ponto fundamental para os seiscentos milhões de muçulmanos no mundo, não se tomou nenhum tipo de resolução, como se um problema de tal relevância não existisse.

O que é que fica então do acordo?

O esforço para debilitar a unidade árabe e a oficialização da defecção do Governo egípcio, historicamente um dos mais dinâmicos e poderosos da resistência árabe.

As reacções que se estão verificando nos países árabes contra os acordos an-

tecipam dificuldades muito grandes para a concretização desse virtual "diktat" de Washington a Sadate. Quando as resoluções de Campo David são rechaçadas por regimes ultradireitistas e pró-norte-americanas como as da Arábia Saudita e da Jordânia, cujos Governos manifestaram a sua rejeição, é porque a capitulação exigida iria muito além do seu sacrifício político para constituir-se numa total renúncia a séculos de História e de lutas a favor da causa árabe.

EXPANSIONISMO MILITARISTA

Menahem Begin disse que os interesses fundamentais de Israel foram preservados. Isso é verdade se por interesses fundamentais entendemos as conquistas da sua política expansionista.

O problema de fundo do Estado judeu, o seu projecto de consolidar um "Grande Israel" do Eufrates ao Nilo, apoiado num Estado militarista, não foi tocado nas discussões. Pelo contrário, Menahem Begin recebeu de Carter novas promessas de ajuda militar ilimitada e assistência financeira, que de maneira nenhuma se destina a melhorar as condições de vida dos grupos marginalizados da sociedade israelita — mas apenas a fortalecer o seu aparato militar e a sua indústria bélica.

Essa ajuda de Washington estimula a coalizão das forças direitistas que apoiam o Governo de Menahem Begin, empenhadas em consolidar a sua política expansionista cuja expressão concreta é o poderio militar do Estado Judeu. Actualmente Israel, com três milhões de habitantes, tem quase noventa mil pessoas directa ou indirectamente sob ordens militares. Trinta por cento da sua mão-de-obra trabalha na indústria bélica. Em 1976 exportou seiscentos milhões de dólares em armamento e mil milhões em 1977, dos quais cerca de sessenta por cento para a América Latina; na Nicarágua o regime de Somoza combate com armas israelitas, que são vendidas generosamente a todas as ditaduras latino-americanas.



...ri melhor

O plano do ministro Ariel Sharon, um general de blindados conhecido pelas suas tendências ultradireitistas e agora convertido em ministro da Agricultura, não deixa lugar a dúvidas quanto ao projecto nacional israelita: ele quer levar para Israel mais dois milhões de pessoas nos próximos anos. Onde colocá-las? Inevitavelmente será nas terras árabes que Israel se nega a devolver.

Para apoiar este projecto é que se construiu este imenso arsenal militar cuja eficácia será maior na medida em que se dividir os árabes e enfraquecer a sua unidade militar e política, e bloquear-se a mobilização de governos e forças populares empenhadas em transformações revolucionárias.

É possível que em Campo David Carter tenha salvado, pelo menos temporariamente, a imagem do seu debilitado Governo, e que tenha saído, por agora, do beco que parecia fatal. Mas a rejeição no mundo árabe pode transformar o "show" de Campo David num imenso e fatal "boomerang".

Deve-se considerar que também no Egipto a oposição aos acordos é crescente. Chegará o momento em que a

dissidência penetrará nos quartéis, mobilizando a resistência e restabelecendo nas suas Forças Armadas os grandes princípios que em 1952 as levaram a destruir uma monarquia entreguista e a apoiar as bases de uma revolução nacional frustrada e inconclusa, mas de profundo sentido anti-imperialista e popular.

Campo David pode também produzir um resultado diferente do que esperava Washington: que se debilite o apoio da direita árabe à posição de Sadate e que avance a unidade dos países progressistas. Estes estão ante o desafio de buscar, numa crescente aliança com a área socialista, o fortalecimento das suas posições e a ampliação da sua área de apoio.

Por tudo isto, Campo David pode não ser o fim de dois mil anos de desentendimentos e de guerra, como vaticinou Carter, mas sim o incontável detonante de um processo de radicalização que a longo prazo poderá romper o actual impasse político e militar no Médio Oriente, em favor de uma mudança revolucionária e de uma paz justa e verdadeira.

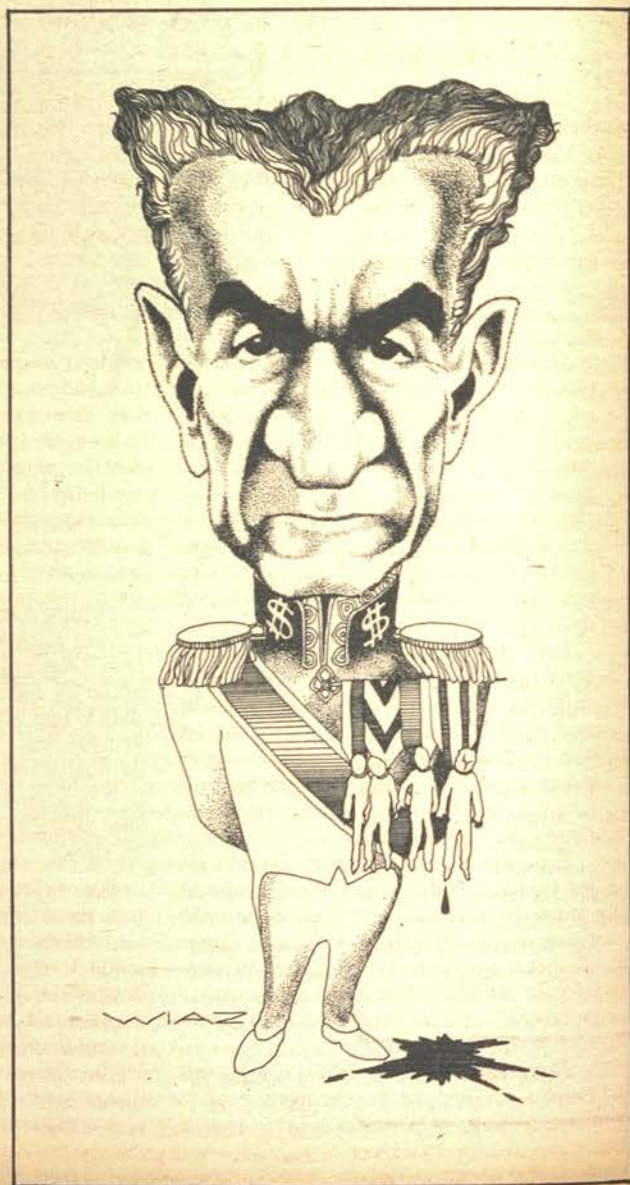
IRÃO

o regime condenado

COM a nomeação do novo gabinete, chefiado pelo primeiro-ministro Jafar Sharif Emami que tomou posse no dia 27 de Agosto, o Xá Reza Pahlevi tentava iniciar uma nova etapa da sua longa ditadura e superar a presente crise. Esta é a mais profunda desde o 19 de Agosto de 1953 quando a CIA organizou o golpe que o recolocou no seu trono. (ver *Cadernos do Terceiro Mundo* n.º 7)

Trata-se de uma explosão de descontentamento popular expressa a todos os níveis: religiosos, jovens, comerciantes, trabalhadores, intelectuais, etc... coincidem de diferentes ângulos em exigir a renúncia do monarca e a devolução das liberdades que o Xá nega ao seu país.

As primeiras manifestações tiveram origem religiosa. Em Outubro de 1977, o governo proibiu o uso do véu (*chador*) nos colégios femininos e iniciaram-se os primeiros protestos. Em Janeiro, na cidade sagrada de Qom, produziu-se uma série de manifestações de repúdio a um violento ataque publicado pelo diário *Étala* — inspirado pelo governo — contra o *Ayatolah* Khomeiny. O *Ayatolah* é a máxima dignidade religiosa no rito islâmico *chiita* e significa literalmente "o exemplo de Alah". Khol-



meiny exilado no Iraque é o *ayatollah* de maior hierarquia.

ENTERROS E PROTESTOS

Como é do seu costume, o Xá mandou as suas tropas reprimir as manifestações. E assim, articulou-se a série contínua de protestos. Enterram-se as vítimas e guarda-se o luto de quarenta dias previsto pelo culto.

Vencido este prazo os fiéis congregam-se nas mesquitas e partem às ruas clamando contra o Xá, a corrupção, a imoralidade e pedindo a volta à constituição de 1906. Esta unifica toda a oposição, pois, simultaneamente, tem princípios liberais, e estabelece que as leis não podem estar em contradição com a religião.

A frente das massas colocam-se os sacerdotes (*mullahs*) vestidos com camisas fúnebres. Os políticos reprimem. Assim sucede desde Janeiro, em todo o país, e a amplitude do desafio vai aumentando. Já são centenas de sacerdotes mortos ou presos.

No entanto, o descontentamento não é somente originado por motivos religiosos. Estes são provocados pela americanização imposta pelo Xá de modo acelerado, varrendo com as tradições, afectando a moralidade pública, bem como o papel já restrito concedido pelo regime ao islamismo chiita.

O ESCÂNDALO PETROLÍFERO

Como parte inseparável do esquema de economia

dependente, em relação às empresas multinacionais, praticado pelo Xá, processa-se uma pauperização das massas. Harim Sendjabi da Frente Nacional, organização criada por Mohamed Mossadegh — o primeiro-ministro que a CIA derrubou para devolver o poder a Pahlevi, e ficar com o petróleo iraniano — respondeu assim a um jornalista que lhe perguntou que género de coisas não poderia nunca perdoar ao Xá: *“As perseguições que sofremos encontramos-se em último lugar. Não podemos perdoar-lhe ter arruinado o país, ter vendido as suas riquezas. A Reforma Agrária do imperador é um fracasso: eramos exportadores de alimentos, agora somos importadores. A sua política comercial fracassou: as exportações não-petrolíferas são irrisórias. A sua política industrial fracassou: o que foi realizado não nos faz sair do subdesenvolvimento. É uma mera indústria de montagem para maquinarias e manufacturas concebidas e produzidas no estrangeiro. Mas o maior desastre é a política petrolífera da qual o regime tanto se orgulha. Diz que o nosso rendimento nacional cresceu de maneira impressionante, mas o rendimento é algo que se reproduz e acontece que daqui a quinze anos o petróleo vai acabar, e não seremos capazes de criar nenhuma fonte de riqueza equivalente. Estamos delapidando não só o rendimento como também o capital. Nem sequer se consegue controlar o ritmo de extracção do petróleo, que se faz em função não das necessidades do Irão mas dos clientes, ao ponto de encontrarmo-nos com*

montanhas de dólares que não estávamos em condições de investir. Esse dinheiro foi parar no bolso de especuladores desonestos e mercadores de canhões”.

Sendjabi, um moderado (*“na Europa eu seria um social-democrata”* — diz) representa uma oposição tolerada ultimamente, à diferença do Tudeh (Partido Comunista) que é frontalmente perseguido, e está há trinta anos na clandestinidade. Mas a oposição no seu conjunto carece de existência legal e de possibilidades de organizar-se e actuar publicamente.

POLÍTICA NAS MESQUITAS

As mesquitas converteram-se num centro de reunião e diálogo. Este processo levou à progressiva aproximação entre todos os opositores, religiosos ou laicos. O Xá qualifica esta aproximação de *“islamismo marxista”* e afirma que a oposição é composta dos dois opostos *“a reacção negra”* e o *“extremismo vermelho”*. Se bem que o sector progressista do clero procure conciliar os textos religiosos com as reformas sociais, o denominador comum dos distintos opositoristas é a rejeição à ditadura do Xá dentro de uma frente amplíssima que está a moldar.

Este é o perigo que tira o sono ao Xá, isolado e dependente do exército como único suporte do regime. É por isso que tenta desesperadamente dividir os seus adversários. Procurou primeiro um diálogo com os

Irã Ayatolah, o qual não avançou, já que Pahlevi não quis fazer concessões de fundo.

O INCÊNDIO DO REX

Intensificou a repressão estendendo-a aos sacerdotes, que não se intimidaram. Veio depois o incêndio do cinema Rex, em Abadan, que provocou 430 mortos. O Xá atribuiu-o aos extremistas. Porém, todas as suspeitas (recaem sobre o seu próprio governo. Ninguém pode entender como em Abadam, centro petrolífero do país, dotado de modernos e velozes sistemas de luta contra incêndios, tenha passado três horas antes que os bombeiros chegassem e que a primeira cisterna não tivesse água. Como é possível que isto acontecesse a 200 metros de uma esquadra da polícia sem que ninguém intervisse para derrubar as portas que estavam (ou haviam sido) bloqueadas?

O chefe de polícia de Abadan contradisse-se nas suas versões sobre o acontecimento e não foi capaz de apresentar uma só prova de culpa contra os "extremistas" que acusou.

Responsável ou não pelo atentado, o certo é que o regime do Xá quis explorá-lo politicamente num momento de ascenso dos protestos.

Na realidade, porém, o ceptiscismo com relação ao regime já avançara muito e ninguém acreditou. Segundo Sendjabi, tratou-se de uma imitação do incêndio do *Reichstag*, organizado por Goering, em 1933, e atribuído aos comunistas que logo foram presos em massa.

ADEQUANDO-SE A CARTER

O trágico episódio mostrou ao monarca que devia buscar novas fórmulas. Daí a mudança de gabinete que tenta aparentar uma mudança de política. O Xá afastou Jamshid Amuzegar, um tecnocrata, e chamou Emami. A escolha evoca uma velha jogada de Bahlevi, cujo regime é tão dependente dos Estados Unidos que se sente obrigado a adequar-se aos seus diferentes governos. Com efeito, Emami fora chamado a desempenhar o mesmo cargo no início dos anos 60, quando John Kennedy, favorável às fórmulas democráticas-liberais, considerava inconveniente o tipo de ditadura selvagem que imperava no Irão.

Emami assumiu então a tarefa de fazer a repressão mais selectiva, mais refinada e mais dissimulada, e Pahlevi continuou a gozar do apoio da Casa Branca. Agora trata-se de ao mesmo tempo acalmar a rebelião interna e contentar o actual presidente James Carter com a sua bandeira dos direitos humanos.

Emami, além disso, apresenta a vantagem de ser filho e neto de sacerdotes. Segundo afirmam dirigentes da Frente Nacional trata-se, no entanto, de um mação, o que o impediria de ser um bom interlocutor dos religiosos. Ao assumir o seu cargo, a primeira coisa que fez foi reimplantar o calendário religioso e prometer que "*fomentar-se-á o respeito aos princípios religiosos, aos sacerdotes e às leis islâmicas*". Proclamou

que lutará contra a corrupção e a burocracia excessiva e a favor da democracia.

A julgar pelas palavras, a monarquia havia aceite alguns princípios esgrimidos pela oposição. Na realidade, porém, não fez concessões reais. Uma delas, o regresso à Constituição de 1906 não aparece nas declarações de Pahlevi ou Emami. E quanto à democratização trata-se de uma armadilha na qual pretende fazer cair os seus adversários.

O Xá prometera no início de Agosto "*eleições livres a cem por cento*". Disse que terminaria com o sistema do partido único e que permitiria a participação dos partidos da oposição nas eleições e no Parlamento. Acto contínuo declarou que o *Tudeh* estaria excluído desta liberalização.

A MARÉ OPOSITORA

Mas isso não é tudo: expressou em seguida que os partidos deveriam declarar-se leais à monarquia, na sua forma actual. E como acontece que o parlamento iraniano não tem nenhum poder, que se encontra todo ele nas mãos do monarca, tratava-se simplesmente de conceder alguns assentos carentes de valor em troca do apoio à monarquia.

Por isso todos os partidos rejeitaram a proposta do Xá. Agora Emami insiste. Promete a plena liberdade aos partidos mas não esclarece as questões chaves. A oposição não aceitará um diálogo com o regime a menos que este se mostre disposto a concessões.

AFRICA

Ilhas do Índico na mira dos mercenários

*Depois das Comores
os mercenários ameaçam
as Seychelles*

BOB Denard, mercenário de longa "trajectória", vitorioso na sua missão de derrubar o governo progressista do Presidente Ali Soilih, procurou agora, seguindo o mesmo modelo de intervenção, acabar com a experiência socialista das ilhas Seychelles.

Quando em 1976 se desenrolou em Luanda o julgamento público dos mercenários capturados pelas Forças Populares de Libertação de Angola durante a luta travada para consolidar a recente independência, a opinião pública internacional constatou que o mercenarismo não havia terminado. E não só não havia terminado como nos Estados Unidos, França, Inglaterra e noutros países ocidentais, os mercenários eram recrutados em operações mais ou menos abertas, com somas fabulosas



Beatriz Bissio

pelo meio (e em várias ocasiões com direito a saque, o melhor estímulo dos célebres piratas do Caribe dos séculos XVII e XVIII).

Meses mais tarde, foi denunciada a presença de mercenários na Rodésia e na Namíbia, em que se integravam também oficiais portugueses que se sentiam defraudados com a derrota do colonialismo no seu país, colaborando com militares sul-africanos na tentativa de deter a insurreição nas fronteiras da África do Sul.

No curso deste ano o mercenarismo voltou a dar que falar. "Célebres" figuras como Philippe Erulin (o coronel que torturou pessoalmente Henri Alleg, segundo o denuncia no seu livro *La Question* aquele dirigente do Partido Comunista Francês, que na década-

da de cinquenta dirigira o periódico **Alger Républicain**), afastado durante algum tempo depois da derrota francesa na Argélia, reapareciam na província zaireense do Shaba defendendo a corrupta tirania de Mobutu.

Juntamente com ele, ressuscitaram outros mercenários, como Bob Denard, o qual desde a Argélia ao Biafra, do Katanga a Angola, sempre esteve ao serviço do imperialismo, pago a peso de ouro. Entre outros "feitos", Denard carrega sobre as suas costas o assassinato de Patrice Lumumba e atrocidades inenarráveis cometidas pelos seus homens na guerra do Katanga.

OPERACÃO COMORES

Mas sem dúvida a operação magistral do mercenarismo de hoje foi a que teve por cenário o arquipélago das ilhas Comores, no Oceano Índico, frente às costas de Moçambique e ao norte de Madagascar.

Desde que à escassos meses, após a independência, foi derrubado o presidente Abdallah, desenvolvia-se na 3ª Comores um importante processo de transformação económica e social, conduzido por Ali Soilih, dirigente de reconhecida opção progressista. Entre as várias medidas radicais tomadas pelo regime de Soilih, destaca-se a de Julho de 77, que instituiu a abolição das patentes nas Forças Armadas, "sequela da colonização francesa".

Na noite de 12 para 13 de Maio último, o Presidente Soilih foi derrubado e encarcerado juntamente com os seus principais as-

sessores e colaboradores, bem como os dirigentes do seu partido. De início a opinião pública foi informada que o golpe tinha sido encabeçada por Said Attumani, ex-ministro do governo de Abdallah. Foi o **Quotidien de la Réunion** — periódico que se edita, como o seu nome sugere, na vizinha ilha de Réunion — o primeiro porta-voz que lançou a denúncia da participação de mercenários no acontecimento. E pouco a pouco foi possível reconstruir a emaranhada meada de episódios que culminou com a implantação de um governo francófilo no arquipélago e com o assassinato do Presidente Soilih, "quando procurava escapar" de uma prisão sob forte vigilância, "com a ajuda dos seus partidários", que já oficialmente tinham sido dados como todos detidos.

Sabe-se hoje, que desde os finais de 77 o golpe estava a ser planeado, e que à frente do mesmo estava a figura de Bob Denard com vários dos seus homens.

Desde há muito tempo que os serviços secretos franceses observavam com temor a experiência das Comores, e anteviam o perigo adicional de ser "contagiosa" para os novos Estados vizinhos do arquipélago, e muito particularmente em relação às Seychelles.

Com o apoio da base militar da ilha da Reunião, da infraestrutura e dos homens estacionados na base francesa de Mayotte, os oficiais franceses operacionais naquela região analisavam a forma de "recuperar" as Comores. Vários movimentos nesse sentido foram detectados ao longo

do ano em curso. Mas tudo indica que foi só após a derrota da esquerda nas últimas eleições parlamentares em França que os homens de Denard receberam a luz verde.

EM BUSCA DE DINHEIRO E AVENTURA

A razão de 10 mil francos por cabeça, e sob o comando de Denard, cinquenta mercenários lançam-se à aventura. Contam com o apoio do ex-presidente Ahmed Abdallah e dos seus partidários, como de figuras do governo de Soilih, que só então revelam os seus verdadeiros interesses, como Mohamed Ahmed, coordenador do Comité de Assuntos Exteriores, e com um plano longamente estudado.

Autodenominaram-se "Força Clandestina de Libertação", e a 12 de Maio embarcam discretamente em Mayotte. O controlo dos pontos nevralgicos assim como dos principais dirigentes, incluindo o próprio Ali Soilih, é obtido sem maiores contratemplos. A 13 de Maio tudo estava consumado. Nove dias mais tarde — após um prudente interregno — Ahmed Abdallah assume as funções de co-presidente do directório político-militar.

Rapidamente é promulgada uma nova Constituição, e também se muda o nome do Estado: que passa a ser República Federal e Islâmica das Comores (1). Os presos políticos da época de Soilih são libertados, porém os partidários do presidente assassinado continuam nas prisões. Recentemente, durante a Cimeira Franco-Africana celebrada



Os "homens de mão" de Bob Denard. Ou os "cooperantes, como ele os classifica

em Paris, o Presidente Senghor do Senegal — que na reunião representou também o novo governo das Comores — declarou que as razões da queda do regime de Soilih tinham que ser procuradas "na falta de democracia e na intolerância religiosa" afirmando ainda que "o novo regime se propõe estabelecer o diálogo".

Informa-se; pouco tempo depois, que o governo é integrado por civis e militares. O correspondente francês Jean Claude Pomonti escreve que por detrás dos muitos nomes muçulmanos que integram o governo existem indícios que se esconde a verdadeira identidade dos militares, que é francesa.

A notícia pouco crível numa primeira análise, foi clinicamente confirmada pelo próprio Bob Denard numa entrevista que concedeu à Africa News, uma

publicação semanal, em que afirma chamar-se agora Coronel Saïd Mustafá Moudjou e, ao mesmo tempo, se ter nacionalizado comorense.

Na sua edição de 28 de Agosto, aquela publicação dá a conhecer a entrevista, assinada pelo correspondente Tony Avirgan. Por considerarmos as suas declarações muito "reveladoras", reproduzimos aqui alguns extratos dessa entrevista:

O CINISMO DE DENARD

Qual o futuro para o seu tipo de trabalho no mundo de hoje?

Está acabado. Os mercenários praticamente desapareceram da superfície da terra. Eu, pessoalmente, sou a única pessoa que teria podido levar por diante uma operação como esta.

O que se disse sobre nós

é mitologia. As pessoas não pensam naquilo que fizemos, mas naquilo que deveríamos fazer, de acordo com o que foram as nossas actividades no passado.

Porque razão a situação se modificou desde 1960?

Há várias razões. As Forças Armadas africanas são agora melhores e um pequeno número de soldados brancos já não consegue ganhar uma guerra contra um exército africano. Para além disso, agora, na maioria dos casos, os africanos são capazes de levar a cabo a sua própria segurança.

Já não se pode pensar em operações grandiosas do tipo da do Katanga (a actual província do Shaba, no Zaire) onde participavam importantes companhias. A única coisa que agora podemos fazer é prestar serviços específicos, em pequena escala. Houve tempo em que efectivamente os nossos

serviços foram necessários. Mas esse tempo já lá vai.

Porque razão comandou o golpe aqui, nas Comores?

Tenho agora 50 anos, e quando um homem chega a esta altura da vida tem de pensar em se afastar das suas actividades e procurar um lugar para se fixar. E não podia deixar o povo das Comores a Ali Soilih.

Sempre participei física e moralmente nas minhas operações. Mas desta vez também participei financeiramente. Eu próprio paguei as armas e ajudei a comprar o barco que nos transportou até aqui.

E quais são os seus planos agora?

O meu papel é pôr o exército das Comores em forma, e depois retirar-me. Agora sou um cidadão das Comores. Se cometo algum erro já não me podem expulsar, mas poderão simplesmente me prender.

Em seis meses o mundo já não pensará em mim. Estarei livre para transportar as minhas bananas. Não terei mais necessidade de utilizar gravatas ou fatos formais. Há aqui boa comida e mulheres jovens e bonitas. Que mais posso pedir? — Comer, dormir, beber e fazer amor — já vê...

Você mudou o nome para o de Coronel Saïd Mustafá Mouhadjou. Converteu-se de facto ao islamismo?

Sim vou à mesquita e rezo. E antes desta operação começar fiz um voto de que se tivesse êxito, obrigá-me-ia a ir em peregrinação a Meca. Conto ir logo que tenha tudo em ordem por aqui.

O que estão de facto a fazer aqui os seus homens?

Os meus homens são técnicos. Para além dos que trabalham no exército, há outros que estão no Rádio ou nos Correios. O que aqui fazemos é semelhante à ajuda cooperante. Eles não pediram contratos antes de para aqui virmos. Para eles é uma questão aberta. Podem ficar ou partir, conforme o desejem.

Mas a Organização de Unidade Africana (OUA) está furiosa com a sua presença aqui. Não são vocês motivo de problemas para o novo governo das Comores?

Se o povo das Comores pedir que partamos, fá-lo-emos no mesmo dia. Mas se não o faz, serão necessários cem mil cubanos para nos tirarem daqui. Não vejo porque é que os países africanos estão contra a nossa presença aqui, nas Comores. Pelo menos agora eles sabem onde eu estou.

Houve governos estrangeiros envolvidos no golpe?

Não. Foi financiado pelo homem que é agora o co-presidente e por mim. Não houve nenhum governo envolvido. Dissemos às autoridades que estávamos a embarcar para a Argentina, para fazer exploração de petróleo. Mas quando alcançámos o Cabo da Boa Esperança, virámos à esquerda e não à direita.

Onde lutou você?

Na Argélia, depois no Katanga, Yemen, Zaire e Biafra. O resto é secreto.

E em Angola?

Sim. Estive em Angola. Stockwell no seu livro *In Search of Enemies* (À Procura de Inimigos) conta toda a história. Não necessito de acrescentar nada.

O que é que sabe da ten-

tativa de invasão mercenária no Bénin?

O Presidente do Bénin insultou outro presidente africano. E o que merecia era uma bofetada na cara, e foi isso que se fez. Mas foi só uma bofetada. Poder-se-ia ter ido mais longe e dar um golpe, como se fez aqui. Mas não era essa a intenção naquele momento. E, como é óbvio, ele não aprendeu a lição e voltou a insultar o mesmo presidente na reunião da OUA. Para a próxima vez, possivelmente, já não será uma bofetada, mas sim um murro na cara.

PONTO ESTRATÉGICO

As Comores, mais que um arquipélago exportador de baunilha, café e açúcar é uma peça chave da estratégia militar francesa no Índico (por alguma razão Giscard se apoderou da ilha Mayotte). Encravada numa área politicamente decisiva do continente, próxima dos regimes revolucionários e progressistas de Moçambique, Madagáscar e Tanzânia, a sua definição política num sentido reaccionário pesa no equilíbrio regional.

É difícil, pois, arriscar uma previsão de futuro para o regime ilegal de Denard. Tendo em conta a reacção popular, que não deixará de aumentar à medida que for passando a confusão inicial, há que avaliar até que ponto a França querera de novo envolver-se na repressão que, inevitavelmente, terá de recorrer para fazer calar a resistência. Para já deve-se mencionar que três barcos de guerra franceses permanecem estacionados muito próximos das costas das



cadernos de
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Ahmed Abdallah, o presidente das Comores da confiança de Giscard. Uma vez mais foi o Eliseu a dar a "luz verde" para o golpe

Comores, e várias vezes foi denunciado pelo regime de Ali Soilih que aviões da antiga metrópole violavam o espaço aéreo comorense.

O ÚLTIMO PARAÍSO TERRESTRE

Se bem que Denard reconheça que as possibilidades de êxito das operações mercenárias são em África cada vez menores (que o digam Angola e Moçambique), a relativa facilidade com que levou a cabo o seu plano derrubar o Presidente Ali Soilih estimulou, sem dúvida, a ambição de muitos. Era de se esperar, como efectivamente ocorreu, que outras intencionalidades semelhantes tivessem lugar dentro de pouco tempo. E bastava seguir o desenvolvimento da política africana, particularmente da nevrálgica zona do Índico, para supor que a próxima "vítima" do mercenarismo e dos interesses imperialistas poderia ser muito bem a

experiência socialista das ilhas Seychelles.

DO PRESIDENTE "PLAY BOY" A UM REGIME RADICAL

Quando nos últimos dias de Abril deste ano se celebrou em Victória, capital das ilhas Seychelles, uma importante reunião dos movimentos de libertação da África Austral com as organizações progressistas e partidos de governo do Índico, para aqueles a quem havia passado despercebido, a experiência do presidente Albert René começou a tomar a importância que merecia.

Ali se encontravam representantes do Seychelles People's United Party (SPUP), o partido do Presidente Albert René, de definição socialista; da Frente Nacional para a Defesa da Revolução Malgache (NDR), organização revolucionária do governo de Ma-

dagascar, do Movimento Militante de Maurício; o Partido Comunista de Reunião (PCR), o Movimento de Radicais de Esquerda de Reunião (MRC) e o Movimento Cristão de Reunião; observadores do Chama Cha Mapinduzi, partido revolucionário da Tanzânia; da Frente POLISARIO do Sahara Ocidental, da Organização de Libertação da Palestina (OLP); da SWAPO da Namíbia; do African National Congress (ANC) da África do Sul; da Frente Patriótica do Zimbábue; da FRELIMO de Moçambique assim como da Conferência de países social-democratas do Mediterrâneo.

Era previsível que as relações deveriam ser importantes. Que incluíram, entre outras, a exigência da reintegração de Mayotte no Estado das Comores, o respeito da soberania de Madagascar sobre as ilhas Bassas, ainda ocupadas pela França; o pedido de eva-

cuação das tropas paraquedistas das ilhas Reunião, a proibição de instalação de novas bases militares nas ilhas do Oceano Índico; acabar a colaboração com o sistema de espionagem por satélite na região; a exigência do desmantelamento da base norte-americana da ilha de Diego Garcia, etc.

Como país anfitrião, as Seychelles, passaram a estar na mira dos interesses imperialistas na região. De facto, já o estava desde que em Junho de 1977, o Presidente James Mancham (conhecido como o "presidente play-boy", devido ao seu estilo de vida, que decorria entre a Costa Azul e os palácios medievais da Grã-Bretanha) foi derrubado pelo seu Primeiro-Ministro, Albert René. A partir de então, os comerciantes que estavam no poder foram progressivamente perdendo os seus privilégios, e um povo que passava fome e carecia dos mais elementares benefícios da civilização começou a tomar consciência das suas potencialidades.

Conhecidas como o "último paraíso terrestre" pelas suas belezas naturais agrestes, as Seychelles haviam-se convertido na época colonial e no período de Mancham num centro de férias internacional, onde chegavam em "charters" um muito restrito turismo europeu, e num centro de especulação financeira. Um acordo tinha sido firmado entre Mancham e o City Bank de Nova York, pelo qual as Seychelles se convertiam num refúgio financeiro off shore, no estilo do Bahrein. O objectivo do governo "play-boy" era

chegar aos cem mil turistas no ano de 1980 (a população total do arquipélago é de 65 mil habitantes) e governar as ilhas como se de um negócio pessoal se tratasse. Entre os homens famosos da cena internacional que compraram ilhas inteiras, encontram-se Peter Sellers e o ex-Beatle George Harrison.

Entretanto, a população local carecia de terras cultiváveis, que eram cada vez mais utilizadas quer na construção de hotéis de superluxo, quer em grandes mansões aristocráticas. Piscinas e jardins em que nunca faltava a água contrapunham-se a uma realidade cruel: o próprio Hospital Central chegou a carecer dela durante uma seca, há dois anos atrás. Mas os turistas nem sequer se inteiravam das dificuldades dos indígenas. Que destino esperava pois, neste panorama desolador, o povo das Seychelles? O actual Presidente definiu-o assim: "fazer serviço doméstico na casa dos estrangeiros".

O SPUP TOMA O PODER

Para um partido como o SPUP, criado em 1964 e reconhecido na Organização de Unidade Africana como o único representante do povo Seychelles, não era fácil aceitar passivamente esta situação. Compreende-se, agora, depois da tomada do poder por Albert René, que ao aceder em tomar parte da coligação governamental com o partido de James Mancham, o SPUP estava a actuar com objectivos a longo prazo. Albert René, do seu cargo de Primeiro-Ministro, poderia acelerar o processo de

desgaste da figura de Mancham e dos seus aliados.

Segundo o próprio partido o dá a conhecer agora, desde os primeiros dias de vida da independência que o SPUP tinha começado a elaborar o plano que finalmente veio a ser executado no dia 5 de Junho de 1977 por vinte e dois combatentes perfeitamente treinados e conhecedores do terreno. Os preparativos incluíam uma efectiva infiltração na polícia, que facilitou a tarefa no momento crucial.

Uma suspeita chegou a preocupar os serviços secretos britânicos que, imediatamente, alertaram Mancham. Mas confiante em excesso, ele acaba por não cancelar uma programada viagem a Londres, onde o surpreenderam as notícias que lhe chegam da sua pátria: com precisão cronométrica o SPUP tinha assegurado o controlo do arquipélago em escassos minutos.

As primeiras medidas do novo governo procuram — paulatinamente — mudar a face económica do país. Com 40 por cento de desemprego e subemprego, com 95 por cento da infra-estrutura turística na mão de estrangeiros e o campo livre para a especulação do capital internacional, com uns 60 a 80 por cento do total de alimentos importados do exterior, a tarefa era gigantesca.

No entanto, o arquipélago tem potencialidades que lhe asseguram um futuro auspicioso. Com uma costa vastíssima e um solo altamente produtivo, a indústria pesqueira e a agricultura podem, desde já converter-se em pilares fundamentais da emancipação económica.



O Presidente Ali Soilih das Comores cai nas mãos dos seus carrascos. Pouco tempo depois seria abatido: "tentativa de fuga"

Quando instalou a II República, o governado SPUP (com Albert René como Presidente, seis ministros e dois secretários de Estado) afirmou que se exercerá a soberania sobre as águas territoriais, por-se-à fim ao abuso dos comerciantes com um estrito controlo de preços, modificar-se-à a estrutura agrária do país, desenvolver-se-à a indústria turística sobre bases diferentes, e tornar-se-ão medidas radicais em matéria de educação: pois "é a nível da educação que se joga o futuro do nosso Estado Socialista", declarou Albert René (2).

Nos fins de 1977, René definia deste modo alguns elementos básicos do socialismo que o SPUP pretende criar nas Seychelles:

Promoção e salvaguarda da democracia popular, eliminando toda a possibilidade de opressão e discriminação; planificação do desenvolvimento e criação de um governo central que deverá estimular a economia; estabelecer um sistema de impostos que faça diminuir a barreira entre ricos e classes populares; duplicar o salário mínimo com o mesmo objectivo. É também uma reivindicação do actual governo recuperar para as Seychelles o domínio sobre as ilhas vulgarmente conhecidas como BIOT (British Indian Ocean Territory), que não obtiveram a independência com o resto do território.

Como não tentar a possibilidade de por fim a esta experiência que - derruba-

do e morto o presidente Ali Soilih - passa a ser uma das mais "perigosas" do Indico? O governo das Seychelles estava consciente desse perigo, e mobilizou o povo para evitar o êxito de uma possível incursão mercenária.

Advertido, o regime pouco detecta a tempo a conspiração, e assim a 11 de Julho passado anunciou que a tentativa de derrubar o Presidente Albert René havia fracassado. Tal como no caso das Comores, também nas Seychelles estava envolvido o ex-presidente. James Mancham, do seu exílio dourado na Europa, parece que com o apoio da África do Sul, Arábia Saudita e dos Emiratos Árabes, com a directa participação de mercenários franceses.

oceanos Índico ingleses e sul-africanos, e com o apoio logístico do Quênia (a incursão saíria da cidade portuária de Mombassa) tinha traçado o plano para recuperar o poder. "A diferença com as Comores está na nossa grande força popular", explicou o Presidente René o porquê do fracasso dos putchistas.

Existem indícios de que as duas operações mercenárias — a das Comores e esta — estariam conectadas. Também aqui se pagaram dez mil francos franceses por cada homem, segundo se soube após as detenções.

Quando chegasse ao seu destino o barco contratado pelo operativo, os partidários de Mancham deviam-se levantar em armas e administrar aos mercenários armamento semipesado que já havia sido introduzido no país. Como a conspiração foi detectada a tempo, nada disto chegou a acontecer.

Todos os factos evidenciam por si, se ainda restassem dúvidas, que o Índico e nas suas costas está em jogo muito mais que o petróleo, talvez sim o equilíbrio político-militar mundial. Mas a vitória das Seychelles é também uma demonstração clara de que Bob Denard analisa a situação com realismo: a África de hoje já não é a mesma de há quinze anos atrás.

"SOMOS UMA FORÇA POPULAR"

Numa recente entrevista a um diário africano, o Presidente Albert René faz algumas afirmações importantes. Reproduzimos aqui algumas das declarações mais significativas do Presidente das Seychelles:

Depois do golpe de Estado que derrubou o governo de James Mancham, levado a cabo pelo Partido da União Popular das Seychelles (SPUP), quais foram as medidas tomadas para combater as sequelas do colonialismo?

Como se sabe, nós escolhemos a via socialista. Como em toda a sociedade ou comunidade que esteve submetida à opressão colonial, é absolutamente necessário que a transformação se faça desde a base. Pôr fim à miséria deixada pelo colonialismo. O que fizemos durante o primeiro ano foi justamente a destruição da estrutura deixada pelo colonialismo, substituindo-a por outra, adequada à nossa realidade. Isto, fundamentalmente na área da educação, do emprego e em diversos campos, a fim de serem criadas as bases para a marcha rumo ao socialismo.

É evidente que isso leva tempo. Por exemplo, este ano foi consagrada à Reforma Agrária, medida que pretendeu colocar todas as terras nas mãos do povo. Terras que antes se encontravam em poder dos senhores latifundiários. Pensamos prosseguir esta acção e colocar os meios de produção ao serviço do povo. Áreas como o turismo foram igualmente transformadas.

Enfim, estamos a tomar medidas que assegurem a transformação da sociedade. Passo a passo, mas de forma segura. É evidente que por vezes se caminha mais depressa e outras vezes mais devagar. Tudo depende dos factores económicos, sociais, psicológicos e até mesmo das pressões



Bob Denard. Profissão: Mercenário Curriculum: Katanga, Yemen, Biafra, Benin, Angola.... Comores

que se exercem. Por exemplo, no campo das importações fomos submetidos a uma série de pressões profundas. Ai tivemos que andar muito rápido para não nos deixarmos apanhar de surpresa.

Fala de um projecto socialista nas Seichelles. Qual?

Existe por acaso mais que um socialismo? Todo o verdadeiro socialismo é marxista-leninista. O que muitos desconhecem é que o marxismo-leninismo é uma ciência que sofre evolução. Constitui um guia para a construção do socialismo, mas passa pela realidade de cada país. E isso muita gente não o compreende. Pensa que para uma revolução ser socialista há que copiar exactamente o que os chineses ou os soviéticos fizeram.

Cada país tem uma determinada realidade que há que tomar em consideração quando se pretende construir o socialismo científico. Esta é a verdade. Por exemplo, temos de tomar em conta a religião. Se estamos num país muçulmano ou num país católico, as coisas correrão de maneira

diferente. Há aspectos psicológicos a ter em conta num e noutro caso. Não tomar em consideração estes e outros aspectos conduz inevitavelmente a que se cometam erros que podem fazer perigar a revolução.

É por demais conhecida a agressão do imperialismo às forças progressistas de todo o mundo. E isso ficou tristemente demonstrado no Oceano Índico pelo golpe mercenário que derrubou o governo progressista das Comores. Como se desenvolveu, em sua opinião a estratégia imperialista nesta região do Globo?

No Índico, os imperialistas adoptaram uma estratégia muito especial, qua passa muitas vezes despercebida para a grande maioria dos países africanos. Eu diria que os imperialistas prestam mais atenção às ilhas africanas que à própria África. Se analisarmos bem, veremos que sempre que há uma ilha, seja no Índico ou no Atlântico, que pretende o caminho do progresso, que deseja o socialismo, aparecem de imediato por parte do imperialismo manobras para a desestabilizar. Vimo-lo nas Comores e nas Seychelles, assim como em S. Tomé e Príncipe.

Penso que actualmente o imperialismo — e particularmente o imperialismo francês — aumenta a sua escalada no Oceano Índico. Penso que o imperialismo internacional confiou à França, por razões diversas e como ex-potência colonizadora, a função de desestabilizar países como as Seychelles, Madagascar, Comores, com vista a conservar, se acaso for possível, esta região estratégica



Albert René,
Presidente
das Seychelles:
"Mas há mais
que um
socialismo!"

sob dominação imperialista.

Naturalmente que as pressões concretas contra as Seychelles se intensificam. Aguardamos, cada vez mais vigilantes, ante esta escalada agressiva.

É do nosso conhecimento que o ex-presidente James Mancham, agente directo do imperialismo, intentou uma acção armada contra o povo das Seychelles. Como foi dominada esta acção?

A operação foi desmantelada no ovo porque tinhamos boas informações. Tinham sido detidos indivíduos que tinham contactos. E tudo foi desbaratado. E mantenham eles ou não as suas intenções agressivas, nós estamos vigilantes. O mais certo é que eles persistam na execução do seu diabólico plano.

Sabemos que para esse efeito foram recentemente recrutados mercenários em França. Recebemos informações bem precisas. Confiamos na vigilância do nos-

so povo. Nesse sentido somos diferentes das Comores. Somos uma força popular. Terão de combater contra todo um povo e não contra um exército de alguns homens apenas. É reconfortante ver como nas Seychelles o povo se organiza. Não será tão fácil como nas Comores.

(1) O facto de passar a ser Estado Federado interessa fundamentalmente a Abdallah, o qual desde o seu exílio europeu vinha planeando recuperar o controlo da ilha de Anjuan, onde sempre gozou de grande poder, no estilo feudal, com enormes latifúndios e o controlo das importações e das exportações.

(2) 90 por cento das crianças em idade escolar já frequentam o ensino primário.

ANGOLA-ZAIRE

Neto em missão de paz

A visita do Presidente Angolano a Kinshasa constitui um esforço mais do seu governo em busca de uma convivência pacífica que seja frutífera para os dois povos independentemente das diferenças ideológicas e políticas entre os seus regimes.



UM leitor de São Paulo enviou-nos uma carta, manifestando interesse em conhecer o ponto de vista dos Cadernos do Terceiro Mundo sobre a visita do Presidente Agostinho Neto ao Zaire e os acordos que se efectuaram entre o líder angolano e o general Mobutu Sese Seko.

Acreditamos que a interpretação mais lógica e adequada do facto é a que vem em um editorial do Jornal de Angola, dirigido por Costa Andrade (Ndunduma ye Lépi), militante do MPLA, escritor e poeta muito conhecido no Brasil, não só por seu trabalho em favor da revolução em seu país como também por ter sido vítima da repressão do actual regime brasileiro, precisamente quando visitava São Paulo em 1964.

O diário de Luanda escreveu o seguinte: "Independentemente das diferenças dos sistemas político e económico que orientam os dois países, nada impede, no domínio da Paz, que se estabeleça a cooperação, e que se encontrem vias de desenvolvimento capazes de consolidar a independência e a felicidade dos nossos povos".

A importância do gesto histórico do Presidente Neto teve, por muitos motivos, uma ampla repercussão em África. Dois chefes de estado progressistas, o general Yhombi Opango, do Congo Brazzaville, e Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, ambos líderes destacados da África revolucionária, enviaram mensagens ao Presidente Agostinho Neto.

Em seu telegrama, o Chefe de Estado congolês dizia: "Tenho grande esperança de que esse acontecimento marque o início de uma nova era que permitirá à África Central consolidar a sua unidade, a independência e a Paz". Por sua vez, Aristides Pereira destacou "a grande vitória alcançada no encontro de Kinshasa em favor da Paz e da estabilidade da vossa região e em todo o continente africano".

No campo conservador, o telegrama do Presidente da Costa do Marfim, Houphouët Boigny, dá uma ideia da repercussão da iniciativa angolana: "Desejamos de todo o coração que o processo de reconciliação, entendimento e cooperação se torne irreversível e se estenda a toda a África Austral.

Tanto em Kinshasa como em Luanda,

Neiva Moreira

milhares de pessoas saíram à rua para saudar o Presidente Neto quando da sua partida para o Zaire e no seu regresso, e manifestar o seu apoio ao valente gesto em favor da Paz.

OS ANTECEDENTES

O mais importante a assinalar na análise deste acontecimento, é que ele se enquadra rigorosamente dentro da linha histórica do MPLA e do governo angolano. Em plena guerra, os dirigentes angolanos procuraram frequentemente entendimentos justos, tanto com a FNLA como com a UNITA. O fracasso dessas gestões deveu-se essencialmente ao facto de que ambos os grupos não expressavam e nem expressam as aspirações e os interesses do povo angolano, já que foram e continuam sendo instrumentos dos seus inimigos, dos grupos imperialistas que tentam impedir a independência angolana, e continuar a explorar economicamente as suas riquezas nacionais.

A reunião de Kinshasa não é um facto isolado. Tem vários antecedentes. Há dois anos por intermédio do grande líder da revolução congoleza, Marian N'Guabi (posteriormente assassinado numa conspiração imperialista) o Presidente Neto reuniu-se em Brazzaville com o general Mobutu. O encontro esteve dominado pela esperança de que as tensões e as hostilidades na região seriam substituídas pela procura de pontos convergentes em favor dos interesses dos outros povos e das aspirações da África. Não foi por culpa de Angola que aqueles acordos não se consolidaram.

Posteriormente, na reunião da Organização de Unidade Africana, realizada em Cartum, houve um novo encontro entre Neto e Mobutu. Os problemas e as divergências entre os dois países, foram então amplamente analisados. Mas longe das posições ideológicas de cada governo e das mútuas discrepâncias, esses problemas são muito concretos: conflitos fronteiriços, que obrigam Angola a grandes despesas no campo da defesa; a presença de milhares de refugiados e os obstáculos criados para o normal desenvolvimento

das comunicações aéreas e ao funcionamento do Caminho de Ferro de Benguela, vital não só para Angola como para as economias da Zâmbia e do Zaire.

Na reunião da OUA em Cartum, foi criada uma Comissão de Controle que deverá supervisionar as medidas que os países devem tomar para a consolidação da Paz. O papel dessa comissão interafricana é particularmente importante na concretização dos acordos agora celebrados.

UMA LINHA COERENTE

Os entendimentos realizados em Brazzaville, Cartum e recentemente em Kinshasa, não comprometem a coerente linha ideológica da revolução angolana. Pelo contrário, a fortalecem. Um dos pontos mais importantes do acordo com o Zaire refere-se ao apoio de ambos os países à luta dos povos da África Austral.

O comunicado final da reunião de Kinshasa disse a esse respeito o seguinte: "Os dois Chefes de Estado expressaram sinceras preocupações sobre a situação que existe na África Austral, onde os usurpadores do poder continuam oprimindo a maioria da população negra com desrespeito às regras elementares do Direito e da Dignidade Humana. Eles reafirmaram o seu apoio e a sua solidariedade inquebrantável para com os movimentos de libertação da Namíbia, Zimbabwe e África do Sul".

Para Angola nada disso é novo nem original. Essa tem sido sua invariável posição, não somente declarada com também objectiva e militante. Cabe agora ao governo do Zaire adequar-se ao transcendente compromisso anunciado nessa parte do comunicado.

O Presidente Agostinho Neto — em que, inclusive os seus piores adversários, reconhecem o seu apego à Paz e seu empenho em transformá-la em instrumento da libertação da África — definiu claramente em um discurso no interior de Angola, nas vésperas da Conferências, que tipo de paz aspiram os angolanos.

"Não procuramos uma paz desonrosa", declarou. "Fizemos a luta de libertação, vencemos os racistas sul-africanos, vencemos primeiro os colonizadores portugueses, vencemos os fantoches. Agora precisamos tranquilidade. E vamos fazer o necessário para obter essa tranquilida-

de. Esse é o objectivo da nossa viagem ao Zaire."

Não é nenhum segredo a vocação revolucionária e africana do Presidente Neto e do MPLA e o seu empenho para que os problemas do continente sejam discutidos e solucionados pelos seus povos e dirigentes.

Quando retornou a Luanda o Presidente Neto declarou: "Não é nenhuma novidade para nós, membros do Partido do Trabalho de Angola, o facto de pretendermos uma completa independência no Continente. Hoje, a maior parte dos países que constituem a África estão politicamente independentes, mas não do ponto de vista económico. Do ponto de vista económico muitos países nem sequer ainda fizeram a sua planificação para o desenvolvimento autónomo, desenvolvimento que cada país deve traçar para o seu Povo. Nós ainda temos países que dependem completamente de outros. Quer dizer que, quando nós dizemos "a luta continua", a luta continuará até que sejamos, realmente, os senhores dos nossos destinos. Isso, do ponto de vista político, do ponto de vista económico, do ponto de vista social. Que não haja mais ninguém a orientar o Continente Africano, senão os próprios dirigentes africanos, senão os próprios povos africanos."

Os acordos de Kinshasa podem dar lugar a algumas dúvidas: estaria o Zaire disposto a mudar a sua política e dar validade a este entendimento? Há uma esperança muito generalizada na África de que assim será. Mas se alguma coisa falha, o facto não invalidaria o propósito angolano de buscar a paz com o Zaire

A luta da Frente de Libertação Nacional Congoleza, estará ela terminada como consequência desse encontro? Seria evidentemente um resultado muito satisfatório para todos se a evolução política do governo de Kinshasa fosse de tal ordem que a luta de libertação que travam amplos sectores populares do Zaire já não fosse necessária.

Sem dúvida, seria um erro de avaliação crer que essa luta, um fenómeno interno zairense, depende exclusivamente do apoio encontrado em Angola.

Tanto o general M'Bumba como outros líderes do FLNC, declararam em diversas oportunidades que as suas bases operacionais estão dentro do Zaire, que o seu movimento tem um grande respaldo

popular e que a solidariedade internacional, por mais importante que seja, não podia decidir o destino da resistência ao governo de Mobutu.

Seria lógico esperar uma atitude menos agressiva do imperialismo em relação a Angola a partir dos acordos. Duvidamos. E com fundamento. As provocações do governo racista de Pretória continuam sistematicamente. Continuam também os intentos de infiltração de elementos contra-revolucionários na fronteira sul. As forças terrestres e a aviação sul-africanas

dão um apoio aberto a essas operações, frequentemente denunciadas pelo comandante Iko Carreira, Ministro da Defesa de Angola, na sequência de provocações racistas contra seu país. E ainda recentemente, falando em Lusaka como convidado especial do acto partidário no qual o Presidente Kenneth Kaunda foi postulado para um novo período presidencial, o Presidente Agostinho Neto denunciou as novas ameaças que se articulam contra a independência e a paz dos angolanos.

a ofensiva diplomática e a reconstrução nacional

Desde o encontro de Bissau com o Presidente português Ramalho Eanes, em fins de Julho, o Presidente Agostinho Neto tem tido uma intensa actividade no exterior. Cartum, Kinshasa, Lusaka e, finalmente, Maputo, além de passagens por Cotonou e São Tomé, receberam o Presidente da República Popular de Angola e do MPLA - Partido do Trabalho.

A normalização das relações entre Angola e o Zaire, após três anos de franca hostilidade, foi o facto mais importante desses 3 meses da ampla ofensiva realizada pela diplomacia angolana. O acordo com Portugal que abriu as portas para a cooperação entre os dois países e a volta dos refugiados angolanos que aqui se encontravam; a visita de Henri Simonet, Ministro dos Negócios Estrangeiros belga a Luanda, marcando o início de conversações com a Comunidade Económica Europeia; o Tratado de Amizade e Cooperação assinado em Maputo são outros relevantes resultados da intensa movimentação angolana.

Como resultado das conversações em Bissau, já haviam sido repatriados para Angola até meados de Setembro, quinhentos e trinta refugiados que estavam em Portugal. Uma grande parte deles dirigiu-se para o interior, de onde tinha fugido em 1975 em razão da guerra e das invasões sul-africana e zairense, nas vésperas da independência.

Em Cartum, capital do Sudão, participando pela primeira vez de uma Conferência Cimeira da OUA, como Chefe de Estado angolano, o Presidente Agostinho Neto fez um importante discurso em que lembrou os ideais de libertação e independência que estão na origem da OUA, apoiou

Mário Junqueira

a ideia de um Mercado Comum Africano para a luta pela independência económica da África e afirmou a opção socialista do seu país e o apoio aos movimentos de libertação. Numa conferência de imprensa cooediada aos jornalistas presentes na Cimeira, o Presidente Neto, que ali teve conversações com Mobutu, deu a conhecer importantes progressos e medidas tomadas na questão das relações com a República do Zaire. Anunciou o acordo para a formação de uma comissão da OUA, composta por Sudão, Nigéria, Camarões e

Ruanda, para acompanhar o controlo da fronteira entre os dois países. E anunciou também o afastamento dos cerca de 250 mil refugiados zairenses que estavam perto da fronteira com o Shaba para campos de refugiados longe da região e "verificáveis por qualquer comissão internacional". Neto acrescentou: "Nós desarmámos, em Angola, todos aqueles que regressaram do Shaba armados, e devo dizer que não eram centenas, eram milhares, bastantes. Apreendemos veículos e todos os meios de que eles podiam dispor".

Agostinho Neto deixou claro que essas eram medidas unilaterais, sem a exigência de nenhuma medida zairense de reciprocidade, apenas com a intenção de "dar a maior contribuição para as boas relações com o Zaire".

FINALMENTE A PAZ COM O ZAIRE

Menos de um mês depois, exactamente a 19 de Agosto, o Presidente Angolano era entusiasticamente recebido por centenas de milhares de pessoas em Kinshasa, numa visita que ratificava a determinação angolana de normalizar as relações com o vizinho e pôr fim aos três anos de conflituosa convivência entre os governos dos dois países.

O trabalho da Comissão Mista Angolano-Zairense, criada em Fevereiro de 1976, em Brazzaville, graças ao esforço de conciliação do governo congolês, principalmente do falecido Marien N'Gouabi, que se vinha arrastando há dois

anos, começara a frutificar no mês de Julho passado, após os encontros de Bisau entre Neto e Eanes. Delegações de alto nível dos dois países reuniram-se tanto em Brazzaville como em Kinshasa e em Luanda. Decidida a reabertura do Caminho de Ferro de Benguela para o tráfego entre Angola e Zaire, finalmente a 29 de Julho foi comunicada a decisão do estabelecimento de relações diplomáticas a nível de embaixadores.

Este acordo e a viagem de Neto, eram inimagináveis há alguns meses, quando o conflito do Shaba, com a tomada da cidade mineira de Kolwezi pelas Forças da Frente de Libertação Nacional do Congo (os chamados "katangueses"), procovou acusações zairenses de envolvimento do governo angolano. Angola, que denunciou por várias vezes agressões vindas do território vizinho, viu com apreensão o envolvimento e o apoio militar com os belgas, franceses, marroquinos e outros se lançaram na defesa de Mobutu, numa internacionalização do conflito que, dadas as circunstâncias, ameaçavam o território angolano, que um mês antes já havia sido violado no sul por tropas sul-africanas que perpetraram o criminoso massacre de Kassinga. (ver "Cadernos do Terceiro Mundo" n.º 5).

Naquela ocasião, a 9 de Junho, o Presidente Neto fizera uma declaração ao mundo reafirmando que Angola não tinha o menor envolvimento na chamada "segunda guerra do Shaba", ao mesmo tempo que relembrava as agressões so-

fridas por Angola e vindas tanto das fronteiras com o Zaire como com a Namíbia ocupada pelos sul-africanos.

Essas tensões e acusações não faziam prever para breve o entendimento, apesar de naquela comunicação o líder angolano ter anunciado: "foi por outro lado, e muito antes da rebelião no Zaire, decidido transferir das áreas fronteiriças com o Shaba, cerca de duzentos e cinquenta mil refugiados que se encontravam nas províncias da Lunda e do Moxico (...) aqueles que do Zaire vierem com armas, serão sistematicamente desarmados e conduzidos ao campo de refugiados (longe da fronteira). Contudo, a todos, a República Popular de Angola garante o direito de asilo. Assim pensamos aliviar as opressões do governo zairense quanto à possibilidade de ataques a partir de Angola. E aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao Zaire para que também retire de junto da nossa fronteira os bandos da "FNLA", de "FLEC" e da "UNITA" e os mercenários, que praticam ataques constantes contra o nosso território, certamente com o conhecimento das autoridades do país vizinho."

Recebido em Kinshasa por uma concentração e entusiasmo populares raramente vistos, segundo os correspondentes de imprensa, Agostinho Neto considerou que os objectivos da viagem foram plenamente alcançados. "Realizamos agora qualquer coisa de importante, de muito importante que é, por um lado a paz, e por outro lado a possibilidade de cooperação económica", decla-



rou Neto no seu regresso a Luanda.

O comunicado conjunto zairense-angolano formaliza a intenção dos dois Chefes de Estado em normalizarem as relações e em possibilitarem a cooperação entre os dois países, em todos os domínios. Mobutu afirmou num discurso: "Os 2600 quilómetros que formam a nossa fronteira comum constituirão, a partir de hoje, um longo cordão de 2600 quilómetros de entendimento, de fraternidade e paz".

A serem verdadeiras e sinceras estas palavras de Mobutu, que no passado apoiou Holden Roberto, o povo angolano poderá talvez ter, pelo menos na fronteira norte e leste e nas fronteiras de Cabinda, a tranquilidade que Agostinho Neto tem repetido ser necessária para as tarefas da Reconstrução Nacional em Angola.

A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Se o objectivo imediato da normalização das relações com o Zaire é o apaziguamento, a tranquilidade nas extensas fronteiras, por outro lado, Angola busca relações de cooperação económica internacional. Em meados de Setembro, o presidente Neto visitou Moçambique onde assinou um Tratado de Amizade e Cooperação, concretizando um aprofundamento natural das relações que vêm da luta de libertação contra o colonialismo português.

Poucos dias antes havia estado em Angola o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Henri Simonet, na segunda visita em dois meses de uma personalidade importante da Comunidade Económica Europeia.

Em Julho visitara Luanda o comissário Europeu para o Desenvolvimento, Claude Cheysson. Na sequência destas visitas, Angola decidiu assistir como observador às próximas negociações da CEE com 53 países de África, Caraíbas e do Pacífico para a renovação da convenção de Lomé.

A visita de Simonet, que no regresso à Europa declarou considerar "a presença cubana em Angola como factor de estabilização", eliminou algumas desconfianças que impediam uma maior aproximação angolano-europeia, abrindo perspectivas à cooperação económica e técnica da Europa ocidental, muito útil à reconstrução da economia angolana.

Para evitar as tergiversações em torno desses acontecimentos, o Ministro das Relações Exteriores da RPA, Paulo Jorge, afirmou em entrevista aos jornalis-

tas que acompanhavam o ministro belga, que não se tratava de nenhuma "abertura ao ocidente", mas simplesmente uma sequência natural da política externa de Não Alinhamento, de relacionamento e cooperação com todos os países do mundo que respeitem a independência e os princípios de não ingerência nos assuntos internos. Angola sempre procurou diversificar as suas relações externas e sempre teve relações diplomáticas com vários países europeus.

Em nenhum momento, mesmo no comunicado conjunto final da visita de Neto a Kinshasa, Angola deixou de afirmar o seu apoio às lutas de libertação nacional africanas, aos movimentos que lutam contra o colonialismo e o racismo. Neto precisou numa entrevista que Angola não se imiscui nos assuntos internos dos países independentes, que têm o direito de fazer as suas opções políticas e ideológicas, portanto, apoia os movimentos de libertação, a luta pela independência, principalmente na África Austral, contra o inimigo imediato principal que são os regimes coloniais e racistas que dominam o Zimbábue, a Namíbia e a África do Sul e que agridem os países independentes vizinhos. Nesse sentido, a política angolana é de não se envolver em movimentos ou "revoluções de outro tipo" em países já politicamente independentes.

A ampliação da cooperação externa e a pacificação das extensas fronteiras com o Zaire em nada contradizem a política internacional de Angola e visam faci-

litar as imensas tarefas de reconstrução nacional.

A reconstrução de um país, que vai completar em Novembro apenas três anos de independência e herdou vastas destruições de guerra e uma escassez angustiante de quadros, não é tarefa fácil. No entanto alguns progressos são notáveis.

Está a terminar a terceira etapa da Batalha de Alfabetização. O saldo actual é de 160 mil pessoas alfabetizadas e 600 mil estão matriculadas nos cursos ministrados por 30 mil alfabetizadores. Num país em que o analfabetismo era calculado em 85 por cento, a marcha dessa campanha é auspiciosa. O esforço do ensino regular é também enorme, como ficou claro na entrevista do Vice-Ministro da Educação angolano, publicada no número anterior desta revista.

Constantemente são colocadas novamente em funcionamento fábricas que ficaram paradas desde a debandada dos portugueses nas vésperas da independência. O esforço pelo aumento e organização da produção tem recebido uma atenção permanente. Têm sido criadas empresas estatais, especialmente no sentido de organizar a produção, a distribuição e o apoio à agricultura e pecuária. Em Agosto foi anunciada a aprovação de uma Empresa Nacional do Café ("Encafé") e empresas de distribuição de produtos agrícolas e pecuários, além da Empresa Nacional de Mecanização Agrícola ("ENAMA").

As nacionalizações têm prosseguido. Uma das últimas foi a da Companhia de Cimentos "Secil do Ultra-

mar". A medida de talvez maiores repercussões económicas foi anunciada em início de Setembro: uma lei que estipula que todos os jazigos petrolíferos e de gaz natural existentes em Angola são propriedade do povo angolano e que concede à empresa estatal Sonangol o monopólio da exploração, precisando que ela é livre de cooperar com firmas estrangeiras.

A "NORMALIZAÇÃO NACIONAL"

A reconstrução angolana está em marcha. Com a futura independência da Namíbia, a fronteira sul também terá a tranquilidade que favorecerá o trabalho construtivo.

A amnistia anunciada para breve, abrangendo centenas de presos que colaboraram com a "revolta Activa" (1975), com o "fracionismo" (1977) e mesmo com a FNLA e a FLEC (alguns serão colocados em zonas determinadas sob controlo), terá uma grande importância política no país. O Presidente Neto anunciou-a a 15 de Setembro, durante uma visita a Cabinda, onde teve um encontro com Yhombi Yopango, presidente congolês, explicando que fazia parte de "um plano de harmonização nacional". "Por razões de harmonia, de tranquilidade, para que possamos desenvolver-nos, trabalhar, mostrar ao Mundo e à África de que é capaz o Povo angolano", segundo as papavras do Presidente Neto, "serão libertados e irão contribuir para a reconstrução nacional" centenas de pessoas que bene-



Apesar das promessas feitas pelo presidente Mobutu de que a fronteira comum constituirá "um longo cordão... de fraternidade e paz", a população angolana continua vigilante

ficiarão dessa amnistia.

Para além do carácter político dessas medidas, serão novos recursos humanos com que Angola contará para a sua reconstrução. Também o regresso dos refugiados que se encontravam em Portugal, na Zâmbia, no Zaire, no Congo, em Cabo-Verde e em São Tomé faz parte do "plano de harmonização nacional" e permitirá o aproveita-

mento de novas forças e provavelmente de quadros talvez tecnicamente importantes para a recuperação económica do país.

A criação de condições tanto externas como internas para um novo impulso na Reconstrução Nacional são a tónica nas vésperas do terceiro aniversário da República Popular de Angola. Enquanto isso também no aspecto político,

na organização do MPLA-Partido do Trabalho, muito se tem feito. As assembleias de trabalhadores, onde se escolhem os membros do partido, os militantes e os aspirantes, têm-se multiplicado pelo país no chamado movimento de retificação que tem mobilizado os dirigentes políticos e amplos sectores do povo trabalhador.

QUÊNIA

E DEPOIS DE Kenyatta?

Figura lendária em vida, Jomo Kenyatta deixa, ao morrer, um vazio e muitas interrogações. A nação que ele ajudou a forjar e que liderou debate-se, hoje, com problemas económicos e políticos graves que podem mesmo chegar a alterar a sua tradicional estabilidade.

A morte de Jomo Kenyatta comoveu toda a África. Kenyatta já era um mito em vida, e o seu falecimento não poderia senão aumentar a lenda que se formou em seu redor. Homem da primeira geração de líderes independentistas africanos, lutador prestigiado na década de 50, Kenyatta assistiu nos últimos anos ao desprestígio da sua figura.

A corrupção do seu governo, arbitrário e crescentemente impopular, pouco tinha em comum com a imagem que dele formara a nação queniana e a própria África durante a luta anticolonialista.

Condolências e mensagens de pesar chegaram ao Quênia de todas as partes do mundo. Tinham em comum o reconhecimento da grande perda que a morte de Kenyatta significa para a sua Pátria. Líderes como Agostinho Neto, Samora Machel e muitos outros da África revolucionária, renderam homenagem à sua memória.

Alguns observadores comentaram-no explicitamen-

te, outros em voz baixa ou nos corredores perguntavam-se: Qual o futuro do Quênia sem Kenyatta? A pergunta já estava no ambiente político africano desde há vários anos atrás. No entanto, a resposta ainda é incerta.

LÍDER DA OBSCURIDADE E DA MORTE

Com uma balança de pagamentos deficitária e um saldo de dívida externa que se eleva a 9 por cento do total das exportações, com um subsolo pobre e uma produção agrícola que não chega a satisfazer as necessidades de treze milhões de quenianos, com o crescimento do desemprego e o alarmante aumento da delinquência, a aparente prosperidade económica do país — mais em evidência em função do atrazo relativo dos vizinhos — esconde a triste realidade comum a grande parte da África: a dependência.

Os bancos que têm as suas representações em Nairobi, os homens de negócios que se vêem pelas

Micaela Ramada

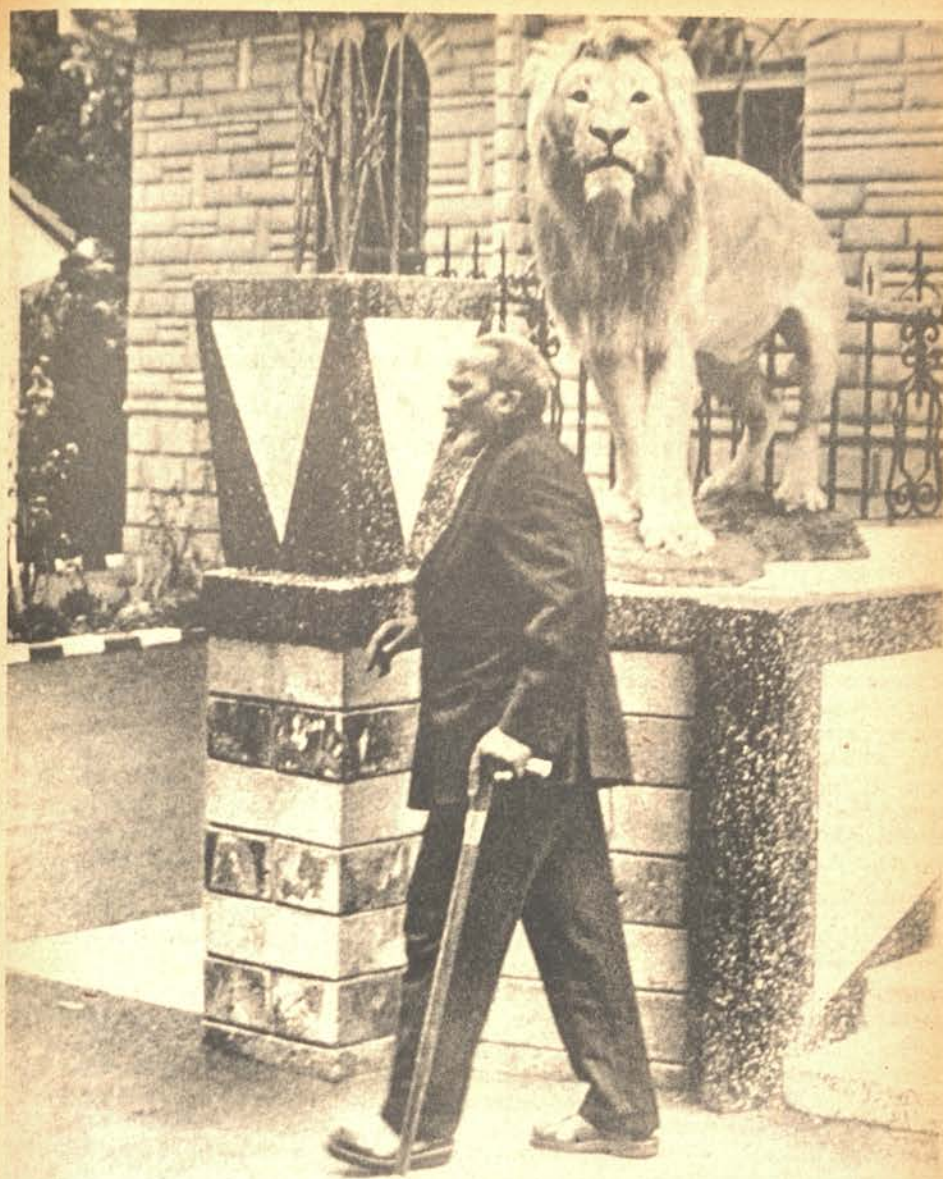
suas principais avenidas, a dinâmica das empresas multinacionais que operam com total liberdade no Quênia, mostram às claras que a independência política não significou para este povo um salto na direcção da autonomia económica.

O que aconteceu com o anti-imperialismo que os artigos do jovem Kenyatta defendiam desde a sua primeira trincheira, o periódico *Muigwithania* dos kikuyu? O que sucedeu com o dirigente rebelde que nos julgamentos recebera a acusação de "líder da obscuridade e da morte"?

Para compreender a vida de Kenyatta, as suas virtudes e carências, nada melhor do que partir do conhecimento directo da sua história.

Não se sabe bem quando nasceu. Nem o ano, nem o mês e muito menos o dia.

A sua família faz parte da etnia dos Kikuyu, da localidade chamada Kyrmbos (os kikuyos estão divididos



Depois de Kenyatta, "quem ou o quê" para o Quênia?

em dois ramos, os conhecidos como *kyambu-kikuyos* e os *nygere-kikuyos*. Ultimamente, as tensões entre eles, traduzidas em rivalidades políticas, aumentaram de forma considerável. Diz-se que um avô de Kenyatta era feiticeiro(?). Chamava-se inicialmente Kamau wa Ngenji, mas ao

ser baptizado, alguns anos mais tarde, passou a ser Kamau Johnstone.

Jomo Kenyatta, que em *swahili* significa "lança rutilante do Quênia" (o Quênia é o monte mais alto do país que hoje tem essa denominação) foi o membro eleito para líder nos anos da sua luta política mais

importante, na década de 50, e assim ficou conhecido no mundo.

Nos fins dos anos 20, Jomo Kenyatta faz uma viagem a Londres. Um dos seus objectivos era assumir a defesa do povo *kikuyu* perante a Coroa Britânica. Naquela época as tensões na colónia já eram sérias.

quênia Os colonos ingleses despojavam das melhores terras a população nativa, utilizada como mão-de-obra barata nas plantações. A revolta, principalmente dos kikuyus, podia despoletar em qualquer momento.

Kenyatta aproveita uma oportunidade que se apresenta quando está em Londres e viaja até à União Soviética, onde segue alguns estudos. Esta viagem passa despercebida às autoridades britânicas. De regresso a Inglaterra estuda antropologia, sob orientação de Malinowski, destacado cientista, sob a direcção do qual escreve "Facing Mount Kenya" (Frente ao monte Kenya), um estudo dos costumes da sua tribo kikuyu.

Casado desde 1922, com Grace Wahu, de quem tem o seu primeiro filho, Mugai, Jomo Kenyatta volta a casar-se em Londres com uma cidadã britânica, Edna Clarke, de quem tem outro filho, Peter Magaha.

NASCEM OS MAU-MAUS

Esta é uma das etapas mais fecundas e intensas da vida do líder. É um africanista apaixonado e começa a ser conhecido nos círculos intelectuais do velho continente pelos seus artigos contra o imperialismo britânico, pela defesa do direito à independência dos povos e pela sua vocação de dirigente. Quando considera terminada a sua etapa europeia, Kenyatta decide que é tempo de regressar à Pátria, onde com certeza a sua figura não tinha caído no esquecimento. Chega novamente ao Quênia nos fins da década de quarenta.

Em 1944, tinha-se funda-

do a Kenyan African Union (KAU), que se propõe unificar a luta das diferentes etnias do país: os kikuyos, que são aproximadamente 20 por cento da população total, os luos (um pouco menos que os kikuyos), os kabas e os kelenjin. A intransigência e a falta de compreensão política dos colonos britânicos tinham exacerbado os quenianos, que organizam na clandestinidade o grupo Mau-Mau. A lendária luta dos Mau-Maus é violenta e logo os meios de difusão levam à Europa uma imagem que os apresenta perante a opinião pública internacional como selvagens e assassinos.

Num editorial dedicado à morte de Kenyatta, o "Jornal de Angola" analisa a visão crítica que sempre teve o líder falecido da luta dos mau-maus. Diz assim "... com ele aparece na verdade a primeira análise crítica e profunda do verdadeiro sentido da luta dos mau-maus, o seu povo em guerra. A revolta dos mau-maus, exemplo do desespero, com única saída para a violência e a morte, não era, como pretendia a já poderosa máquina de desinformação colonialista e imperialista, uma revolta selvagem. A morte, nas condições de exploração impostas pelos colonos ingleses proprietários de terras no Quênia, era a única transição para o futuro que restava do povo kikuyu. Matar e ser morto, para que da morte renascesse a vida, como no passado venerado e perdido. Nesta falta de perspectiva faltava à luta dos kikuyos a criatividade do combate que aspira à construção da liber-

dade. Jomo Kenyatta compreendeu logo esse fenómeno. E com ele aparece um conteúdo de subversão política moderna, com a perspectiva da conquista do poder e a criação de uma Nação nova, que respeitando o passado, caminha, no entanto, para a frente."

Efectivamente, tal como recorda o editorial, e apesar do colonialismo o ter condenado por ser supostamente o chefe e ideólogo do movimento Mau-Mau, Jomo Kenyatta publicamente, e em várias ocasiões, tinha condenado o movimento. Para ele, não era esse o caminho para a autodeterminação. No entanto, contactado pelas novas gerações para amadurecer em conjunto uma estratégia de luta, Jomo Kenyatta afirmou um dia: "Devemos pagar com sangue a nossa liberdade". Isto demonstra que a sua discrepância com a luta dos mau-maus não era tanto no que respeita ao caminho violento, que também ele considerava inevitável, mas com as tácticas e os meios utilizados no combate.

Nestes anos de intenso trabalho, Kenyatta, casa-se pela terceira e quarta vez com filhas de chefes kikuyos. A sua quarta esposa, Ngina, actualmente conhecida como Mama Ngina, teve actuação política junto dele nos últimos anos.

UHURU NA KENYATTA

A 20 de Outubro de 1952, os ingleses daclaram o estado de emergência. Confiante em demasia, Kenyatta é detido no seu próprio domicílio. Os seus principais seguidores caem também nas mãos da re-

pressão colonial, que o condena a sete anos de trabalhos forçados e prisão domiciliária perpétua. O líder, já conhecido por Mzee (o Velho), vegeta numa prisão remota.

Em Maio de 1960, cria-se a Kenyan African National Union (KANU), com ampla maioria de kikuyos. Com a bandeira independentista levantada, o KANU elege Kenyatta, algures na prisão, para a presidência da que esperam será uma nova república africana. UHURU NA KENYATTA, era ao gosto das massas, em swahili "A independência é Kenyatta". Com a saúde quebrada pelo clima inóspido da região onde esteve preso, Kenyatta é transferido, perante a pressão popular, para um lugar saudável. Pela primeira vez em muitos anos, deixam-no receber visitas.

Já em liberdade, em Outubro desse ano, é proclamado presidente do KANU. Os acontecimentos sucedem-se vertiginosamente. Talvez o próprio Kenyatta não se tenha atrevido a imaginar, da sua isolada reclusão, que algum dia viveria os acontecimentos que estava destinado a protagonizar como primeira figura. Uma vitória eleitoral rotunda leva-o ao cargo de Primeiro-Ministro. Daí à Presidência, apenas um passo. A 12 de Dezembro de 1963, nasce o Quênia como Estado independente e Jomo Kenyatta passa à história como o seu primeiro presidente.

Diz-se que durante os anos de prisão o velho líder foi amadurecendo um possível plano de governo do KANU: garantir aos colonos brancos terras e pro-



priedades; oferecer-lhes a cidadania queniana; pôr entaves ao investimento estrangeiro; forjar uma Nação eliminando as tradicionais rivalidades tribais.

Porque é que os anos tornam o jovem anti-imperialista num líder moderado? Porque razão, apesar da sua determinação unitária, os actos do governo de Kenyatta não conseguem senão acirrar as diferenças tribais?

À luz dos acontecimentos actuais da África, da experiência dos países revolucionários, poderiam-se dar várias explicações. Kenyatta viu mais longe que os Mau-mau. Compreendeu a necessidade da unidade nacional para se alcançar a vitória anticolonialista, mas faltou-lhe o rigor doutrinário que possibilitasse o salto no plano político. Kenyatta não compreendeu (ou não quis compreender?) que a independência política só tem sentido quando é completada pela independência económica.

Condescendente com os interesses que haviam explorado a sua pátria no passado, Jomo Kenyatta veria inevitavelmente frustrado o seu objectivo de consolidar a unidade nacional: haveriam de surgir sempre patriotas que se oporiam ao seu projecto.

O ASSASSINATO DE KARUKI

O descontentamento com a gestão governamental fazem surgir fracções no seio do KANU, que desde 1969 funciona como partido único.

A divisão aumenta quando a 22 de Maio de 1975 é assassinado o deputado Josiah Mwangi Karuki. O jornalista Charles Mohr publicou um artigo intitulado: **Depois de Kenyatta, quem ou o quê?**, onde afirma que quando conheceu Karuki, o deputado, sem rodeios, lhe tinha dito:

— Imagino que gostaria de saber quem será o próximo presidente do Quênia...

E sem lhe dar tempo a que dissesse palavra, prosseguiu: Serei eu. Como comentário à sua morte, assinála Mohr: constituindo o vivo opositor da elite que governa o Quênia actualmente, pode bem acontecer que venha a ser mais perigoso morto que vivo. Efectivamente, o assassinato de Karuki — em que, segundo a comissão parlamentar de inquérito, se encontra envolvida a polícia — actuou como um catalizador. Num Parlamento paralisado pelo medo, surgiram debates e críticas profundas. Um legislador chegou a afirmar: **Estamos a ser governados por gangsters.**

Karuki era um homem de carisma e a sua morte teve aspectos simbólicos. Homem de dinheiro, coerente com as suas posições, repartiu as suas terras com os pobres. Denunciou várias vezes que o poder no Quênia havia deixado de

quênia ser legítimo, e que no seu país "existem dez homens ricos e dez milhões de pobres".

Karuki pertencia igualmente à tribo kikuyu, mas ao ramo dos nyerekikuyu, que enfrentava o grupo de assessores mais próximos do presidente, todos eles kyambukikuyus.

O corpo de Karuki foi levado para a selva para impedir que se conhecesse o crime, confiados os seus assassinos que os animais se encarregariam de o fazer desaparecer. Como isso não aconteceu, o povo, místico como é, acreditou ver no facto o sinal de que o Bem ou o próprio Deus estavam do lado de Karuki.

Na comissão de inquérito ao crime participaram activamente os deputados Seroney e Shikuku, os quais, pouco tempo depois, foram expulsos do KANU. Como a lei queniana estabelece que os deputados devem pertencer ao partido do governo, automaticamente perderam a sua imunidade parlamentar e de imediato foram presos. Shikuku tinha proposto pouco tempo antes a criação de uma comissão legislativa que investigasse a corrupção. A comissão chegou a ter o aval da Presidência, mas foi posteriormente dissolvida.

E a vaga repressiva não se deteve, o ano passado foi preso o escritor Ngugy wa Nthiengo, por escrever numa novela a corrupção da clique governante e a pauperização progressiva dos camponeses.

O REI MORREU: VIVA O REI?

Nos últimos anos as posi-



ções do Quênia no campo da política internacional têm sido criticadas pela África progressista. Quênia que chegou a possibilitar o raid israelita de Entebbe, no Uganda, em 1976, ao ceder ao operativo sionista as instalações do aeroporto de Nairobi. Actualmente o Quênia é o único país da África em que — além, evidentemente, da África do Sul — opera a companhia aérea israelita. Nairobi é a escala para o voo cujo destino é Johannesburg.

O país que Kenyatta deixou ao seu sucessor não é fácil de conduzir. A Constituição estabelece que o vice-presidente em exercício assume a presidência em caso de morte do titular, e que no prazo de 90 dias se devem realizar eleições. Actualmente quem detém o cargo é Daniel Arap Moi, de 55 anos de idade, e membro da pequena tribo kalenjin. Exercia a vice-presidência desde 1967 e tem possibilidades de vir a ser eleito para permanecer no cargo, já que poderia ser um elemento de equilíbrio e moderação entre os interesses dos kikuyus e dos loas, as etnias maioritárias.

Outro candidato com possibilidades é um homem de negócios: o dr. Mungai, que representa os interesses da sociedade anglo-rodésia-

na Lonrho e é actualmente presidente da companhia queniana do oleoduto. Mas Mungai representa sem eufemismos os interesses multinacionais no país, e as contestações que levantaria a sua designação poderiam levar o Quênia a dias tão difíceis, só comparáveis aos da época do levantamento Mau-mau.

Por outro lado, os filhos de Kenyatta, particularmente Margareth, governadora de Nairobi, e Mugaí, deputado, têm os seus próprios interesses políticos. E nas suas mãos encontram-se importantes recursos comerciais e industriais.

Mas cabe perguntar se, desaparecida a figura lendária do Mzee, as rivalidades e o descontentamento que já minavam o seu regime não chegarão a tornar insustentável a unidade do KANU. E nesse caso, em que direcção se pode romper o precário equilíbrio de forças? Muitas outras perguntas ficam no ar. Como todo o patriarca que morre, o vazio deixado por Kenyatta não será fácil de preencher. Mas também é certo que agora está definitivamente aberta a porta para que as forças progressistas quenianas, que durante estes anos em grande medida se subordinaram à autoridade de Kenyatta (quando o atacaram, fizeram-no sempre numa posição de respeito pelo que ele representou) dêem rédea solta às suas possibilidades.

A própria estabilidade política está em jogo. Os próximos meses indicarão para qual dos lados se inclina a balança.

ÁFRICA AUSTRAL

os movimentos de libertação

Com uma série de três artigos, os Cadernos do Terceiro Mundo abordam três áreas em conflagração no Continente Africano: África do Sul, Zimbabwe e Namíbia naquilo que determinará o seu futuro: os Movimentos de Libertação

I — África do Sul

Paulo César Braz

A queda e o desmoronamento do colonialismo português, e o consequente surgimento dos novos Estados democráticos, trouxeram atrás de si a incrementação das lutas de libertação nacional dos povos do sul da África contra o "apartheid", a opressão e a discriminação social.

Nesta década de setenta, um dos tópicos quotidianos da imprensa internacional foi e é sem dúvida alguma, a questão do desaparecimento e liquidação dos dois cancos da África Austral: o colonialismo e o racismo.

A ÁFRICA DO SUL

Por suas realidades específicas, a África do Sul

apresenta diferenças fundamentais nas vias e formas de desenvolvimento político da maioria oprimida do país, ou seja, da maioria negra.

Essa diversidade foi determinada, por um lado, pelo próprio sistema interno de colonialismo, onde os grupos raciais que oprimem e que são oprimidos convivem dentro de um mesmo território, e por outro lado, pelo desenvolvimento em alto nível das relações capitalistas no país.

É, em função disso, que a luta da população oprimida da África do Sul pela sua libertação nacional tem ligações indissolúveis com as lutas de classes que o proletariado negro move pelos seus direitos sociais.

A estúpida e incompreensível política do "apartheid" seguida pelos dirigentes racistas, dá uma tonalidade toda especial no desenvolvimento da luta revolucionária e na formação da consciência política do povo sul-africano.

O CNA

O Congresso Nacional Africano da África do Sul (CNA) é a mais antiga das organizações de libertação nacional da maioria africana.

O CNA foi criado em 1912, e durante os seus sessenta e seis anos de história, um grande e complexo caminho de organização foi percorrido, organização que transitou de um mode-

rado programa de actividades dos intelectuais e da tradicional elite aristocrática, para a vanguarda revolucionária de todo o povo em luta da África do Sul.

O Programa de Acções do CNA, aprovado em 1949, foi um passo importante para a consolidação da organização, pois demarcou uma efectiva renúncia à tática reformista até então seguida, saltando qualitativamente para a luta pela entrega do poder à maioria negra. E uma primeira coisa ficou logo evidenciada: a consecução desse objectivo não seria possível sem que houvesse uma sólida e coesa união de todas as forças anti-racistas e libertadoras. O CNA apresentou a iniciativa de ser criada uma frente de libertação a nível nacional.

Foi a partir dessa iniciativa que surgiu nos anos cinquenta, a União dos Congressos, que abrigou em suas fileiras as organizações de libertação nacional da população africana, indiana e negra, bem como a parte democrática da população branca. E na União dos Congressos estava também o Congresso Sul-Africano dos Sindicatos (SACTU), a organização profissional dos trabalhadores negros.

Mas é somente em 1955 que a União dos Congressos aprovou a *Carta da Liberdade*, documento que veio a ser quase que um programa-base das forças envolvidas no processo de libertação da África do Sul. A *Carta da Liberdade* é o programa da construção de um Estado democrático na África do Sul, e nela é afirmada a igualdade dos direi-

tos políticos de todos os sul-africanos, independentemente de sua raça, sexo e crença, e apresenta como tarefas liquidar a discriminação racial e a opressão social, entregar o poder ao povo sul-africano, e a criação de um Estado democrático nacional. A Carta prevê também a realização de reformas profundas, como, por exemplo, a nacionalização do subsolo, da banca e das empresas industriais, a entrega da terra a quem a trabalha, o incentivo do movimento cooperativo, e o desenvolvimento, tanto do sistema de previdência social, como do da instrução.

O CNA defende o papel decisivo da classe operária africana como a principal força motriz do movimento de libertação nacional.

Sob a direcção do CNA, foram realizadas na década de 50 na África do Sul, várias campanhas nacionais de desobediência cívica às leis racistas, boicotes e greves políticas. Preocupadas com o crescimento da influência política e da actividade do CNA, as autoridades racistas proibiram, em 1960, a sua actividade.

Quando passou para a ilegalidade, o CNA tomou como rumo a opção de derrubar o regime racista pela via armada. Foi criada a organização militar do CNA "*Umkonto we sizwe*" ("*Lança da Nação*").

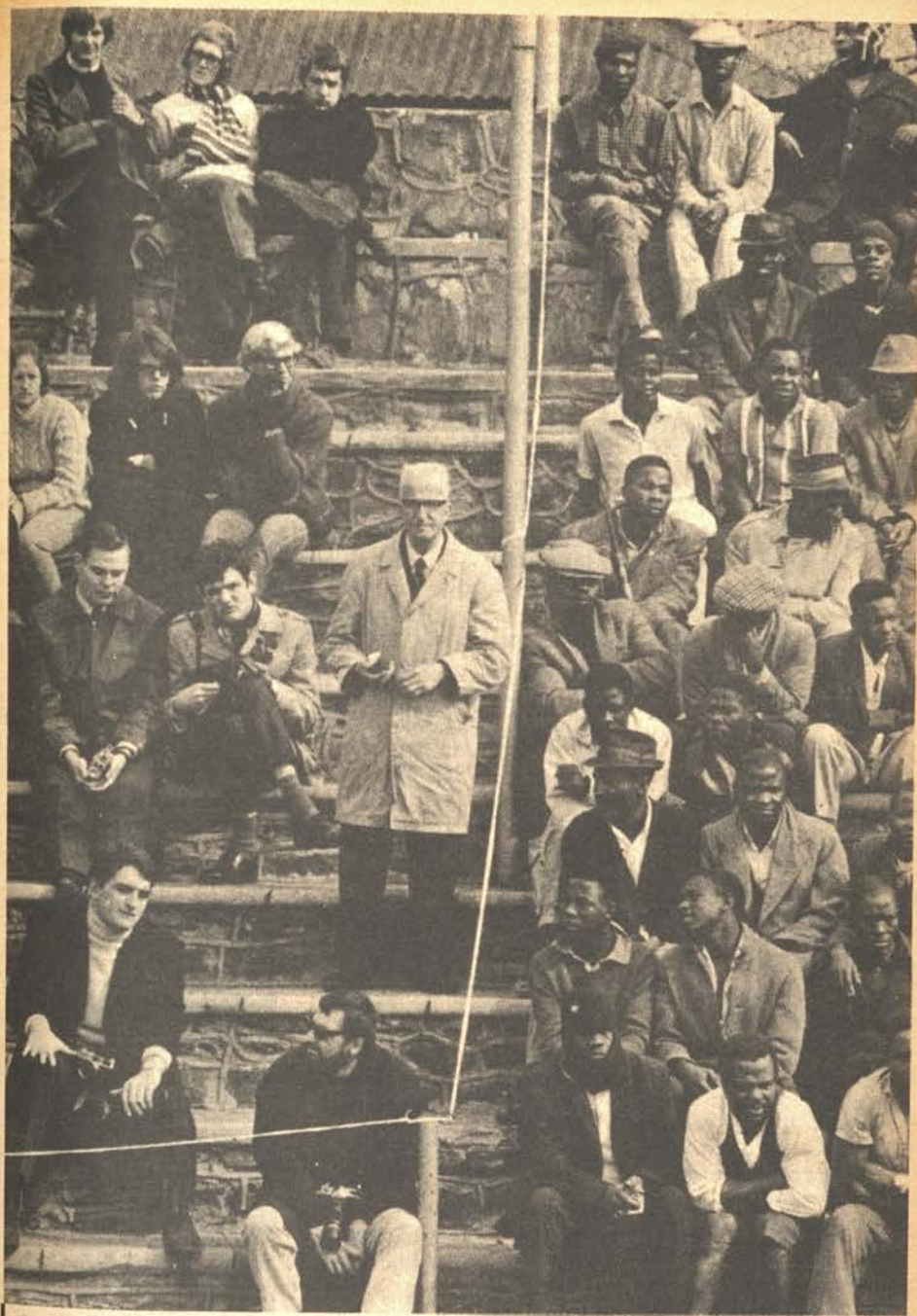
Entre 1963 e 1965, as autoridades sul-africanas desencadearam uma nova onda de terror maciço contra os dirigentes e activistas do CNA. Em consequência, foi causado um sério dano às organizações clandestinas do partido. Os dirigentes do CNA que fugiram à prisão emigraram do país,

criando no estrangeiro um centro desta organização.

A Conferência Consultiva da Organização que se realizou em 1969, em Morogoro, Tanzânia, teve um significado importante para a determinação de tarefas e formas de actividades do CNA em novas condições. O principal documento político aprovado na conferência "*A estratégia e tática da revolução sul-africana*" representa o desenvolvimento das disposições de princípio da *Carta da Liberdade* e confirma a orientação das forças revolucionário-democráticas para criar na África do Sul um Estado de democracia nacional.

A Conferência de Morogoro aprovou também uma série de resoluções sobre as questões orgânicas. Foi reorganizado o Comité Executivo do CNA e criado um órgão especial — O Conselho Revolucionário — para a direcção imediata das actividades da organização dentro do país. Esta deve ser considerada como uma das resoluções mais importantes: a permissão da admissão no CNA de todos os revolucionários e democratas da África do Sul, sem distinção da sua nacionalidade, o que significava a transformação do CNA numa única organização nacional.

Nos dias de hoje, utilizando as possibilidades legais e os métodos ilegais de actividade, o CNA empreende os seus principais esforços com vistas a dinamizar o trabalho político com as massas dentro do país, organizar acções de protesto e desenvolver a luta armada nas cidades e zonas rurais. Na arena inter-



**Apartheid:
brancos para um lado,
«pretos» para outro!**

áfrica austral nacional, o CNA mantém amplas relações com as forças progressistas de todo o mundo.

O CNA foi reconhecido pela Organização da Unidade Africana como organização de libertação nacional da África do Sul, e seu órgão máximo de direcção é a Conferência Anual que não foi mais convocada depois da proibição do partido. Os principais órgãos executivos são o Comité Executivo Nacional e o seu Comité de Trabalho. Nos quadros do Comité Executivo Nacional foram criados os departamentos do Presidente, do Secretário-Geral e do Tesoureiro. O centro estrangeiro do CNA encontra-se na Zâmbia.

O Presidente Geral Interino do CNA é Oliver Tambo e o seu Secretário-Geral, Alfred Nzo.

O órgão oficial é a revista trimestral "Sechaba" ("Povo"). Desde 1973, dentro do país é ilegalmente editado o jornal do CNA "Sechaba-Isizwe".

O PCSA

O PCSA, **Partido Comunista Sul-Africano**, actua como uma força importante na luta contra o racismo.

Fundado em Julho de 1921 na Cidade do Cabo, o seu nome antes de 1950 era **Partido Comunista da África do Sul (PCAS)**. O partido surgiu em consequência da fusão de vários grupos marxistas, o mais importante dos quais era a **Liga Internacional Socialista**, criada em 1915, depois da primeira cisão do **Partido Trabalhista Sul-Africano** e do afastamento dos trabalhistas das posições internacionalistas. O **Partido**

Trabalhista, de cuja direcção, antes da cisão, faziam também parte os fundadores do PCAS, exprimia os interesses principalmente dos operários brancos. Em 1924, o congresso do PCAS rejeitou a proposta de se unir ao **Partido Trabalhista** e empenhou os principais esforços na actividade entre os trabalhadores africanos.

Nos primeiros trinta anos da sua existência, o **Partido Comunista** era considerado legal, embora isso tivesse um carácter muito ilusório. O **Partido Comunista** estava representado no Parlamento por um deputado (dos três mandatos destinados nessa altura à maioria africana; o total de deputados era 150). Em 1950, o governo sul-africano aprovou a lei "sobre o esmagamento do comunismo" que proibiu a actividade do PCAS e teve como consequência a sua dissolução táctica temporária.

Em 1953, o **Partido Comunista** realizou em condições ilegais um congresso que aprovou o novo **Programa e Estatutos**, elegeu o Comité Central e adoptou o novo nome de **Partido Comunista Sul-Africano**. Em 1962, o V Congresso do PCSA aprovou o programa actualmente vigente, a via para a liberdade da África do Sul, em que se salienta que as principais tarefas do partido são a criação e o fortalecimento de uma frente de libertação nacional.

Actualmente, o PCSA actua em condições de profunda clandestinidade.

O órgão teórico do partido é a revista trimestral "**The African Communist**", editada desde 1959, e am-

plamente divulgada em todos os países da África.

CONGRESSO PAN-AFRICANO (CPA)

Esta organização surgiu em 1959 depois da cisão do CNA quando se retirou dele o grupo de nacionalistas que tinham-se manifestado contra a cooperação do CNA com os outros representantes das forças de libertação nacional da África do Sul e, antes de tudo, com os comunistas sul-africanos e os democratas brancos. Ao enveredar pela via da actividade divisionista, os chamados "africanistas" começaram a lutar contra a **União dos Congressos**, debilitando a unidade das forças de libertação nacional e causando-lhe sérios danos.

O documento básico do CPA é o "Manifesto" apro-

Vorster. Agora demite-se...





vado na conferência constituinte do Congresso que se realizou em 1959, bem como os **Estatuto Organizativo e Disciplinário da Organização**.

O CPA considera como o seu objectivo final a criação da União dos Estados Africanos e a formação de uma única nação pan-africana. Na etapa actual, o CPA pronuncia-se pela queda por via armada do regime da minoria branca e pela criação de um governo exclusivamente africano. O CPA nega o papel revolucionário da luta de libertação de outras étnias da população da África do Sul, manifesta-se contra a unidade das forças anti-racis-

tas e recusa-se a garantir nos seus documentos programáticos a igualdade de direitos das minorias nacionais do país em caso da sua chegada ao Poder. O CPA assume posições declaradamente anticomunistas, e a aproximação da direcção do CPA com os maofistas exerceu uma séria influência nas suas concepções.

Nos primeiros anos de existência, o CPA desfrutava de um apoio bastante amplo no país. No entanto, acções da sua direcção levaram-no a perda do antigo prestígio. Actualmente, a influência do CPA no país é insignificante. A actividade legal do CPA foi proibida em 1960. A organização

clandestina "Pogo" criada pelo Congresso, foi desmantelada pelo regime racista.

O órgão máximo do CPA é a conferência anual que não foi convocada desde a proibição da organização. O principal órgão executivo é o Comité Executivo Nacional. O centro estrangeiro do CPA encontra-se na Tanzânia.

O seu órgão de imprensa é a revista "Azania News" (Novidades da Azânia), editada em Dar-Es-Salam (Tanzânia).

No início dos anos 70, desempenhou um determinado papel no ascenso da luta de libertação na África

do Sul o "Movimento de Consciência Negra". Este movimento não se agrupou numa organização única, mas representa um conjunto de organizações político-sociais da população africana da África do Sul que declararam sua fidelidade à ideologia da consciência negra. Neste movimento, o papel mais destacado pertence à **Convenção da População Negra** e à **Organização Estudantil Sul-Africana (SASO)**.

Durante os acontecimentos do verão de 1976, em Soweto, e nas posteriores etapas de acções anti-racistas, também deu provas da sua actividade o **Movimento Estudantil Sul-Africano (SASM)**, organização dos alunos africanos das escolas secundárias urbanas.

Não existe um único documento programático do movimento. As suas ideias fundamentais foram expostas no "Manifesto Político da SASO" e nos "Estatutos da Convenção da População Negra" bem como nos artigos e intervenções dos representantes deste movimento.

Manifestando-se contra a discriminação e a opressão racial, os seus representantes não colocam, no entanto, a tarefa da luta contra o regime racista e da transferência revolucionária do poder para a maioria oprimida. Eles vêem a principal via para a libertação na eliminação da psicologia da submissão escrava, da inferioridade racial e da impotência dos negros, e no restabelecimento do senso da sua dignidade racial e no orgulho pela sua cor da pele. Na opinião dos ideólogos da consciência negra, este objectivo pode ser ob-

tido exclusivamente com base no pleno isolamento espiritual e material da população negra da sociedade branca, na sua coesão e solidariedade racial, e no desenvolvimento independente contando com as suas próprias forças.

O **Movimento de Consciência Negra** rejeita o "apartheid", mas considera que a integração dos negros com os brancos numa única sociedade pluri-racial só é possível depois da realização das tarefas indicadas, o que lhes permitirá obter a igualdade com os brancos.

Os representantes do movimento desempenharam o seu papel na organização de várias acções de massas contra a política do "apartheid" que culminaram nas lutas da juventude estudantil urbana, as quais não pararam até agora. O aumento da actividade política do movimento fez com que as autoridades racistas proibissem em Outubro de 1977 a acção das organizações que faziam parte dele,

o que significou a liquidação definitiva da oposição legal à política do regime racista entre a população negra fora dos bantustões.

A INKATHA KAZULU

Nos últimos anos, começa a revelar uma actividade cada vez maior a organização **Inkatha Kazulu**, que foi criada ainda em 1928 como movimento estreitamente étnico dos zulus que perseguia o objectivo de criar a nação zulu com base no desenvolvimento da cultura e instrução nacional.

Em 1973, o chefe tribal G. Buthelezi, ministro principal do bantustão do Kwa-zulu, ressuscitou a actividade da **Inkatha** que proclamou o objectivo de libertar toda a população negra da opressão racial.

A **Inkatha Kazulu** manifesta-se pela criação, na África do Sul de um Estado multinacional federal em que todas as étnias gozem de igualdade de direitos. O principal meio da





obtenção deste objectivo deve ser o diálogo entre as raças. A direcção da *Inkatha* rejeita a via da luta armada, bem como quaisquer acções revolucionárias de massas.

O presidente da *Inkatha*, G. Buthelezi, alimenta os planos da sua transformação numa organização nacional, e por isso todos africanos podem ser membros da *Inkatha*. Em 1976, G. Buthelezi apresentou a proposta de criar secções da organização em outros bantustões, mas chocou com a oposição dos seus dirigentes. O principal instrumento de difusão da influência da *Inkatha* entre a população africana urbana é a *Frente de Unidade Negra*, criada em Novembro de 1976 por iniciativa de G. Buthelezi.

O presidente desta Frente, S. M. Nyembezi, é simultaneamente presidente

da secção regional da *Inkatha* em Soweto. A criação da *Frente de Unidade Negra* foi apoiada pelos ministros principais dos bantustões de Lebowa a Gazankulu.

Em Janeiro de 1978 foi anunciada a criação de uma união política integrada pela *Inkatha*, o *Partido Trabalhista da População de Cor* e o *Partido Reformista Indiano*, que funcionam no âmbito do sistema de "apartheid". G. Buthelezi foi eleito presidente desta União. Foi criado o Comité coordenador provisório para a preparação da conferência nacional que aprovará a "Carta da Sociedade Não Racial e a nova Constituição da África do Sul", bem como elaborará a estratégia geral de luta contra o "apartheid".

A actividade de G. Buthelezi com vista a transformar a *Inkatha* numa or-

ganização política de todos os africanos e a sua activa cooperação com as forças reformistas moderadas de outras étnias põe em causa o desenvolvimento do movimento de libertação nacional. Ampliando a influência da *Inkatha* que actua legalmente na África do Sul, ele procura apresentá-la como alternativa ao *Congresso Nacional Africano* e encabeçar ele próprio o movimento libertador. Isso leva inevitavelmente a uma cisão ainda maior e à debilitação das forças libertadoras do país. Tenciona ainda substituir também os métodos revolucionários de luta por uma tática conciliadora e reformista. Não é por acaso que a actividade de G. Buthelezi desfruta de crescente apoio nos EUA, Inglaterra e de outros países ocidentais.

ZIMBABWE

o encontro Nkomo-Smith

O brigadeiro Joseph Garba, então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria reúne-se com Ndabaningi Sithole que pede o apoio da Nigéria para o acordo interno e manifesta receios de que a Nigéria esteja a preparar uma intervenção armada ao lado da Frente Patriótica.

O brigadeiro Garba afirma que o seu país não vai fazer nenhuma intervenção armada e aconselha Sithole a retirar-se do acordo interno. Sithole aceita a proposta que contudo não cumpre.

Semanas mais tarde Joseph Garba volta a encontrar-se com Sithole que se faz acompanhar por alguns membros do seu partido. Dizem a Garba estar ainda a considerar a sua retirada do acordo interno.

Um dos membros do grupo de Sithole, que faz parte do actual governo de Salisbúria, aproveita a ocasião e pede ao brigadeiro Garba para que a Nigéria forneça armas ao seu grupo, o que este recusa.

Nesta altura o jogo aparece claro: Sithole tenta a todo o custo ganhar para seu lado o país africano de prestígio como a Nigéria, manobra essa que falha. Tenta-se depois que a Nigéria se comprometa através do fornecimento de armas, afirmando-se a Garba que as armas são neces-



Nkomo



Smith

sárias para destruir o acordo interno. Garba recusa.

Sithole e o "acordo interno" tinham sofrido a sua primeira grande derrota, já que a partir daí a Nigéria corta totalmente com Sithole.

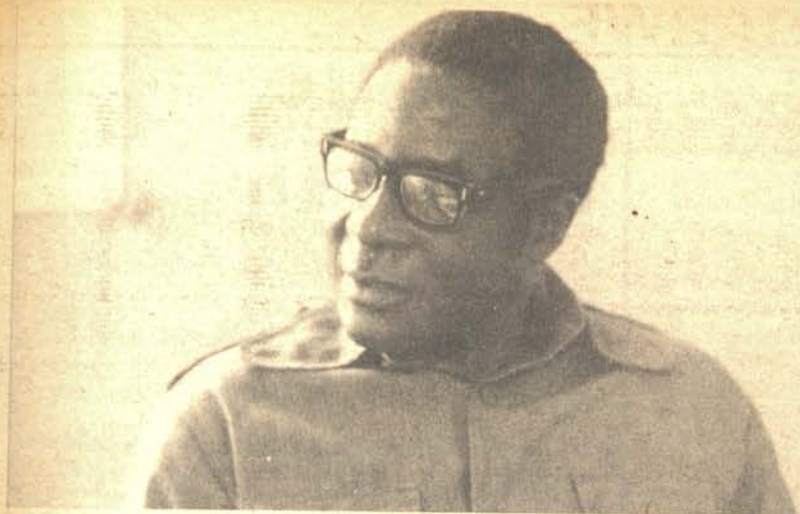
ALVO SEGUINTE: LINHA DA FRENTE

A partir daqui o acordo interno começa a entrar em decadência. Smith toma consciência disso, pois a guerra não cessa de aumentar de intensidade, as sanções continuam a ser aplicadas e os colonos, a sua base de apoio, fogem em número record. Há que tentar uma saída para a crise, que surge para Smith como uma tentativa de fazer quebrar a Frente Patriótica, e ao mesmo tempo a Linha da Frente. Nessa altura Sithole entra tam-

bém neste plano pois quando se desloca a Londres, em Maio, esse foi um dos tópicos das conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Inglês, David Owen.

Mais tarde contudo Smith decidiu-se a entabular os contactos por conta própria sem disso dar conta aos seus parceiros do "acordo interno".

A manobra começa com os chefes tribais, que provavelmente organizados por Ian Smith, contactam em Salisbúria Josiah Chinemano, vice-presidente do grupo político de Joshua Nkomo, a ZAPU, pedindo-lhe que Nkomo regressasse ao país. Os chefes chegam mesmo a telefonar a Joshua Nkomo apelando-lhe para regressar só ele "pode estabelecer a paz". É Chinemano quem vai organizar um encontro entre Nkomo



Mugabe, co-presidente da Frente Patriótica com Joshua Nkomo, recusa-se a ter qualquer tipo de encontro com Ian Smith

e os chefes tribais em Londres nos princípios de Agosto.

O encontro realiza-se na residência do alto comissário da Nigéria em Londres e é provável que o Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês estivesse a par do sucedido pois a 4 de Agosto o chefe Chirau avista-se em Londres com David Owen, na mesma altura em que decorriam as conversações com Joshua Nkomo.

Nesse encontro com os chefes, Nkomo recusa regressar à Rodésia. Chirau e um outro chefe, Ndweni, dizem a Nkomo que foram forçados a entrar para o "acordo interno" por Muzorewa e Sithole que lhes haviam prometido pôr fim à guerra.

Antes desse encontro, Ian Smith tinha já enviado uma mensagem à Zâmbia, pedindo um encontro com Nkomo, mensagem essa que foi transmitida ao governo nigeriano. O alvo de Ian Smith começa a ganhar forma. Este contudo não aceita na altura a proposta

para a participação da Nigéria no seu proposto encontro com Joshua Nkomo. Contudo, na altura em que em Londres se dá o encontro de Nkomo e Jeremiah Chirau, surge na capital inglesa, Derek Robinson, chefe da polícia secreta de Ian Smith. Este transmite que Smith está disposto a encontrar-se com Nkomo na presença de representantes da Nigéria e o encontro fica em princípio marcado para 13 de Agosto.

Nkomo afirma aos chefes tribais que não regressará à Rodésia sem o outro dirigente da Frente Patriótica, Robert Mugabe, hipótese que é primeiramente rejeitada pelos chefes tribais, que contudo depois mudam de posição pondo duas condições: 1) a Frente Patriótica deve declarar a paz; 2) deve haver uma "reconciliação".

A manobra é óbvia: cessar-fogo sem condições para se levantar as pressões que a guerra provoca no regime e arranjar o "casa-

mento" com o acordo interno rejeitado pela Frente Patriótica, que anteriormente tinha afirmado que não deverá haver negociações directas com o regime.

As próprias propostas de Smith no encontro com Joshua Nkomo apontam neste sentido como mais adiante se verá.

O ENCONTRO

A data do encontro estava portanto marcada para 13 de Agosto. Nesse mesmo dia Smith pede um adiamento para o dia seguinte.

Antes do encontro ter lugar o presidente da Nigéria, general Obasanjo, concorda a pedido de Nkomo que o Brigadeiro Garba tome parte no encontro. Obasanjo afirma no entanto que devem ser tomados todos os cuidados para que o encontro não divida a Frente Patriótica nem os países da Linha da Frente.

No encontro em Lusaka o chefe do governo ilegal

zimbabwe torna claro o seu jogo. Afirma estar desiludido com Muzorewa e Sithle, chama o primeiro de "inca-paz" e o segundo de "oscilante", acrescentando que os dois não têm capacidade para chefiar nenhum governo. Nesta altura faz a sua proposta: Nkomo deverá regressar e chefiar um novo governo. Este recusa uma vez mais afirmando que o seu regresso seria um suicídio. O co-dirigente da Frente Patriótica afirma que só regressará com Robert Mugabe, o que Smith rejeita tal como os chefes tribais, para depois aceitar a ideia. A sua proposta então é a de organizar primeiro um encontro com a Frente Patriótica e ele, e depois com Muzorewa, Sithole e Chirau. Fica assim acordado um novo encontro para o dia 20 de Agosto e para o qual Joshua Nkomo deveria convidar Robert Mugabe. Smith revela ainda que nada revelará dos encontros a Muzorewa e a Sithole.

Depois de os ter atraído para o seu lado e de estes estarem politicamente liquidados aos olhos do povo do Zimbabwe e do mundo, Smith prepara-se para eliminá-los.

O FRACASSO DO PLANO

A 15 de Agosto Robert Mugabe recebeu em Maputo uma mensagem da embaixada da Nigéria pedindo-lhe que se desloque à Nigéria urgentemente a 18 de Agosto. Mugabe afirma na altura não poder deslocar-se à Nigéria pois está programada para Lusaka uma reunião do Comité Coordenador da Frente Patriótica a ter lugar esse fim de semana (17, 18, 19 e 20 de Agosto).

Ataque a Untáli

A cidade rodesiana de Untáli, situada junto à fronteira com a República Popular de Moçambique, foi alvejada na noite do passado dia 7 com 30 obuses de 83 mm disparados pelos guerrilheiros da Frente Patriótica do Zimbabwe. Nesta cidade atacada, encontram-se importantes dispositivos militares racistas.

Um porta-voz do alto comando militar rodesiano, informou que o ataque causou a destruição de edifícios e viaturas e alguns feridos. Adiantou ainda que um dos 30 obuses destruiu uma esquadra policial.

Ao invés do habitual, as autoridades racistas não alegaram que o ataque foi dirigido a partir do território moçambicano e pela primeira vez admitiram que a operação foi desencadeada no interior do Zimbabwe de uma colina situada a dois quilómetros da cidade alvejada.

Recorde-se que a cidade de Untáli tem sido alvo de diversos ataques visando destruir os efectivos bélicos racistas concentrados nela, o que já custou ao regime de Ian Smith, volumosas baixas em vidas e perdas em material.

Este ataque a Untáli realiza-se no momento em que o exército do regime de Ian Smith, Abel Muzorewa, Ndabaningi Sithole e Jeremias Chirau ameaça agredir uma vez mais os países da "Linha da Frente".

Numa conferência de imprensa dada no passado dia 8, o Presidente da República da Zâmbia afirmou que não pode pôr de fora a possibilidade de o seu país pedir auxílio exterior para fazer face a uma agressão racista. Por seu lado o Ministro dos Negócios Estrangeiros zambiano disse que o seu governo tem razões para crer que a força aérea rodesiana planeia agredir o território zambiano, apelando em seguida à Grã-Bretanha no sentido de — como potência colonizadora da Rodésia — tentar impedir o regime de Salisbúria de levar a cabo este crime.

As afirmações do chefe da diplomacia zambiana reforçam a advertência feita algum tempo antes por Joshua Nkomo, co-dirigente da Frente Patriótica, que revelou dispor de informações indicando os planos da aviação racista para bombardear campos de refugiados zimbabweanos na Zâmbia.

Acrescentando a isto, fontes diplomáticas em Salisbúria afirmaram que nos últimos dias, tropas rodesianas têm feito uma série de provocações armadas e incursões na fronteira zambiana.

Quando chega a Lusaka é informado por Joshua Nkomo que o presidente da Nigéria tem um assunto importante e discutir e Mugabe parte para Lagos a 19, tendo um encontro com o general Obasanjo e com o brigadeiro Garba. É neste encontro que Mugabe fica a par dos encontros e em que lhe é proposto que participe num encontro com o líder do regime ilegal. Robert Mugabe recusa o en-

contro e parte de novo para Lusaka com Joseph Garba onde se reúne com membros do seu partido, a ZAPU, e recusa de novo o encontro. A partir daqui a história é pública.

Mugabe regressa a Maputo a 20 de Agosto. Há depois uma deslocação a Dar-es-Salaam onde informa o Presidente Julius Nyerere da manobra. Depois deste encontro Mugabe faz emitir uma declara-

ção em que afirma estar a decorrer uma manobra que visa dividir a Frente Patriótica com o objectivo de formar um novo acordo interno. A reunião da Linha da Frente é convocada para 1 e 2 de Setembro e a manobra rejeitada por unanimidade.

Em Salisbúria, um dia antes da Linha da Frente se reunir, Ndabaningui Sithole torna público o encontro entre Smith e Nkomo, o que é desmentido pelo próprio Smith. Depois da Linha da Frente reunir, Smith tem que admitir o encontro provocando a fúria dos seus "sócios" Sithole e Muzorewa. O grupo político do Bispo Muzorewa, o UANC, chama Smith de "traidor" e a agência Reuter afirma num telegrama proveniente de Salisbúria de 3 de Setembro: "Um ambiente de desconfiança e suspeita está a crescer dentro do governo depois das notícias do encontro do primeiro-ministro Ian Smith com Joshua Nkomo." A agência acrescenta que o reverendo Sithole e o bispo Muzorewa vêem o encontro de Lusaka como um meio para colocar um dos dirigentes da Frente Patriótica no poder, por outras palavras, abandoná-los, e dividir a Frente Patriótica à custa de promessa do poder.

O plano fracassou e o "acordo interno" continua isolado, o que valeu o seguinte comentário de um observador:

"Agora Smith tem duas opções — seguir o acordo interno e aguardar o fim ou entregar o poder aos militares para serem estes a tentarem uma vez mais a resolver uma situação perdida."

Sarita Rita

Smith declara a lei marcial

Proferindo um discurso televisionado, Ian Smith, líder racista rodesiano anunciou na noite de domingo último, os planos para a implantação da Lei Marcial na Rodésia. O dirigente racista afirmou que a medida abrangerá todas as regiões onde a situação exigir. Apesar de não ter sido mais claro, sabe-se que a Lei Marcial será introduzida nos subúrbios da capital rodesiana, Salisbúria, onde nos últimos dias se têm registado reencontros entre tropas racistas e combatentes pela liberdade do Zimbabwe.

A mobilização geral dos 260 000 colonos rodesianos, integra-se nos planos de Smith para a introdução da lei marcial. São referidas também outras medidas de excepção, nomeadamente a do recolher obrigatório em determinadas circunstâncias.

Dezanove membros da ala interna da ZAPU, organização que integra a Frente Patriótica foram presos pouco tempo antes do discurso de Ian Smith, pela polícia rodesiana, segundo referem agências noticiosas internacionais.

Smith reafirmou durante o discurso a intenção de agredir os Estados da "Linha da Frente" pelo facto de apoiarem os combatentes pela liberdade do Zimbabwe.

Entretanto, as forças armadas do "Conselho Executivo" composto por Smith, Muzorewa, Chirau e Sithole, anunciaram a morte de 32 pessoas, 15 das quais, civis, vítimas de "fogo cruzado", durante combates no interior da Rodésia.

Enquanto isso, é dado a conhecer que uma operação dos combatentes pela liberdade do Zimbabwe interrompeu a linha férrea Salisbúria-Bulawaio com explosivos, o que provocou a paralisação do tráfego ferroviário durante 14 horas.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

Chile

Pablo Neruda: um novo gesto de esperança

Santiago do Chile, 23 de Setembro de 1978, sábado. Milhares de cravos vermelhos cobriram a sepultura do poeta chileno Pablo Neruda, no cemitério principal da capital chilena. Homens e mulheres de todas as idades, principalmente das classes humildes, convergiram nesse dia para o túmulo do grande poeta. Levavam cravos vermelhos e ali se reuniam para uma romagem-manifestação, no quinto aniversário da morte de Neruda.

De repente alguém gritou: "Viva Pablo Neruda! Viva o Partido Comunista!" A multidão, até aquele instante silenciosa, passou a entoar em coro a "Internacional". Cantar a "Internacional" na América Latina sempre foi uma das manifestações políticas da esquerda, quase sempre sujeitas à repressão, a prisões em massa, até à tortura. No Chile de Pinochet é um acto de desafio e de coragem.

Há cinco anos atrás, alguns dias depois do sangrento golpe militar em que Allende foi assassinado, morria Pablo Neruda,



poeta e comunista. Ao seu enterro compareceram milhares de pessoas que marcharam de punho erguido, num temerário desafio à Junta Militar. Eram dias de horror e de medo. Os militares ocupavam o país e se encontravam na única tare-

fa de caçar militantes e simpatizantes da Unidade Popular, massacrar, prender e torturar em massa. O Estádio Nacional estava repleto de presos; nas ruas, fábricas e bairros pobres ainda morria muita gente. No entanto, milhares de



peessoas saíram à rua e marcharam com Neruda rumo à sua sepultura.

Milhares de chilenos perseguidos, outros milhares refugiados nas embaixadas, os que não podiam sair assistiram emocionados pela televisão, àquela surpreendente manifestação de coragem e de resistência, numa demonstração de que o povo se mantinha digno e altivo. Pablo Neruda, um monumento nacional que a Junta não pode borrar da História com as suas baionetas, dava àquele povo uma inabalável disposição de enfrentar qualquer ameaça para prestar-lhe uma homenagem e assim resistir à opressão. Era um gesto de esperança, uma

demonstração de confiança no futuro: a Junta, por mais brutal e sangrenta que seja, não poderá manter eternamente esmagada a poesia, os anseios de liberdade do povo chileno.

Agora, cinco anos depois, esta nova manifestação no túmulo de Pablo Neruda assinala as esperanças de que a ditadura está próxima do fim. Isolado internacionalmente, pressionado até mesmo nos Estados Unidos depois do assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro de Allende, em território norte-americano, Pinochet vem enfrentando não somente dissensões internas (a saída do general Leigh provocou a demissão de dezoito generais da For-

ça Aérea), mas também uma crescente mobilização popular que já ousa enfrentá-lo abertamente. Os mineiros do Norte, sustentáculo da economia chilena, fizeram uma greve e venceram a tentativa da Junta em prender alguns líderes operários, multiplicam-se as manifestações públicas de oposição política, com essa homenagem a Neruda e pequenos actos nos bairros pobres, nas igrejas. Já se fala em possíveis substitutos de Pinochet que poderiam chefiar uma transição rumo a um estado democrático.

Porto Rico

um reconhecimento importante

O Comitê de Descolonização das Nações Unidas acaba de dar um apoio muito importante à luta dos porto-riquenhos pela sua independência. A moção apresentada pelos governos de Cuba e do Iraque exigindo a transferência de poderes em Porto Rico para a soberania do povo, para que este decida livremente o seu destino — inclusive a sua própria associação, de Estado a Estado, com os Estados Unidos — foi aprovada depois de uma das mais calorosas discussões na história do Comitê.

E a resolução não se ficou pela mera declaração de princípios. Foi mais longe. Denunciou a perseguição, a repressão e a hostilização do governo norte-americano contra as organizações e personalidades que naquela ilha lutam pela independência de Porto Rico. Exortou, ainda, Washington a que ponha em liberdade condicional os patriotas porto-riquenhos Lolita Lebrón, Irving Flores Rodríguez, Oscar Collazo e Rafael Cancelo Miranda que cumprem pesadas penas nos cárceres norte-



-americanos por actos ligados à luta pela independência.

Como era de esperar, o governo norte-americano desconheceu uma vez mais a legitimidade da resolução do Comitê de Descolonização. O governo do senhor Carter adopta uma posição curiosa: as decisões das Nações Unidas só são válidas, e portanto acatáveis, quando correspondem aos interesses do seu "establishment". Também o senhor Carlos Romero Barceló, governador de Porto Rico, se levantou contra a decisão daquele órgão das Nações Unidas, com uma alegação igualmente curiosa: "Não iremos tolerar nem permitir que ninguém nos dite do exterior as regras acerca do nosso destino político".

E dizemos que é uma alegação curiosa porque o mandato político de Barceló tem pouco que ver com as verdadeiras aspirações

do povo de Porto Rico. É uma posição claramente vinda do exterior. O que significa que a sua posição nada tem de defesa dos interesses do povo porto-riquenho, expressando antes o propósito de continuar a defender para Porto Rico um estatuto colonial.

Os principais partidos democráticos porto-riquenhos, por sua vez, receberam com grande interesse e com aplausos a decisão do Comitê de Descolonização da ONU.

O ex-governador Rafael Hernandez Colón afirmou que a resolução consagra a vontade e as aspirações da maioria dos porto-riquenhos em favor de um governo próprio. Um dirigente do Partido Popular Democrático assinalou que a votação é "uma derrota moral" para aqueles que pretendem transformar Porto Rico num novo Estado norte-americano.



Uruguai

rádio escutas

O governo uruguaio está a examinar o problema da penetração da televisão e da rádio brasileiras no território uruguaio. Segundo as notícias divulgadas no Brasil, o governo de Montevideu estaria muito preocupado com a questão e tê-la-ia colocado em termos de "defesa da soberania, do idioma e do estilo de vida dos uruguaiois".

Uma comissão especial foi, entretanto, criada e tem um prazo de noventa dias para se pronunciar sobre a extensão da penetração tele-radiofónica brasileira e das medidas necessárias para a bloquear.

O problema não é novo e tradicionalmente tem funcionado em mais de um sentido. Na cidade uru-

guaia de Colónia opera uma estação de rádio de propriedade e direcção de argentinos. A maior parte dos seus programas são ocupados por temas argentinos e por diversas vezes tem sido porta-voz de grupos opositores do outro lado do rio del Plata, sobretudo quando em Buenos Aires governava o peronismo, dado que a emissora — Rádio Colónia — sempre se caracterizou pelo seu reaccionarismo.

No outro extremo do país toda a região fronteiriça escuta e vê as emissoras brasileiras, do mesmo modo que na fronteira com a Argentina predomina a audiência das estações argentinas.

Aparicio Méndez e os

Segundo um porta-voz do Partido Socialista Porto-riquenho, principal baluarte da luta independentista, a resolução é "uma vitória clara contra o colonialismo e a anexação".

Refira-se ainda outro aspecto importante: o facto da resolução ter sido apresentada por Cuba e pelo Iraque vem provocar que a causa de Porto Rico concita apoio muito para além da América Latina, entre os povos progressistas do Terceiro Mundo.

seus antecessores no governo uruguaio nunca se haviam preocupado com este problema e fazem-no agora, não por razões patrióticas, mas por razões ideológicas. Apesar de serem ainda evidentes todas as limitações ainda existentes na rádio e na televisão do Brasil, é inegável que as suas emissoras já têm muito menos censura nos seus noticiários que os seus congéneres uruguaiois, onde a repressão é total.

O governo uruguaio queixa-se agora que se está a ouvir muito mais as transmissões brasileiras que as nacionais, e não deixa de ser verdade, mas houve tempos em que se dava um fenómeno inverso. Antes da ditadura uruguaia as rádios orientais eram muito mais livres que as brasileiras onde até há poucos me-

ses atrás a censura era muito rigorosa. Nesse período os radio-ouvintes do Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, escutavam muito mais as rádios de Montevideo que as do seu próprio país.

Esse é o problema que o governo de Aparício Méndez finge não entender. •

Palestina

Força Aérea

Nos princípios do passado mês de Julho, o presidente da Organização para a Libertação da Palestina, Yasser Arafat, asseverou que a OLP estava a organizar a sua própria Força Aérea. Agora há mais notícias a esse respeito.

O diário *Al Ahali* do Cairo informou que estaria iminente a aparição pública da aviação de combate dos palestinianos. Segundo o mesmo jornal egípcio, trinta e dois pilotos e sessenta mecânicos, para além de outros especialistas palestinianos, haviam terminado o seu treino na União Soviética, Alemanha Democrática e Checoslováquia. Outras fontes informaram que o governo da Líbia entregou aos palestinianos modernos aviões de combate que integrarão a sua nova força aérea.

Estas notícias circulam no momento em que a OLP está a negociar com outros sectores palestinianos a unificação de todos os seus grupos armados num só exército nacional.

A possibilidade dos pa-

lestinianos contarem com uma força aérea é um elemento importante na relação de forças no Médio Oriente, dado que é nesse campo onde é mais notória a superioridade militar israelita. •



Afeganistão

contra golpe abortado

O governo do Afeganistão liquidou uma conspiração contra-revolucionária que se vinha a gestar há já algumas semanas em certos meios conservadores políticos e militares.

Entre os detidos figuram o ministro da Defesa Abdul Kadir • o Chefe do Estado Maior general A. Ceshpur, dois militares que tiveram um papel destacado na rebelião contra o anterior governo.

O terceiro chefe da conspiração, igualmente preso, foi o doutor Ali Akbar, director de um hospital, insa-

tifeito com as medidas do governo revolucionário que tirou á classe médica muitos privilégios que haviam conquistado no velho regime feudal.

O Primeiro-Ministro e chefe da Revolução afegã, Nur Mohamed Taraki assumiu o ministério da Defesa e em nome do Partido Democrático Popular no governo advertiu as forças armadas que devem eefender os interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução de Abril, na qual participaram activamente. •



México

político brasileiro morre no exílio

Foram realmente comovedoras as manifestações de solidariedade e de simpatia do povo das cidades de Villa Hermosa e Cárdenas, do Estado de Tabasco, no México, prestadas ao cidadão brasileiro Carlos Taylor, recentemente fale-

cido na primeira destas cidades e sepultado na segunda. Autoridades, professores, estudantes, trabalhadores e gente do povo desfilaram incessantemente frente ao seu corpo e transformaram o seu enterro numa manifestação de simpatia

para com o povo brasileiro em luta pela reconquista da democracia.

Taylor foi um homem realmente admirável. No Brasil, durante muitos anos, foi o presidente da União Nacional de Funcionários Públicos, que congregava, antes do actual regime, milhares de funcionários do Estado em todo o Brasil. Discreto e modesto, exercia, no entanto, uma grande influência entre os sindicalizados da sua classe.

PANORAMA TRICONTINENTAL

Era também da mesma índole a sua militância no Partido Comunista, que ele sabia exercer não só com a sua reconhecida eficácia, mas também com uma política que o projectava muito para lá das fileiras partidárias.

Exilado desde 1964, tal como milhares de brasileiros, sem haver cometido nenhum crime a não ser lutar pelo progresso social do seu povo, Carlos Taylor acolheu-se ao generoso asilo mexicano. Em Tabasco, onde vivia para reduzir os efeitos da altitude da Cidade do México sobre a sua saúde, exerceu a sua profissão de agrónomo, como professor da filial de Cárdenas da Escola de Agronomia de Chapingo.

A morte de Carlos Taylor está envolvida por um facto revelador do grau de intolerância e de autoritarismo do actual regime brasileiro. Nos seus momentos finais Taylor necessitava de um tratamento altamente especializado, que poderia receber na Cidade do México, em Houston, em Havana, em Paris ou em Moscovo. No entanto os médicos desaconselharam a sua transferência para a capital mexicana, devido à altitude. E recomendaram que ele fosse imediatamente transferido para uma clínica de outro país. Porém, Taylor não tinha passaporte, pois o governo brasileiro sempre o havia recusa-

do. Como residia no interior e por mais rápida que fosse a emissão do documento por parte do governo mexicano — O México tem aliás nesse campo bem como nos demais relacionados com o direito de asilo uma posição de exemplar correcção — não havia tempo para obter a documentação e concretizar a sua transferência.

Carlos Taylor, esse desta-

cado lutador brasileiro, desapareceu com o amargo sentimento de não poder voltar à sua pátria, nem sequer para morrer. Como revolucionário consciente, ele levou consigo no entanto a convicção de que os dias da ditadura brasileira, como os de tantas outras ditaduras no mundo, estão contados. A História joga contra eles.

Rodésia a fera ferida anda feroz

O barco de Ian Smith mete água por todos os lados. A guerrilha já opera nas cidades, incluindo em Salisbúria, onde quartéis foram bombardeados, e foi destruída a sede do partido de Sithole, um dos fantoches que participa do "acordo interno". Em meados de Setembro, Smith teve que visitar a cidade de Umtali, perto da fronteira leste, para tentar acalmar os colonos brancos ali residentes. Alguns dias antes tinham caído na cidade trinta granadas de morteiro que causaram grandes estragos, sem vítimas.

Também o ar já não é seguro. O avião da Air Rhodesia abatido no início de Setembro mostra que as forças da Frente Patriótica

já dispõem de armas anti-aéreas de longo alcance, o que torna muito grave a situação dos transportes no país. Há muito que o deslocamento por terra é arriscado. A trinta quilómetros de Salisbúria o trânsito pelas estradas já tem de ser feito com protecção militar, reconheceu o jornal francês "Le Monde". A maior parte das escolas rurais do país fecharam as suas portas.

Enquanto isso é reconhecido oficialmente pelo governo britânico que as companhias petrolíferas "Shell", "British Petroleum" e "Total" transgrediram as sanções decididas pelas Nações Unidas. O escândalo que já vinha sendo denunciado há muito, agravou as relações do governo

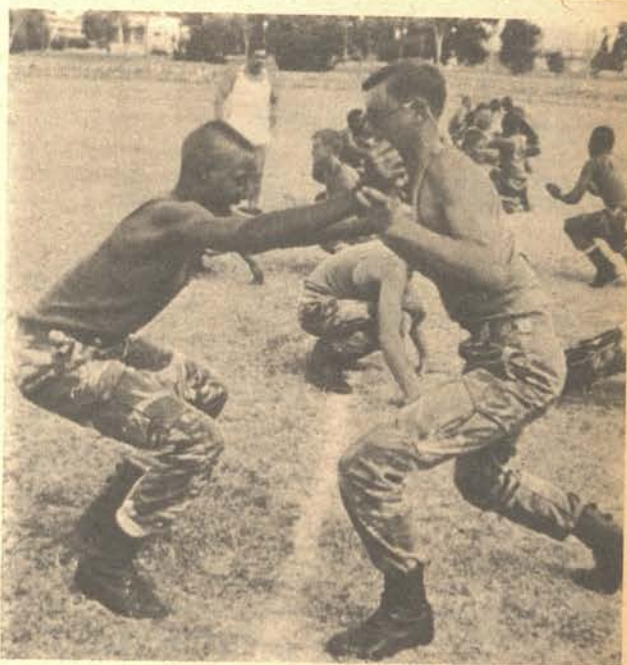


britânico com a Zâmbia, principalmente porque ficou provado que há pelo menos dez anos as autoridades britânicas tinham conhecimento dessas violações ao embargo pelas companhias inglesas e porque a Zâmbia, cumprindo o estabelecido pela ONU, sofreu graves consequências econômicas ao ter de baixar as suas exportações de cobre. Para salvar as relações, o primeiro-ministro James Callaghan apressou-se a encontrar-se com Kaunda na cidade nigeriana de Kano. Reduz-se assim a autoridade que a Grã-Bretanha poderia ter para impor a sua desejada solução negociada.

Com a insegurança e a proximidade do colapso do regime, cada vez mais colonos brancos abandonam o país. Mensalmente mais de mil colonos emigram para outros continentes.

Este ano, até Julho, o número desses emigrantes atingia quase oito mil. Com o esboroar do "acordo interno" entre Smith e os fantoches Sithole, Muzorewa e Chirau, a tendência é para o aumento dessas saídas.

Ferido de morte, o regime de Ian Smith reage brutalmente. Enquanto a lei marcial é imposta pelo comandante militar Peter Wals, os ramos internos dos movimentos ZANU e ZAPU foram declarados fora da lei e diversos militares



foram presos. Mais trezentos mercenários dos Estados Unidos, comandados por Giles Pace, um veterano da guerra do Vietnam, foram contratados e chegaram à Rodésia. E mais uma sangrenta invasão a Moçambique marca a reacção desesperada do regime rodésiano. Desta vez a invasão, com tanques, aviões e armas pesadas, durou quatro dias e, segundo os comunicados racistas, atacaram "25 bases guerrilheiras"; fontes não oficiais confessam que a força invasora enfrentou sérias dificuldades e que alguns dos seus aviões foram abatidos. Como das outras vezes, ve-

rificou-se o massacre de populações moçambicanas e de refugiados zimbabwuanos.

As forças da Frente Patriótica, operando em todo o país, mantêm em xeque o regime racista. Os comentaristas concordam em que se aproxima o colapso do "acordo interno". Em recentes declarações à BBC de Londres, Joshua Nkomo afirmou: "A guerra continuará até o regime de Smith ser derrubado. Só lhe daremos tempo para se render e mais nada. Acabou-se a fórmula de uma conferência entre todas as partes".

Estados Unidos

toxicómanos fardados

Segundo relatou recentemente a imprensa dos Estados Unidos, numa base de DCA daquele país, um operador viu, no écran do radar, foguetões que se aproximavam do litoral americano. Foi dado o alerta e iniciaram-se os processos de confirmação da informação. Verificou-se que se tratava de um bando de gansos.

Aberto o inquérito sobre este incidente que tão graves consequências poderia ter tido, concluiu-se que o oficial de serviço que dera pela primeira vez o alarme se encontrava sob o efeito de estupefacientes.

Este episódio vem confirmar os rumores que há muito circulavam sobre o facto de a toxicomania atingir cada vez mais amplitude as Forças Armadas dos Estados Unidos.

De acordo com a investigação especial organizada nas unidades americanas, 210 mil militares drogaram-se regularmente com "marijuana" e outros 49 mil com drogas ainda mais fortes.

O facto de a toxicomania proliferar nas unidades de foguetões nucleares causa

particular inquietação na opinião pública norte-americana. "Brincamos com o fogo, ao permitirmos o acesso a armas nucleares de indivíduos moral e fisicamente instáveis", declarou L. Espin, membro da Câmara dos Representantes.

Além de tudo isto, os militares americanos sob o efeito de drogas e do álcool (segundo a imprensa, um

prisão no paquistão

Três jornalistas e trabalhadores da Imprensa paquistaneses foram condenados a penas de entre seis meses a um ano de prisão por terem participado na greve da fome em protesto pelo fechamento do jornal *Musawat*, que era publicado diariamente em língua urdu.

Pelo menos cinquenta pessoas foram presas depois desse facto.

Entre os condenados figura Nizar Osmani, secretário geral da Federação de Jornalistas do Paquistão, que foi sentenciado a um ano de cárcere e a mil dólares de multa.

soldado em cada três e um oficial em cada cinco são alcoólicos) aterrorizam as pessoas que vivem nas proximidades das unidades militares. O *Blade Tribune* escrevia que, no litoral do Pacífico, os dias em que os fuzileiros recebem o soldo são de "verdadeiro pesadelo".

Na sua luta contra a droga e o álcool, o Pentágono expulsou, só em 1976, das unidades de foguetões nucleares, 1500 indivíduos. Mas essa medida não resolve a questão, pois os novos recrutas trazem os mesmos vícios.

quem distingue um negro do outro?

Robin Moore, cidadão norte-americano que durante muito tempo dedicou-se a contratar compatriotas para servirem como mercenários na Rodésia, converteu-se agora num dos principais propagandistas do "acordo interno" que procura mudar a "fachada" do regime de Salisbúria.

A ofensiva propagandista de Moore começou com um anúncio de uma página no *New York Times* (valor: quinze mil dólares) onde é perguntado: "Por que (...) Andrew Young insiste que este terrorista seja presi-

cadernos do terceiro mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



dente?" O anúncio apresenta Joshua Nkomo como líder da Frente Patriótica, de uniforme, e compara-o a Idi Amin.

Moore comentou a um repórter: "Os leitores vão pensar que o nosso embaixador na ONU está a apoiar Idi Amin. Será que alguém consegue distinguir um negro de outro neste país?"

descolonizar a informação

Representantes de vinte e três países não alinhados resolveram em Havana incrementar o intercâmbio entre as suas redes de rádio e televisão, estabelecer cursos especiais para jornalistas, e apoiar a criação de mais agências de notícias nacionais.

A reunião do Conselho Inter-Governamental de Informação dos Países Não Alinhados aprovou, além disso, medidas tendentes a baixarem as tarifas de comunicação entre os países membros, e prosseguir nos seus esforços para implementar a recomendação dos chefes de Estado do movimento reunidos em Sri Lanka em 1976, de "descolonizar as notícias" sobre os países do Terceiro Mundo.



CHE herói do terceiro mundo

Oito de Outubro é a data da queda de Ché Guevara nas mãos dos generais reaccionários bolivianos assessorados por oficiais norte-americanos especializados na luta anti-guerrilha. Faz onze anos CHE era assassinado friamente após ter sido preso ferido durante um combate entre a guerrilha que comandava e as tropas do regime de René Barrientos.

Ernesto Ché Guevara não foi apenas o combatente internacionalista que se tornou o comandante guerrilheiro e um dos dirigentes máximos da Revolução Cubana. Foi também um exemplo do homem novo e um ideólogo que marcou profundamente a Cuba socialista e toda uma geração de revolucionários latino-americanos. As suas ideias e o seu exemplo de revolucionário atingiram outros continentes, e estão na raiz do fervor revolucionário e internacionalista com que milhares de cubanos ajudam hoje a luta dos outros povos pela libertação e pelo progresso social. Fervor que leva a que milhões de cubanos estejam dispostos a cumprir essa missão de solidariedade internacionalista.

Sensível ao problema dos povos explorados e oprimidos, criativo, Ché foi realmente um intelectual revolucionário, preocupado com os aspectos éticos da Revolução, com a formação do homem novo. Travou importantes polémicas sobre aspectos da construção do socialismo, na defesa do estímulo moral, e da transformação simultânea da economia e do homem, através de novas relações sociais tanto na produção como nos outros sectores da vida: no ensino, na família, no trabalho, na distribuição dos bens essenciais, etc.

Por suas ideias e pela atitude consequente, que o levou a uma breve passagem pela África Central e à morte nas matas da Bolívia, pela sua vida dedicada aos povos explorados pelo imperialismo, Ernesto Ché Guevara, o "Guerrilheiro Heróico" é um dos mais destacados heróis do Terceiro Mundo.

25
de
Setembro

MOÇAMBIQUE

um exército povo

A 25 de Setembro de 1964, Dia da Revolução Moçambicana, foram lançadas as sementes da luta de libertação nacional, com quatro acções de guerrilha; delas nasceram as Forças Populares de Libertação de Moçambique, braço armado do povo.



O I Congresso da FRELIMO surge, ao nível das suas decisões, como resultante do debate ideológico entre diferentes posições de classe.

Recusando tanto o capitalismo direitista como o aventureirismo esquerdista, institui como tarefa principal a preparação para o desencadeamento da luta armada de Libertação. Isto numa linha de pensamento que, embora ainda empírica devido à falta do termómetro da prática, é já claramente anticapitalista.

As forças de combate cuja constituição é recomendada destinam-se não somente a alcançar a vitória militar. Fundamentalmente deverão desenvolver-se enquanto meio através do qual se irá conquistar o poder político para o colocar ao serviço das massas.

Por seu turno, o exército de ocupação é referido enquanto instrumento de repressão ao serviço de uma classe (a burguesia colonial), e destinado a garantir a permanência de uma ordem económica e social baseada na exploração do homem pelo homem.

As armas da luta de libertação para exercerem uma acção eficaz deverão tornar-se no prolongamento material dos que mais sentem na carne a aplicação da política colonial-capitalista, as classes trabalhadoras.

Com o decorrer da luta, o papel eminentemente político dos combatentes vai-se clarificando. Vai adquirir consistência na prática das batalhas de classe. Na prática da resolução de questões levantadas pelos avanços e recuos da guerra.

Oriundos de diferentes camadas sociais que a Fren-



Do início da luta de libertação até hoje, um longo e difícil caminho percorrido

te englobava, de diferentes grupos étnicos, do campo e da cidade, com diferentes graus de instrução, os combatentes encontraram na guerrilha a forja de um pensamento revolucionário comum.

As operações militares, as pequenas grandes vitórias nas diversas acções dependeriam sempre em primeiro lugar da solidez da unidade e disciplina entre os seus executantes directos. Nas emboscadas, nos golpes de mão, nas marchas, nas privações o erro, o cansaço, o desânimo de um significariam a derrota dos restantes. E esta certeza, confirmada pelo dia-a-dia da guerrilha quebrava e fazia ultrapassar os vestígios individualistas, racistas ou tribalistas. Aquecia a determinação comum de lutar sempre pelo Povo e em Função do Povo, se necessário com o sacrifício da própria vida.

Na prática o guerrilheiro vai verificando que o avanço militar depende sempre do avanço político. Que não pode haver avanço mi-

litar se não houver avanço político. A disciplina de combate é antes de tudo uma disciplina de classe, porque a definição do inimigo é feita também em termos de classe. Os combatentes adquirem características semelhantes às que fazem do proletariado uma classe revolucionária — colectivismo, disciplina e espírito de entreaajuda — ou passam-se inevitavelmente para o campo do inimigo, sendo rejeitados pela Revolução.

Para se instituir como braço armado da política de libertação o exército revolucionário tinha que seguir a via que fizesse dele, não um corpo específico e separado das massas de onde era oriundo, mas do Povo em prol do qual se realizava a guerra.

Restringido ao aspecto puramente técnico-militar, o punhado de guerrilheiros que iniciou a luta, ou mesmo os efectivos do exército popular durante todas as fases da luta, seriam facilmente derrotados por um inimigo incomparavelmen-

te melhor apetrechados. Só fazendo da guerra uma tarefa de todo o Povo, só com a muralha imensa do querer e da determinação popular é que foi possível a vitória. Porque aí eram os efectivos moçambicanos incomparavelmente superiores aos do inimigo.

E foi esse Povo que derrotou um exército e a burguesia colonial, semeando ainda pelo seu exemplo algumas das sementes que desabrocharam no golpe militar que derrubaria o fascismo em Portugal.

O primeiro programa da FRELIMO aponta desde logo a necessidade de criar forças de defesa nacional intimamente ligadas ao Povo.

Durante a luta, todas as aberturas de novas frentes nas diferentes Províncias, ou a realização de operações de envergadura num determinado local, eram sempre antecipados de intenso trabalho político entre as massas. O exército da Revolução tinha que demarcar-se muito claramen-

te do exército inimigo aos olhos das massas.

O exército teria de se transformar no verdadeiro braço armado do Povo e as suas relações mútuas teriam de ser as mesmas que existem entre a mão e o cérebro do Homem: a mão provoca transformações no cérebro, mas é este último quem comanda a mão.

Assim as FPLM se vão transformando progressivamente na vanguarda política da Luta. Assim todas as actividades, todas as tarefas se vão realizando em função do avanço da luta armada: porque esta determinaria a conquista do poder pelo Povo.

Progressivamente a distinção entre guerrilheiros e massas se torna mais difícil de fazer. Tirando a farda ou a arma de fogo, os desejos e aspirações vão-se tornando comuns. O tiro do guerrilheiro aniquila o administrador ou o soldado que oprime. O Povo por seu turno, carrega as munições que tornam possíveis os combates em regiões

longínquas, cultiva o alimento necessário à operação, dá a informação preciosa sobre movimentações do inimigo, fornece abrigo ao combatente em região inóspita.

Com o aparecimento e consolidação das zonas libertadas aprofunda-se e amplia-se este movimento incessante de cooperação e integração entre as massas e os combatentes. É nessas zonas que se vai poder pôr em prática o embrião da nova sociedade em função da qual a luta se faz.

A prática concreta do Poder Popular, a democracia e colectivismo que envolve a vida económica, a presença inequívoca da defesa dos interesses dos explorados em qualquer processo de tomada de decisões começa a florescer. Aí se instituem as primeiras milícias populares, ao mesmo tempo que os combatentes participam activamente na produção ao lado dos camponeses.

Varrido o inimigo directo dessas regiões a troca de experiências, a consolidação de uma cultura verdadeiramente popular, o crescimento da consciência de classe vai-se acelerar e dinamizar.

As contradições atingem um outro nível qualitativo também. A ausência do colonialista faz brotar desejos de ambição recalcados em alguns. O espírito de substituição ganha alguns aspirantes a novos exploradores que tentam desviar para seu benefício pessoal as conquistas populares.

Onde surgem esses novos exploradores? Precisamente entre indivíduos que, pela natureza mais burocrática das suas funções ou por

FPLM participam directamente na construção do país novo





uma origem de classe não superada por uma prática política e um combate interno correcto se encontram mais afastados física, política e ideologicamente da luta armada e da sua natureza revolucionária e popular. Significamente são as FPLM quem primeiro detectam as manobras contra-revolucionárias, sendo ainda sobre questões relativas ao exército que os reacţionários vão concentrar grande parte do fogo dos seus canhões.

Os partidários de Kavadame defendem a tese de que o exército se deve remeter a tarefas puramente militares, sem intromissão em qualquer actividade política. Defendem a reimposição da distinção entre militantes civis e militares. Propagavam a necessidade da rapidez da vitória militar, através do abandono da táctica da guerra de guerrilha utilizada pelas FPLM. Opõem-se veementemente à integração da mulher nas forças comba-

tentes.

O cunho de classe destas reivindicações prenuncia o embrião de uma burguesia interna em cuja ideologia se concentram elementos capitalistas sustentados e misturados por e com reminiscências tradicional-feudais.

A concepção do papel do exército é uma cópia da do inimigo directo. Uma máquina de matar posta em movimento por uma elite (os dirigentes) através do aparelho administrativo co-

locado ao seu serviço. Retirar do posto de comando a política do Povo pelo Povo, para a substituir pela política dos exploradores nacionais executada por um grupo de "especialistas" ao serviço daqueles. A concepção de guerra é a da rapina e do saque. Concentrar as forças do exército em ataques suicidas a grandes centros urbanos.

O afã de se substituírem ao explorador estrangeiro, antes que as massas desenvolvessem consciência plena de que não é necessário ser-se estrangeiro para se ser explorador, leva os reaccionários a contrariar uma estratégia que a prática fizera já interiorizar pelos combatentes e populações com que estes contactavam. Que não era uma quimera aventureira mas uma realidade ggritada em

cada palmo das zonas libertadas.

A intenção era separar "o peixe da água". Separar o combatente das massas. Impedi-lo de continuar a agir como agente catalisador da luta de classes. Impedi-lo de despertar e aprender o e do instinto revolucionário das classes trabalhadoras.

Mas era tarde, porque o "braço" já estava bem consolidado no "tronco" do Povo. A linha reaccionária foi novamente derrotada nesta fase mais intensa de luta de classes no seio da Frente de Libertação de Moçambique.

Depois do II Congresso, em que são amplamente derrotados e desmascarados pela unidade e firmeza ideológicas entre a vanguarda política da Organização os militantes e quadros

progressistas e as massas, os reaccionários tentam o derradeiro golpe: a criação e utilização de um exército moldado nas suas concepções: a "Frelimo Youth League". Bando de marginais de carácter mercenário este que inicia diversas manobras de provocação, assassinato e massacre das populações, numa tentativa de as intimidar e de liquidar o exército popular. Coligados com os colonialistas em troca de promessas secessionistas fomentam a subversão no seio da FRELIMO, tentando desacreditar os seus dirigentes.

Com o assassinato do Presidente Eduardo Mondlane, após uma série de derrotas sucessivas, tentam aniquilar a linha que aquele sempre encabeçara. Os seus planos falharam porque a consciência política já não

A política comanda a acção



era nessa altura exclusiva dos dirigentes da Organização. Ela desenvolvera-se fortemente entre as massas na convivência diária e na interpenetração de tarefas que faziam de cada trabalhador, de cada militante fardado ou desfardado uma célula consciente do corpo da Revolução.

De novo as massas "transformaram a sua dor em nova força". No confronto com os reaccionários cimentam a determinação e a unidade. Determinação de prosseguir a via da guerra prolongada, a estratégia de ganhar as pequenas bases para isolar as maiores. De estrangular as cidades, mercê do controlo do campo que as aprisionava e sustentava. De alargar primeiro a zona da politização e mobilização e depois a da guerra. De ganhar o Povo para isolar cada vez mais os exploradores. De definir em cada momento

com correcção o inimigo. De produzir para libertar. De fazer da causa da emancipação da mulher uma condição de triunfo da Revolução.

Em 1969 e depois de ultrapassada esta fase em favor das forças do progresso, um terço do País está já em luta, com o fogo das armas dirigido para os verdadeiros alvos.

Em 22 de Maio de 1970, um militante de vanguarda anteriormente responsável pelo Departamento de Defesa, é eleito dirigente máximo da FRELIMO. A escolha unânime do Presidente Samora Machel vem consolidar decisivamente a estratégia revolucionária na FRELIMO. Ela simboliza a fusão do político com o militar em que assentaram as vitórias e avanços até então conseguidos pela Revolução, verdadeiro antídoto do veneno que os reaccionários pretendiam introdu-

zir nas veias do movimento revolucionário.

A intensificação da luta ideológica e política, paralelamente à luta militar, é desde então uma constante nas fileiras da FRELIMO. Combate-se o inimigo secundário encapotado por uma fraseologia nacionalista, no decurso e em simultâneo com o combate ao inimigo directo. E ambos se combatem em virtude da sua natureza de exploradores. Os interesses das massas exploradas são decisivamente colocados como motor da Revolução e da Luta.

O teste revelador da justiça das concepções revolucionárias de guerra defendidas pela vanguarda do Povo moçambicano, viria a ser a operação "Nó Górdio".

Na sua impotência de deter o avanço da luta, frustradas as suas alianças com os seus agentes infiltradas na FRELIMO, os colonia-

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



listas reúnem mais de 18 000 soldados, 63 500 toneladas de material de guerra e munições e de todo o apoio aéreo de que dispõem. Tratava-se de emprender uma guerra de reconquista das zonas libertadas para impedir o alastramento da guerra. Aplicar um golpe mortal na FRELIMO, como abertamente o dizia Kaúlza de Arriaga, com a insolência própria dos generais burgueses de academia.

O erro de Kaúlza foi idêntico ao dos especialistas do Pentágono relativamente ao Vietname, ao Laos ou ao Camboja. Os planos, as previsões, a matemática, os computadores dos estrategas burgueses e capitalistas, não entram em linha de conta com a arma principal do seu inimigo: as massas organizadas, mobilizadas em função dos seus interesses concretos. Com a criatividade popular e sua imensa capacidade de transformação e adaptação a cada circunstância da luta. O Povo cortou de um só golpe esse "Nó", utilizando para isso o seu braço armado: as FPLM.

Foi o princípio da agonia para o governo colonial. O moral entre os soldados portugueses é o mais baixo de sempre. Humilhado na sua derrota perante o Povo, perante os "terroristas", cobertos de ridículo face ao desmascarar das suas basófilas, os comandos militares portugueses recorrem às "tropas especiais".

As unidades mais desumanizadas pela lavagem ao cérebro, pelo ódio irracional quotidianamente instalado, foram instruídas no sentido de iniciarem um surto de massacres e barba-

ridades de toda a ordem contra as populações indefesas.

Em 1971 a guerrilha atravessa o rio considerado intransponível, o Zambeze, e alarga a luta armada a toda a Província de Tete. A 25 de Julho de 1972, é aberta a frente de Manica e Sofala.

O desenvolvimento impetuoso da luta armada provoca novas transformações qualitativas a nível político. Um número cada vez maior de moçambicanos incorpora-se no processo de reconstrução nacional, in-

tegrado em formas democráticas e populares de gestão da economia e da sociedade.

Uma autêntica revolução cultural está em curso, com as FPLM a servirem de agente catalisador também neste aspecto.

Camponeses outrora isolados e de horizontes limitados pela exploração e subjugação colonialista; operários e trabalhadores de plantações, moçambicanos de distintos pontos do País encontram nas FPLM o elo unificador, a peneira de todas as experiências ao

A libertação foi conseguida à custa de muito sacrifício anónimo





As FPLM participam na alfabetização

serviço de uma entidade que consolida uma personalidade própria e dinâmica: o Povo moçambicano.

Nas FPLM essa entidade é dinamizada porque precisamente nela se conjugam mais estreitamente as contribuições e manifestações de Ajaus e Macuas, de Changanas e Chopos. As manifestações e tradições culturais de diversas raças, de todos os que possuem com um traço de união com as aspirações dos explorados.

Assim, não surpreende que seja precisamente entre as fileiras das FPLM que se tenha verificado em 1973 a implantação das primeiras células e comités do Partido que hoje se estrutura em Moçambique. Partido cuja necessidade era sentida desde há muito, mas cuja formação tivera de ser impulsionada pela prática

de uma guerra prolongada nas condições específicas de Moçambique. O embrião desse Partido da aliança operário-camponesa surge pois, entre os militantes mais empenhados na luta de classes, na sua expressão de luta militar comandada pela política.

É com estes antecedentes, que conhecem vertiginoso desenvolvimento nos derradeiros anos da luta pela luta da Independência, que em Junho de 1975 as FPLM iniciam uma nova fase.

A Independência alargava para novas dimensões a função do exército, que deveria a partir de então, iniciar a sua transição para um exército regular, habilitado a defender a soberania nacional dos ataques imperialistas, e simultaneamente, a defender e preservar e

desenvolver as conquistas da Revolução.

A conquista da Independência implica a necessidade de modernizar as forças armadas da Revolução, de as colocar em condições de responder com eficácia às surtidas inimigas.

Por outro lado é mais do que nunca reafirmada a necessidade de se politizar constantemente os avanços no campo militar, tanto mais que as FPLM são desde o Governo de Transição alvo encamiçado do Imperialismo e seus agentes internos. Sobre os FPLM continuar a ser concentradas as manobras do inimigo, que tenta a todo o custo infiltrá-las de agentes seus e destruir a sua unidade ideológica.

O 17 de Dezembro de 1975, a rebelião e reivindicações de carácter burguês, de um punhado de infiltra-



«Viva as FPLM! Viva a FRELIMO!»

dos nas FPLM, reproduzem a explosão de velhas contradições com novo conteúdo e em condições específicas.

A elevação do nível político dos combatentes era princípio da FRELIMO, desde as explosões mais evidentes de contradições no seio da Organização. Contradições que, correctamente resolvidas a favor das forças revolucionárias, permitiram chegar com êxito à fase da Independência.

Logo após o 25 de Junho, manter as FPLM como força político-militar, vanguarda da revolução, e impedir que na sua transição para exército regular o exército popular se transforma num exército de caserna de tipo burguês, foi portanto a questão fundamental na organização global da nova sociedade moçambicana, sob a direcção da FRELIMO.

Tratava-se de impedir o tecnocratismo que poderia surgir em paralelo à modernização dos meios de guer-

ra do exército. Impedir também que os combatentes adquirissem vícios de elitismo ou parasitismo. Assim, incrementou-se o trabalho político no seio das FPLM, incluindo a produção colectiva, no sentir de estes continuarem a assumir a consciência de classe revolucionária, a consciência de filhos do Povo fardados. Trabalho político que se tornava mais necessário quanto após a Independência se havia registado o alistamento de novos recrutas ainda desprovidos da necessária ténpera política.

Por outro lado, havia a recente inserção das FPLM nas cidades, os "atractivos" das antigas fortalezas coloniais da exploração e que favoreciam a corrupção de combatentes e quadros.

Repelida a rebelião, e concretizada a linha a seguir nas relações do exército com o Povo numa importante reunião do Departamento de Defesa realizada entre 10 a 13 de Dezem-

bro de 1975, as FPLM têm-se mantido firmemente ao lado do Povo. Nas fronteiras, cumprindo o seu dever internacionalista, garantindo uma retaguarda segura à luta do Povo do Zimbabwe, ou nas diferentes frentes da reconstrução nacional.

Após o III Congresso, colocados sob o comando do Partido marxista-leninista que este vai instituir, as FPLM continuam a ser um Reservatório de militantes de vanguarda da revolução, contribuindo para a consolidação da aliança operária-camponesa, rumo ao socialismo.

Como deputados das Assembleias eleitas pelo Povo, participando nas novas estruturas populares que o processo vai produzindo, o Exército Popular contribui de forma decisiva para a estruturação do Partido assente numa base de classe sólida, em que os interesses dos explorados são uma vez mais preservados.

Numa altura em que, terminada a primeira fase de Estruturação do Partido, reafirmado o engajamento numa via de desenvolvimento anticapitalista e independente de submissões a modelos pré-estabelecidos, a Revolução moçambicana se prepara para uma intensificação da luta de

classes face ao ódio implacável do inimigo que cresce em relação directa à resolução das dificuldades do Povo, ao exercício colectivo do poder pelas massas.

A tradição revolucionária das FPLM, o seu conteúdo de classe, a sua dedicação às causas que o Povo livremente escolheu — o socia-

lismo — são de molde a garantir que de novo, o inimigo não passará.

Miguéis Lopes Júnior

FRELIMO

a estruturação de um Partido

Iniciada a 3 de Fevereiro deste ano, a Campanha Nacional de estruturação do Partido teve seu encerramento no passado dia 25 de Setembro, Dia da Revolução. Foi um processo com larga participação popular, onde ficou bem caracterizada a nova fase da ofensiva política da FRELIMO e das classes trabalhadoras.





Determinação na construção de um partido representativo das classes trabalhadoras

8

Nos últimos doze meses dois processos fizeram rejuvenescer a vida política nacional: as eleições para as Assembleias do Povo e a estruturação do Partido. Dizemos "rejuvenescer" e a esse termo atribuímos um conteúdo de classe bem definido. Vejamos porquê.

Voltemos atrás no calendário da nossa História.

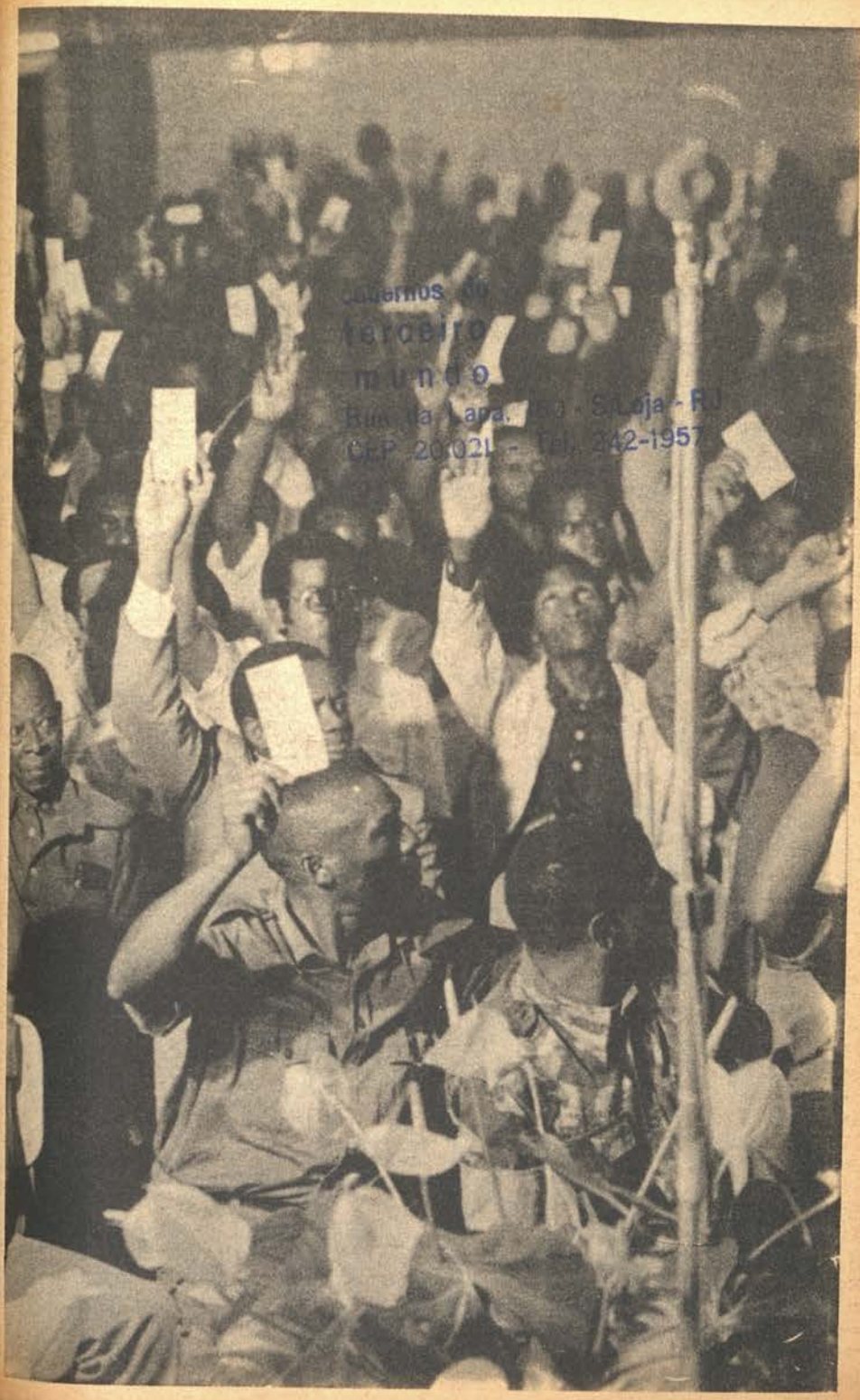
Os Grupos Dinamizadores, tomados globalmente, cumpriam as tarefas características da fase frentista do processo revolucionário: a) a mobilização e organização do povo para o confronto directo com o colonialismo na derradeira etapa do seu desmoronamento físico (governo de transi-

ção); b) a mobilização e organização dos trabalhadores para travar o colapso económico provocado pela fuga repentina dos milhares e milhares de gestores do colonial/capitalismo, os colonos; c) a mobilização e organização das massas para o lançamento de novas formas de vida, quer na cidade quer no campo, isto é, para a utilização directa e subsequente defesa das conquistas revolucionárias, entre as quais, as nacionalizações.

Foi uma fase extremamente rica em termos de participação das massas. Elas estavam em todo o lado, nos comícios e reuniões, tomando as cidades,

discutindo, aprendendo, defendendo as suas vitórias. A dinâmica da fusão FRELIMO-Povo atingida nas zonas libertadas era estendida a todo o país. Os "ventos da História" tomavam a forma de povo consciente e em movimento. Nos Grupos Dinamizadores revelam-se militantes consequentes, novas forças dedicadas à Revolução, militantes esses que numa fase posterior entrariam em choque com toda uma corrente que já nessa altura mostrava algumas das suas pretensões. Mas essa era ainda o período em que se sentia a pleno pulmão que as conquistas revolucionárias beneficiavam todas as

Governos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 10 - São Lúcia - RJ
C.P. 20.021 - Tel. 242-1957



classes sociais excepto a burguesia colonial.

Pouco a pouco uma nova fase começava a desenvolver-se e nos fins de 1976 tornara-se evidente que os Grupos Dinamizadores e o pensamento político que presidira ao seu lançamento sofriam o inevitável estrangulamento às mãos dos aparelhos reaccionários, administrativos e ideológicos, herdados do colonialismo.

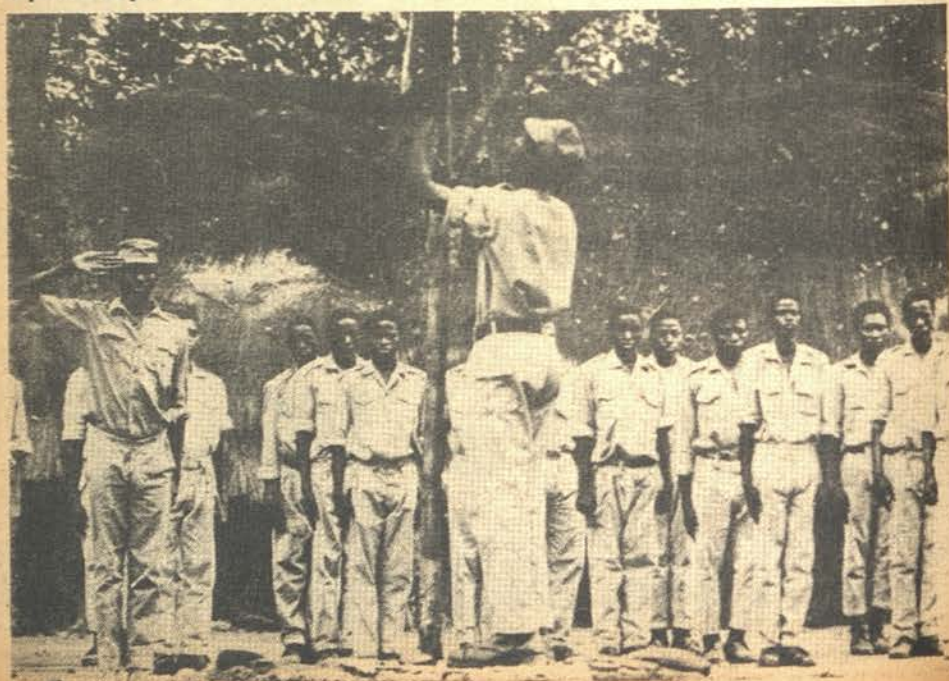
A fuga dos colonos, paralelizada pela necessidade de um mínimo de qualificações académicas para o comando das estruturas médias do aparelho governativo, provocara a ascensão da pequena-burguesia a esse aparelho. Nas suas variantes burocrática e tecnocrática, a herança administrativa colonial começava a sufocar a revolução. Onde era necessária a discussão

profunda dos problemas impunha-se o autoritarismo, desvio direitista do centralismo democrático. Onde era preciso dar linha à iniciativa popular esta era entravada pela fuga à tomada de decisões, ou seja, atiravam-se para cima das secretárias dos ministros projectos de desenvolvimento local que uma decisão local poderia pôr em andamento, era o recurso às "orientações superiores" como pretexto para não se fazer nada. A ineficiência e incapacidade política de uma pequena-burguesia de primeira geração começava a produzir e a reproduzir a estagnação, quer económica quer política. E a cobertura do autoritarismo ia-se registando em escala crescente a corrupção material, o desvio de dinheiros e bens dos trabalhadores, do

Estado e da FRELIMO. Pensando-se "instalada" no Poder uma parte considerável da pequena-burguesia, pouco a pouco, relegava o seu patriotismo para o plano das memórias e alguns dos seus sectores mais reaccionários deixavam sequer de se preocupar em esconder a sua corrupção. O seu objectivo passara a ser pura e simplesmente, o de, jogando no interior dos aparelhos do Poder, enriquecer o mais depressa possível. "Instalava-se" também o sentimento de que as massas eram uma entidade sem nome, uma figura de retórica ou o centro poético de uma "longíqua" epopeia que deu pelo nome de Luta Armada de Libertação Nacional.

Ao expormos esta perspectiva convém frisar que

A política do partido comanda as FPLM





o processo foi tudo menos linear. Em cada Grupo Dinamizador, em cada serviço de Estado, em cada escola, bairro ou Aldeia, a luta de classes manteve-se acesa e dura, cada vez mais demarcando os campos de confronto. E foi nessa luta que se distinguiram muitos patriotas revolucionários que as eleições e a estruturação do Partido conseguiram revelar através das apreciações populares, patriotas esses oriundos quer das classes trabalhadoras quer da própria pequena-burguesia. Mas o saldo importante a fazer, cremos, é registar para a teoria aquilo que a prática estava a estabelecer: liderada pelos sectores mais

reaccionários, mais irresponsáveis e ambiciosos da sua classe, a pequena-burguesia, em tanto que classe, tentava grão a grão criar duas FRELIMOS: uma FRELIMO constituída pela direcção e uma outra FRELIMO formada por "quadros" médios que bloqueariam a primeira empurrando-a "lá para cima" longe do povo. Através do seu autoritarismo, através da corrupção material, esses sectores mais reaccionários da pequena-burguesia tentavam, objectivamente, acabar por denegrir o nome da própria FRELIMO aos olhos das massas.

Era preciso um abalo e esse abalo deu-se, previa-

mente preparado, organizado, no 3.º Congresso: era anunciada a criação do Partido Marxista-Leninista e o lançamento das condições para o processo eleitoral. E, entre 3 de Fevereiro e 25 de Setembro deste ano, o processo de estruturação do Partido. Ambos os processos reeditaram a dinâmica do Poder Popular das zonas libertadas impondo os critérios de justiça social do ponto de vista das classes trabalhadoras. Enumeremos alguns desses critérios no contexto da estruturação do Partido:

a) A rejeição directa e aberta de todos os que de uma forma ou de outra ha-



viam colaborado com o colonialismo português.

b) Idêntica rejeição daqueles que nestes últimos anos têm tido um comportamento de prepotência em relação aos trabalhadores.

c) A reafirmação de valores culturais inerentes ao trabalho manual — foram inúmeros os casos em que os trabalhadores realçaram a capacidade deste ou daquele chefe em trabalhar directamente com eles nas tarefas directamente produtivas.

O processo de estruturação do Partido foi também uma oportunidade para voltar a pôr em debate popular a linha política do Partido no que respeita a questões culturais da sociedade tradicional/feudal tais como a poligamia, os casamentos prematuros, a superstição, o mesmo para a religião.

Um outro aspecto importante foi o levantamento dos problemas de trabalho — desde o funcionamento das estruturas às questões

salariais e de condições de trabalho — em cada unidade de produção onde se implantava uma célula do partido.

O processo teve um factor determinante; o factor tempo. Tanto nas empresas industriais, no campo, como no aparelho de Estado, as brigadas que chefiavam o processo levaram várias semanas até que as células fossem implantadas, e, nalguns casos como na Caju Industrial, as brigadas actuaram durante vários meses. Só assim foi possível “varrer a casa”, ou seja, lançar as bases físicas para um Partido qualitativo e quantitativamente representativo e vanguarda das classes trabalhadoras.

Discussões entre as brigadas e militantes, entre aquelas e as massas trabalhadoras, sessões de esclarecimento e, por fim, a análise colectiva dos candidatos e candidatas a membros do Partido, constituíram a estrutura do edifício que se chama debate popular; o

abalo a que nos referimos ao longo deste texto.

A história da FRELIMO é rica num ensinamento: quem toma a ofensiva toma também as rédeas da direcção do processo. A estruturação do Partido, tal como o processo eleitoral o ano passado, proporcionou aos trabalhadores e a todos os que são pela sua causa essa ofensiva. Oportunistas, ambiciosos, agentes das estruturas repressivas do colonial/fascismo, corruptos de toda a espécie foram de novo denunciados e afastados.

Cada processo revolucionário gera os seus próprios inimigos em cada fase do seu desenvolvimento.

Contra eles a estruturação do Partido lançou as fundações para uma direcção pós-Frentista Marxista-Leninista da luta de classes.

Carlos Cardoso

CULTURA

MÁRIO BENEDETTI:

a cultura uruguaia não morre

Escritor comprometido com a realidade do seu país,

Mário Benedetti fala-nos da sua evolução como escritor e como uruguaio desde que o obscurantismo desceu às ruas de Montevideu de bota cardada.

— Existe uma evidente evolução na tua obra, Mario Benedetti. Ela reflete uma evolução pessoal paralela ou trata-se de um reflexo da evolução do seu país?

— Creio que pessoalmente sempre me preocupei muito com o que se passou no meu país. E, evidentemente, isso foi-se refletindo em mim como escritor. Nos meus livros foram aparecendo não só essa evolução, mas também as minhas confusões, as minhas dúvidas, as minhas preocupações. *El país de la cola de pajá* — apesar de alguns capítulos desse livro estarem desactualizados, pois referem-se a um Uruguai que já não é o dos nossos dias — serviu-me pessoalmente para aclarar comigo mesmo um certo número de coisas. Curiosamente quando tenho problemas com uma determinada situação, com o contexto, talvez a melhor forma que encontro para chegar a uma resposta seja escrever. Não se trata de escrever como quem faz um diário íntimo. Mas escrever como quem dialoga com o leitor.

Creio, também, que as personagens tanto dos contos como das novelas, foram mudando, tal como o Uruguai.

Os contos do meu último livro — *Con y sin nostalgia* — procuram documentar imaginativamente — se assim se pode dizer — o que se passou no Uruguai nos últimos anos, desde antes do golpe de Esta-

do de Juan Maria Bordaberry e dos militares até aos anos que se lhe seguiram. Com os problemas que traz essa irrupção, agora já sim avassaladora, da política na vida.

Ainda que aqui no México certa crítica desfavorável que saiu, bastante agressiva por sinal, acusa o livro de panfletarismo e também o seu estilo, eu sinceramente penso que não o é. Nunca fui partidário da literatura panfletária, ainda que tenha feito leitura política, que é outra coisa bem diferente. E não me parece panfletário, pois o que está presente de alguma maneira nos contos desse livro é essa influência da política na vida quotidiana. Na relação entre pais e filhos intervem a política, na relação entre os estudantes, na relação entre amigos e irmãos e até na vida sexual intervem a política.

A LITERATURA E A POLÍTICA

— Dizes que não és partidário da literatura panfletária, mas da literatura política. Como pode então o escritor transmitir uma mensagem política nos seus livros?

— Eu não estou contra o panfleto. Estou contra a literatura panfletária. Penso que o panfleto é um género tão legítimo como qualquer outro, e que existem até

obras-primas, como por exemplo os que escreveram Marx, Lenin, Fannom, ou o Che.

Algumas vezes eu próprio, na minha actividade política, escrevi panfletos, assinados ou não. Agora literatura política sim. Mas que a política apareça como um elemento, como aparece a história, a psicologia, a antropologia, como aparecem tantas fontes dentro da obra literária. Evidentemente que a literatura política tem que aparecer e aparece, na generalidade, de acordo com a opção e as posições que tem o seu autor. Mas a literatura política, já que é literatura, tem primeiro que ser isso: literatura. Se não se cumpre as regras do literário e não existe como obra literária, a mensagem política que transmite pode inclusivamente desabar.

Existem muitos casos na literatura latino-americana em que um escritor se meteu a escrever friamente sobre um tema e sobre uma posição política que, ele pessoalmente, não assumiu. Geralmente, o resultado soa a ôco. Penso que é a mesma coisa que escrever poemas de amor quando não se está enamorado. Não é assim?

Creio que o processo tem que ser anterior. Quando o escritor se transforma como pessoa, como ser humano, como cidadão, então é lógico que o que escreva seja expressão dessa transformação. Pode gostar ou não gostar. Pode o leitor estar em total desacordo com essa posição, mas não lhe irá certamente soar a ôco.

— **Acreditas então na boa literatura como instrumento consciencializador?**

— Claro que sim. Penso que a arte em geral afia os instrumentos da mensagem política, da consciencialização, e quanto melhor for a arte mais longe irá chegar essa mensagem. Por isso, penso que o escritor, que de algum modo tem uma convicção política e a transmite através da sua arte, tem de pôr especial atenção nesse elemento artístico, porque não só está a ajudar a arte como também a própria mensagem política.

O ARTISTA E OS DIFERENTES GÊNEROS

— **Acaba de ser publicada no México *La casa e el ladrillo*, livro de poesia...**

— Esse é o género que mais me interessa, um pouco em contradição com o que me disseram os meus críticos. Talvez seja

por isso que é nele que escrevi mais livros. Não sei se gosto mais por vocação ou por ser nele onde posso dizer mais directamente o que penso e sinto. Porque quando se conta algo através de personagens de ficção, evidentemente que há coisas que se alteram, que se deformam, que variam.

Num poema quase sempre estou eu próprio, ainda que haja um livro, **Poemas de outros**, onde de algum modo são as personagens de ficção que escrevem os poemas. Inclusivamente, por vezes, personagens das minhas novelas escrevem alguns poemas nesse livro. Assim como **El cumpleaños de Juan Angel** é uma novela que se vê invadida pela poesia, **Poemas de otros** é um livro de poemas penetrado por uma técnica narrativa que consiste em imaginar como pensa e como sente determinado tipo (apesar do livro incluir uma secção denominada "Epílogos meus", onde, de algum modo, ponho o que penso sobre os "outros" do livro, sobre mim próprio, etc.).

— **E os teus ensaios?**

— Na minha obra de ensaio existe uma linha ideológica. Apesar de serem ensaios referidos à literatura. Para além dos livros de crítica literária, também eles, evidentemente, permeados pela política, escrevi livros directamente políticos; desde o velho País de la cola de paja, a **Crónicas del 71 y terremoto y después**. De modo que todos os livros reflectiram, creio, de alguma maneira, a trajectória política que eu descrevi.

TRÊS INFLUÊNCIAS DECISIVAS

— **Ha algum facto ou circunstância particular que tenha marcado a tua trajectória como escritor?**

— Há alguns episódios que tiveram especial importância para mim. Um foi a Revolução Cubana, outro foi a minha viagem aos Estados Unidos e o terceiro foi o meu trabalho directamente político no Uruguai.

A Revolução cubana foi importante, não somente para mim, mas também para a maior parte dos intelectuais uruguaios.

Éramos, então, um país que estava de costas para a América — digo nós como intelectuais — muito hipnotizados pela cultura europeia, mais que pela norte-americana. E dentro da cultura europeia,

ABAJO LA DICTADURA

primeiro pela francesa, e depois pela inglesa.

Na minha geração, a chamada "de 45", havia dois grupos que se agrupavam em torno da revista "CIR" e da revista "Numero". Era a gente da "CIR" que muitas vezes era alcunhada de "chauvinista", por se referir muito à literatura nacional. Aos da "Numero", pelo contrário, chamavam-nos "estrangeirados". Geralmente sabíamos ou podíamos ler em vários idiomas e introduzimos muitos autores estrangeiros no Uruguai.

Penso que essa influência teve também um aspecto positivo, levando-nos a ter um rigor e uma exigência de trabalho que não é de ignorar, ao não julgar a literatura nacional com favoritismos ou subjectivismo.

Depois apareceu a Revolução Cubana, e isso sacudiu-nos a todos tremendamente. Talvez porque era a primeira vez que o socialismo falava espanhol.

Então começámos a olhar para o nosso país e para o nosso continente. Posteriormente fui a Cuba. Para mim foi uma experiência nova, e muito estimulante, saber que se podia derrotar o imperialismo estando a tão pouca distância dele, e estando ele tão metido nas realidades da América Latina.

Viajei aos Estados Unidos antes de ir a Cuba, convidado pelo **American Council of Education**. A razão deste convite deve-se ao êxito bastante considerável que teve uma peça de teatro minha em Montevideo. Os norte-americanos dão sempre uma grande importância ao sucesso, e penso que foi por esse motivo que me convidaram.

Antes dessa viagem, se bem que dispusesse de informação e tivesse a minha opinião a respeito daquele país, com os seus

problemas de discriminação, com a intervenção na América Latina, não possuía ainda uma militância nesse sentido. Tudo o que havia feito até esse momento fora assinar contra o Tratado Militar com os Estados Unidos.

Mas a consequência dessa visita foi muito contraditória com o que esperavam aqueles que me convidaram. A partir desse momento, então sim, comecei a militar e a escrever — e faço-o até hoje — contra o imperialismo norte-americano. Recordo a todo o momento que estando uma vez a jantar com um poeta negro, comecei-lhe a fazer perguntas sobre os problemas do negro nos Estados Unidos. E ele disse-me uma coisa que para mim foi muito reveladora: "Como se preocupam vocês latino-americanos pelo problema do negro nos Estados Unidos! Sempre me chamou a atenção, até que por fim tive que procurar uma explicação, e cheguei à conclusão que o Departamento de Estado trata-vos a vocês como se fossem negros".

E o choque brutal que recebi devia-se a que eu, de alguma maneira me sentia identificado e tratado como eles. Evidentemente que não era só o problema do negro. É tudo o que gera a civilização do consumismo levado à sua máxima expressão. O que representa para o ser comum a carreira vertiginosa para atingir o conforto. Comprovar como a maior parte dos norte-americanos para chegar a esse conforto era obrigada a trabalhar como escravos. Como depois chegavam ao fim do dia tão exaustos que nem sequer podiam desfrutar desse conforto pelo qual se tinham sacrificado. Tudo isso se foi armazenando um pouco desordenadamente no meu espírito, que nos anos seguintes fui

procurando ordenar, ajustar e tratar de o expressar de forma mais ou menos coerente em contos, poemas, etc.

Nos próprios Estados Unidos, de Nova York mais exactamente, escrevi o meu primeiro texto anti-imperialista, que é um poema chamado **Cumpleaños en Manhattan**. Enviei-o ao semanário "Marcha" de seguida, e dois dias depois chamaram-me ao departamento que me havia convidado, para me perguntar se me estavam a tratar mal para que eu escrevesse aquele poema. Respondi-lhes: "não, estão até a tratar-me muito bem, tão bem que me estou a dar conta de muitas coisas".

Pedi, nesse momento, para visitar uma comunidade negra, e aí viver durante uma semana. Negaram-se. Então eu disse que voltava para o Uruguai. Acabaram por ceder a que fosse a uma Universidade exclusivamente de negros no Alabama.

Essa semana foi decisiva para mim, pois permitiu-me ter uma visão *sur le champ* — como dizem os franceses — do que é a discriminação nos Estados Unidos.

Recordo-me de uma conversa que tive com o Reitor da Universidade (que a mim me pareceu absolutamente branco). Perguntei-lhe: "Qual a razão porque é Reitor de uma Universidade negra?". Logo me respondeu: "Eu tenho um oitavo de sangue negro, sou negro."

Ele assumia completamente a sua condição de negro. E entre as coisas que me ia contando disse-me: "Sabe que para ter direito a votar há que fazer uma espécie de exame. Aparentemente é igual para todos, mas, evidentemente, os examinadores fazem perguntas a toda a gente. Se é um branco perguntam-lhe, por exemplo, qual é a capital de determinado Estado ou coisas nesse estilo. Quando foi a minha vez, perguntaram-me quantas janelas tinha a Casa Branca". Forma refinada de aplicar a discriminação.

NA FRENTE AMPLA

A terceira coisa que penso que teve muita influência na minha mudança, na minha evolução, é o trabalho político que realizei no Uruguai. Tive de trabalhar em Cuba de 68 até 71. A Casa das Américas havia-me encarregado de dirigir o Centro de Investigações Literárias, determinado momento considerei que devia

voltar ao Uruguai, já que a situação política se apresentava especialmente interessante, e entendi que não podia ficar à margem desse momento. E fui.

Pouco tempo depois de voltar ao Uruguai fundou-se a **Frente AAmpla**, e na base de uma reunião que juntou uma série de cidadãos independentes, criou-se o **Movimento 26 de Março** que pouco tempo depois se integrou na **Frente Ampla**. Desde a criação desse movimento integrei o secretariado executivo e depois, em representação do **26 de Março**, integrei a Mesa Executiva da Frente Ampla.

Foram dois anos de actividade impressionante, em que muito pouco consegui, salvo texto definitivamente políticos ou textos literários ou paraliterários que de algum modo estavam em função do político e que eu compilei num livrito que se chama "Letras de emergência".

Todo o contributo que para mim significaram esses dois anos de febril actividade política teve evidentemente, e continuará a ter, uma grande influência naquilo que escrevo. Nós intelectuais no Uruguai, por formação, provimos todos da classe médio, da pequena burguesia, e nunca estivemos demasiado integrados nos sectores mais populares do nosso país. Para mim essa experiência foi indelével.

Três, quatro vezes por semana ia fazer trabalho político tanto nos núcleos do Movimento 26 de Março como nos Comités de Base da Frente Ampla. E aí jamais se falava de literatura, ou pelo menos muito poucas vezes, apesar das pessoas saberem que eu era escritor. E inclusivamente nessas poucas vezes que se falava de literatura, as perguntas que me faziam em relação a algum conto ou novela ou poema, foram realmente para mim mais renovadores e interessados que aquelas que podiam ter feito os críticos ou os jornalistas em todas as oportunidades anteriores.

Deram-se um pouco a tónica da visão do leitor puro, assim, sem outras contaminações, face a um livro. Ao leitor ocorrem-lhe outras perguntas, tem outros interesses, outras preocupações que não são as do crítico literário que de algum modo está limitado pelos seus moldes profissionais.

— E que género de coisas te perguntavam?



cade...
terc...
ma U...
Rua da... 180 - S... - RJ
CEP 20.021 - Tel... 1957

Método de "persuasão" vulgarmente utilizado contra os patriotas uruguayos

— Como é que eu havia chegado a determinada personagem, em que factó real me havia baseado e a razão porque o havia feito. Por vezes eram perguntas de uma grande ingenuidade, mas também de uma grande limpidez, onde nunca havia segundos sentidos, que muitas vezes tem o crítico, ou o modo indirecto de perguntar uma coisa sem a dizer com franqueza, ou esse tipo de perguntas que já vêm com a resposta dada.

— Desde que começaste a escrever até à actualidade mudaram os objectivos, os motivos pelos quais fazes literatura?

— O motivo porque faço literatura é porque não posso fazer outra coisa. Penso que a vocação mais nítida que tenho é a de escritor. Mais que nenhuma outra. Muito mais do que a de político ou a de estenógrafo com que ganhava a vida. Não

posso passar sem escrever, e quando passo algum tempo sem o fazer começo-me mesmo a angustiar um pouco.

Esse é o meu modo de expressão.

Os objectivos alteram-se um pouco de acordo com as situações, de acordo com as próprias modificações que se vão produzindo em nós. Penso, porém, que o objectivo essencial continua a ser o mesmo, e que é o de querer comunicar-me com o leitor. Desde o momento em que o elemento central de tudo o que escrevi — o meu país, e mais do que o meu país, a capital, Montevideo — se modificou, também se altera aquilo que eu digo ao leitor.

— Tu nasceste no interior do Uruguai, em Paso de los Toros. No entanto és escritor da cidade...

— O que se passa é que eu conheço fundamentalmente a classe média uru-

cultura guaiá. Por vezes inclusivamente me criticaram com frequência pelo facto de nunca existirem operários nos meus contos ou nas minhas novelas. O que não é verdade. Por vezes aparecem. Mas o que é verdade é que aqueles que geralmente povoam as minhas histórias são personagens da classe média. O que não está correcto naqueles que me criticam é em pensar que isso reflete um menosprezo pela classe operária.

O que se passa é que eu para escrever sobre um país ou sobre um tipo de pessoa preciso de a conhecer, e para me meter dentro de uma personagem tenho de conhecer bem esse tipo de personagem. E realmente, o facto de ter tido pouco contacto com a classe operária e muito contacto com a classe média uruguaia, foi o que me levou a escrever muito sobre esta última. As vezes em que eu procurei meter um operário soava-me a falso, e então, por respeito, não o ponho.

O mesmo se passa com o Habitante de Montevideu. Quando escrevo contos, novelas, etc., todos se passam em Montevideu, e quando se desenrolam no estrangeiro, tratam-se de reacções desses habitantes a essas sociedades estrangeiras. Apesar dos anos que já passei em Cuba, nas duas fazes que ali permaneci (julgo somarem cinco anos) nunca escrevi uma crónica, uma novela que ali se passassem. Escrevi sim poemas com as minhas reacções pessoais em Cuba, ou um ensaio ou um artigo.

O problema é metermo-nos dentro de uma personagem, o que é muito complicado. A outra dificuldade é a linguagem. A classe operária tem a sua linguagem, como o tem o cubano, o mexicano ou o peruano. Com quem possui verdadeira segurança é com a linguagem do habitante de Montevideu e com o membro da classe média. Mas isso não implica que eu o elogie. Pelo contrário, penso que tanto nos meus contos como nas minhas novelas o castiguei bastante.

A ATITUDE DO LEITOR

— Pensas que o leitor latino-americano está a exigir do escritor uma mensagem que seja afim às suas próprias vivências e que a literatura pela literatura não lhe motiva tanto interesse?

— O que se passa é que o leitor também se vai transformando paralelamente,

digamos, com o escritor. Claro que em certos leitores há também uma exigência que por vezes é desmedida. Exige ao escritor coisas que não exige a outros sectores. E isso porque o escritor coloca as suas dúvidas, as suas preocupações, os seus erros e os seus prognósticos sobre o papel, enquanto outros sectores da sociedade o fazem por vezes conversando à mesa do café.

Com respeito à literatura latino-americana o que se passou foi que tivemos, ainda não muito distante, uma fase onde as influências mais importantes e notórias eram de estrangeiros: Hemmingway, Proust, Virginia Wolff, Joyce, eram as grandes influências sobre o escritor. Só depois começaram os latino-americanos como Neruda, Vallejo, Rulfo.

Mas penso que até isso hoje mudou e a grande influência sobre os escritores é a própria realidade. A prová-lo está o facto de três das últimas novelas dos três mais importantes narradores da América Latina se referirem ao ditador latino-americano, o que mostra a influência da realidade, porque, desgraçadamente, as ditaduras fazem parte, — uma parte abjecta, mas parte — da nossa realidade latino-americana.

A PENETRAÇÃO CULTURAL

— Isso quer dizer que o escritor que não vive nem assume a realidade, que pelo contrário lhe volta as costas, que continua a viver o período de 50, estaria a ser posto de lado?

— Bom, ainda existe uma massa de leitores que se interessa por esse tipo de literatura. Eu, por exemplo, adoro ler um bom conto fantástico ou uma linha histórica de amor. Penso justamente que a política ou a dimensão revolucionária que muitos escritores latino-americanos querem dar à sua literatura e ao ser humano nela retratado, é que se realize como tal, não só que se realize praticamente, mas o faça em todos os aspectos.

Veja-se, por exemplo, o que se passou na canção. A canção de amor pode estar totalmente alienada, e como exemplo típico dessa alienação temos canções de Sandro, Sabu, Palito Ortega ou as de Raphael. Por outro lado, e como reacção



Mário Benedetti: A fase sombria do Uruguai está a chegar ao seu fim

a isso, apareceram primeiro canções políticas realmente muito boas, com uma grande qualidade artística, digamos as canções de Viglietti, de Los Olimareños, de Zitarrosa e de outros.

Mas também apareceu depois como que uma epidemia de canção política, onde bastava simplesmente dizer uma palavra de ordem ou uma frase de mural, usurpando coisas que são muito legítimas. Porque também as paredes tem o seu estilo, e o seu rigor, a sua capacidade de comunicar.

Mas o que está numa parede não serve para uma canção. A canção que não é mais do que um panfleto, que não é praticamente canção, para mim não tem valor algum. Tem tanto como a canção "choradinho" que diz meia dúzia de balelas sentimentais. É por isso que me parece mais político que isso uma canção de amor que dignifique a mulher, que a considere não como um objecto de consumo, mas como um ser humano.

Nesse sentido creio que tiveram muita importância as canções de amor que fez a Nueva Trova Cubana. As suas canções de amor são nada mais que canções de amor. Mas cada uma é diferente da outra, como as mulheres também o são.

— Pnsas que a canção pode chegar a ser uma das formas subsidiárias da penetração cultural?

— Penso que sim. Esse tipo de canções do cantor comercial, canções onde não existe nunca um contexto, onde não existe sequer a família, o trabalho, que falam de um mundo irreal. Essas canções de amor do circuito comercial, são uma espécie de literatura fantástica, porque falam de um mundo que não existe.

Mas tão pouco é um mundo imaginário a partir de uma realidade (como muitas vezes sucede na literatura, em que um escritor prolonga as coordenadas da realidade, ultrapassa-a, prolonga a imaginação mas sempre na direcção que essa realidade lhe deu). Penso, no fundo, que essas canções cumprem uma função neutralizadora da juventude, coisa que para o imperialismo é muito importante.

É vital ter as grandes massas de jovens totalmente hipnotizados por esse tipo de canções, que geralmente surgem acompanhadas de ritmos muito estudados. A juventude tem sempre uma lógica, e uma natural tendência para o ritmo. Ainda que por vezes bailem ou se sintam apenas atraídos por uma canção devido ao seu ritmo, não esqueçamos que depois vem a

cultura letra, que se repete, que se repete...

Mas assim como a canção é uma forma subsidiária de penetração cultural, existem também outras, como a droga e a famosa penetração nas universidades através das Fundações.

O ARTISTA E AS BOLSAS

— E na literatura?

— Também, evidentemente. Mas não tão subsidiária. É o caso dessas Fundações que oferecem aos escritores grandes bolsas, sobretudo quando estes estão a sofrer grandes privações sob o ponto de vista económico. Por exemplo, a bolsa Goggenheim, que é muito oferecida, vai de 900 aos 2000 dólares, e para um indivíduo que de repente não tem com que comer em determinado período, é uma grande tentação.

Para além disso existem fundações que nem sequer tem uma exigência política. Não exigem ao escritor, no caso de aceitar a bolsa, ter de escrever a favor dos Estados Unidos ou coisas desse estilo. Mas existe uma pressão moral evidentemente. Alguém que tenha estado um ou dois anos a viver desses suculentos orçamentos tem depois uma pressão moral para não atacar o imperialismo, e se o faz vão surgir lógicas objecções tanto da direita como da esquerda. E isso sabe o imperialismo. Não pretendem impossíveis. Não esperam que um escritor que recebe uma bolsa se converta num partidário dos Estados Unidos, mas sabem que o neutralizam. E essa é uma das grandes tarefas da penetração cultural: neutralizar os artistas e os jovens.

Outras formas de penetração cultural é a proposta de que para conseguir a fama, para conseguir os prémios, as bolsas, as viagens, a difusão, o interesse por parte das editoras, há que partir da América Latina. Essa foi uma proposta muito insistente, sobretudo quando os famosos autores do "boom" viviam todos na Europa. Alguns já há 15 ou 18 anos. E aproveitaram-se desse facto para dizer: "Bom, os que conseguiram isso, foram os que partiram da América Latina".

Tudo isso ligado a um determinado tipo de afirmações de alguns críticos literários latino-americanos defensores desse tipo de penetração, que afirmavam: "O único lugar donde se pode ver bem a

América Latina é de Paris, para se ter uma visão global".

Outra forma que se deu, por exemplo na Argentina, mas também noutros países, foi através dos chamados "semanários para executivos". A proposta consistia em se fechar na palavra, que a palavra fosse a protagonista, ou seja converter a palavra num biombo onde o escritor se refugiasse e donde pudesse tranquilamente fazer as suas elocubrações, fechando as janelas para que o Mundo o não incomodasse.

O MODELO PROPOSTO

— E a propaganda comercial?

— Evidentemente que qualquer pessoa sabe se, quando aparece determinada propaganda política, a aceita ou não. O mesmo se passa quando aparece uma propaganda comercial que oferece um determinado produto; ou a pessoa o compra ou não. No entanto, nem sempre vemos com suficiente clareza quando a propaganda política se dá através da propaganda comercial. Quando estive em Buenos Aires, observei com muita atenção qual era a proposta dos anúncios sob o ponto de vista social. Na propaganda de uma motocicleta aparece-nos um mecânico que a usa para o seu trabalho. São os jovens que vão em fim-de-semana passear, percorrendo campos muito limpinhos, muitos lindos, cheios de "chalets" e mansões. Nunca aparecem as aldeias miseráveis. Se é anúncio de um cigarro, jamais aparece a mecanógrafa já meia doida com o seu trabalho e que de vez em quando fuma um. Não. É o "pay-boy" na cobertura de um iate, ao lado de uma tipa espectacular de tanga. É o modelo da classe ociosa que se oferece. Se é um champô não aparecem as lindíssimas morenas da América Latina. Aparecem sempre as loiras, muito loirinhas, que correm lentamente pela pradaria (a TV é o único lugar onde se pode correr lentamente).

O ESCRITOR FRENTE AO EXÍLIO

— Mario Benedetti, agora estás no exílio e uma boa parte dos teus leitores estão-o também. Isso coloca problemas evidentes. Gostaria que me falasses um pouco deles.

— Penso que os problemas do escritor

no exílio, se integram um pouco nos problemas do exilado em geral.

Aqueles que estamos exilados em países da América Latina temos a possibilidade de algum modo comunicar com outros povos. De constatar até que ponto os povos exercem na prática a solidariedade. Permite-nos sentir-mo-nos participantes dos seus problemas, das suas limitações, das suas realizações, das suas lutas, e penso que tudo isso irá ser muito mais importante para quando chegar o momento do nosso regresso, pois viajará também conosco para o Uruguai esta experiência de intercâmbio, este diálogo vital e dinâmico que tivemos com eles. E estou certo passará a ser parte integrante do ânimo e da atitude do novo Uruguai.

É evidente que nós uruguaios não eramos um povo habituado ao exílio. Este exílio, que foi monstruoso em termos de percentagem de população total, e que nos caiu em cima como um martelo na cabeça, e não nos encontrou preparados para ele. Estávamos sim habituados a receber exilados, sobretudo dos países vizinhos.

É por isso que a inserção dos uruguaios exilados espalhados por tantos países do Mundo foi sempre muito difícil e muito problemática. Sobretudo porque surge após uma derrota que em si mesma gera frustrações, limitações, ressentimentos, inibições, nostalgias.

Tudo isso, sobretudo no caso dos jovens, é muito paralisante, como também o é caso do intelectual ou do artista. Esse é o meu caso, ainda que eu tenha oportunidade — apesar de estar no exílio e sofrer-lo como qualquer outro de podê-lo expressar nos dois últimos livros: *La casa e el ladrillo* e *Con y sin nostalgia*.

Em *La casa e el ladrillo*, que é um livro muito mais subjectivo e muito mais carregado do factor emocional, procurei dar um pouco das minhas reacções de exilado. Procurei mesmo ultrapassar a nostalgia, a depressão, a frustração e de gerar, primeiro dentro de mim próprio, alguma forma de optimismo que não pareça como ficção, alguma forma de optimismo em que possa acreditar antes de a transmitir.

No entanto, penso que nós escritores que nos encontramos no exílio nos encontramos relativamente desconectados. Até porque estamos nos mais diferentes

países. Mas pelo menos com aqueles com quem eu tenho contacto sei que todos eles estão procurando transmitir aos seus contos, aos seus poemas, às suas novelas, a experiência destes últimos anos. Evidentemente que este terramoto político que se abateu, e que afectou a vida particular de cada um até aos últimos pormenores, não podia deixar de afectar a obra literária. Ou seja, o político aparece cada vez mais marcado por essa experiência. É uma reconstrução, uma autocrítica até, uma meditação sobre a difícil situação que se vive nestes momentos.

Ninguém consegue estar inteiramente inteirado do que está a fazer a gente dentro do interior do país. Creio que também lá dentro se deve estar a editar, a escrever — na clandestinidade — não só sobre a experiência que eles estão a viver, como também sobre as ausências. Porque se bem que os escritores tenham partido, não nos esqueçamos que também emigraram um milhão de uruguaios. Estão a viver a ausência de familiares, de seres que lhes são queridos, de professores, de alunos, de companheiros, de militantes.

De modo que penso que algum dia (oxalá seja em breve), quando se der o nosso regresso, seja possível tirar dos esconderijos o que escreveram os escritores que se encontram no interior. Uma e outra coisa irão ser complementares para dar uma imagem literária, uma imagem artística, do que se passou nos últimos dez anos e sobretudo nestes últimos cinco. Irá ser um importante testemunho e uma demonstração de que uma ditadura, por mais dura que seja, pode deixar ferida a Cultura, mas não a pode matar.

A CULTURA URUGUAIA NÃO MORRE

— Pensas, pois, que não é possível chegar no Uruguai a um genocídio cultural...

assine

cadernos do
**terceiro
mundo**

— Bom, penso que pode existir uma intenção de genocídio cultural, mas todo o genocídio, para realmente existir, tem de terminar com a morte. E eu penso que não conseguirão matar a cultura uruguaia. Essa intenção reflecte-se sim em pressões, em torturas. Há escritores, como Mauricio Rossencoff, um dos nossos melhores dramaturgos, que sofreram torturas terríveis. Nelson Marra, só por haver escrito um conto que para as autoridades se encontrava baseado no “justiciamento” de um torturador, encontra-se a sofrer uma pena de oito anos. Como o caso da prisão que sofrerão o dr. Carlos Quijano, Juan Carlos Onetti e Hugo Alfaro, justamente por haverem publicado esse conto. Encontra-se no sequestro e na desapareição de Julio Castro, um dos jornalistas e pedagogos mais destacados da América Latina.

Mas essa intenção de genocídio se expressa também de outras formas. A invasão da Universidade, a intervenção na mesma, acabando com a tradicional autonomia universitária, a proibição de obras de uma série de destacados autores tanto do presente como do passado, e entre estes encontra-se nada mais nada menos que José Pedro Varela, o nosso grande educador, que tem monumentos e praças em Montevideo, e que foi sempre um dos pilares da nossa história cultural.

Hoje é proibida a consulta na Biblioteca Nacional de um jornal que ele dirigia e que se chamava “La Paz”, porque foi aí que apareceu pela primeira vez um artigo de Marx, presume-se traduzido pelo próprio Varela.

Também da Biblioteca Nacional foram retiradas as obras de pelo menos dez escritores tanto da actualidade como do passado. Foram encerradas salas de teatro como *El Galpón*, uma das companhias mais criativas na América Latina. Foram fechados jornais e revistas, entre eles o semanário “Marcha” — depois de 40 anos de publicação — que havia sido uma tribuna importantíssima para a livre discussão dos problemas culturais, políticos, sociais e económicos não só do nosso país como de todo o continente. Caíram também sob censura muitos dos nossos melhores cantores populares como Viglietti, Zitarrosa, Los Olimareños, e chegaram mesmo a ser proibidos sete tangos de Carlos Gardel, precisamente por mencio-

narem paralisações de trabalho, greves, ou coisas desse estilo.

A ETAPA SOMBRIA CHEGA AO SEU FIM

— Como vês tu o futuro do Uruguai?

— Penso que esta fase sombria do Uruguai vai chegar ao seu fim. É uma etapa condenada, até pela História. E se bem que pudesse chegar ao seu fim devido às crises internas, que se estão a gerar, podem contribuir também para ele as pressões de todo o tipo que se exercem sobre o governo Uruguaio para que acabe com as torturas, para que proclame a amnistia, para se que restabeleça pelo menos a Constituição burguesa que violou.

De todas as formas, as forças opositoras em geral, e em particular as esquerdas, tem de chegar à unidade, pois penso que chegámos a uma fase em que temos de transformar a unidade, de uma mera palavra, num facto concreto e determinante. A unidade como palavra já cumpriu o seu ciclo, cumpriu a sua função, semeou os seus alertas. Mas como acontecimento político tem todo o futuro à sua frente.

Como afirmava o dr. Quijano num discurso que pronunciou num comício realizado no México em homenagem a Zelmur Michélini e a Héctor Gutiérrez Ruiz, na ocasião do segundo aniversário do seu assassinato, penso que é para que essa unidade seja viável temos de passar por todo o trabalho de autocritica rigorosa, temos de fazer concessões mínimas a todos os outros que integram essa possível unidade, temos que ser generosos, temos de ser respeitosos e pacientes.

Como afirmei uma vez num poema, penso que se não aprendermos com esta derrota, quer dizer que a merecíamos. E como penso que a não merecemos, que merecemos sim a vitória, temos que fazer todo o possível (e até o impossível) para nos pormos de acordo sobre alguns pontos que são fundamentais e essenciais antes do regresso. Temos que nos preparar para esse acontecimento, para que ele não nos apanhe de surpresa. E isso diz respeito evidentemente às forças de esquerda.

GUINÉ-BISSAU

uma escola que irradia

MARCOS Arruda, geólogo e economista brasileiro, é membro do IDAC (Instituto de Acção Cultural), que dirige o professor Paulo Freire, com sede em Genebra. Desde há dois anos que a sua actividade se tem voltado para os países africanos que recentemente alcançaram a independência, especialmente Guiné-Bissau e Cabo Verde, levando a cabo uma importante experiência no campo da alfabetização de adultos. Na sua passagem pelo México, visitou a redacção da nossa revista naquele país, concedendo-nos a entrevista que se segue.

Uma vez alcançada a independência, como encarou o governo da Guiné-Bissau as tarefas da educação?

Já desde antes da independência, nos tempos da luta de libertação, havia na Guiné-Bissau trabalhos nas áreas libertadas, no campo da alfabetização de adultos entre os combatentes, utilizando os métodos que Paulo Freire tinha desenvolvido no Brasil.

Actualmente, baseiam a sua experiência de nova educação em três origens. Primeiro, a educação tradicional, a que existia nos povos pré-coloniais e que continua a existir nas áreas onde não houve muita influência e penetração colo-



nia. Ensinava-se e aprendia-se ao mesmo tempo. Não existiam escolas mas havia um processo de formação dos mais jovens pelos mais velhos. Transmittiam-se assim as experiências e os conhecimentos fundamentais para a sobrevivência individual e da comunidade.

A segunda origem é a da escola colonial. Chegou o colonizador e impôs o seu poder e o seu sistema social e educacional muito diferente do primeiro. A sua missão não era integrar o indivíduo na sociedade, procurando desenvolvê-lo, mas pelo contrário tirá-lo do seu mundo, voltar a sua atenção para um mundo alheio, desafricanizá-lo. A sua intenção não era educar o africano, mas explorá-lo.

Escravos africanos alimentaram em mão-de-obra durante trezentos anos os países ricos. Nos anos recentes do colonialismo em África, sobretudo o português, realizaram-se esforços para criar escolas para os africanos. Pretendiam criar uma camada dirigente africana, capaz de defender os seus interesses, servir o Estado colonial e manter o seu poder sobre o seu próprio povo jogando um papel de intermediários.

A terceira origem é a da educação construída nas áreas libertadas durante a luta. Uma vez que o Movimento de Libertação conseguia controlar uma área do seu território, expulsando daí os colonialistas, procurava integrar a população dessa área num processo de reconstrução social, ao

guiné-bissau mesmo tempo que tratava de armar, fortalecer e formar para a autodefesa essa população. Uma educação diferente, com valores novos, com uma nova visão da sociedade e que procurava formar um novo tipo de homem, não voltado para os seus interesses tribais, mas relacionado com outras etnias e capaz de juntar esforços contra um mesmo inimigo.

Se bem que essa experiência educacional das áreas libertadas tivesse sido muito rica, estava limitada por se referir a um contexto específico.

Hoje em dia os desafios que se colocam são outros. A grande tarefa da educação é hoje a de aproveitar cada uma dessas origens para construir uma síntese que seja uma resposta adequada à nova etapa, a etapa de construção de uma sociedade nova.

Nessa estrutura colonial de educação, qual foi o papel que jogou a Igreja? Teve nas suas mãos a educação como arma colonizadora?

— Sim, teve. Mas nesse sentido devemos falar de duas Igrejas. Nos países de colonização portuguesa, a Igreja como instituição jogou um papel alienador, procurou dar a estrutura e a crença que justificasse a dominação colonial. Mas ao mesmo tempo, e à margem disso, houve indivíduos cristãos, inclusivamente sacerdotes e religiosas que procuraram apresentar uma alternativa. Claro que foram a excepção frente à instituição, e por isso mesmo foram considerados subversivos, foram perseguidos e expulsos dos seus países. E muitos deles

voltaram hoje e trabalham ao serviço do povo por quem lutaram antes.

O CRIOULO: LÍNGUA NACIONAL

Nesse plano de reconstrução de uma nova sociedade, o que sucederá com as línguas nacionais?

— Tivemos oportunidade de discutir essa questão na reunião de ministros da Educação de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste que se realizou em Bissau em Fevereiro deste ano. Uma das coisas que ficou em evidência nessa reunião, foi a relativa diferença de situações nesses países. Em três deles (Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) a realidade é semelhante. Ai se desenvolveu uma língua intermediária, uma língua nova, síntese do contacto entre o português e os povos africanos: o crioulo.

Esta língua própria, com autonomia, com uma estrutura própria também, que não é nem a do português nem o das línguas africanas, jogou e joga um papel muito importante como língua veicular. No caso da Guiné-Bissau, onde houve luta armada, o crioulo foi a língua utilizada pelo PAIGC como instrumento de comunicação entre diferentes etnias que resistiam isoladamente ao colonialismo. Uma vez conseguida a independência, o crioulo foi adoptado oficialmente como língua nacional da Guiné-Bissau. O português, língua oficial, é usado na educação e nas comunicações internacionais.

Existe uma má compreensão com respeito à

decisão do Governo de desenvolver o crioulo e as línguas nacionais. Na Guiné, algumas pessoas que não estão dentro do assunto, assim como em Portugal, afirmam que os governos da Guiné e de Cabo Verde querem pôr de lado o português. E não é isso. O objectivo a que se propôs o Conselho Nacional da Cultura da Guiné-Bissau e o Comissariado da Educação, é capacitar e desenvolver o crioulo, ensiná-lo e fazer com que todo o povo seja pelo menos bilingue: que fale e escreva a sua própria língua e o crioulo. E se possível trilingue: ou seja, que escreva e fale também o português, que continua e continuará a ser ensinado, mas não com o objectivo de ser língua veicular, mas como instrumento internacional e de aprofundamento de conhecimento para todos aqueles que o necessitem. Procura-se antes de tudo — e é esse o objectivo — conseguir uma síntese que reforce a unidade nacional e ao mesmo tempo seja revalorizada a experiência histórica e cultural dos povos desses países.

PORQUÊ PAULO FREIRE

Sabemos que o caminho da independência não se limita apenas ao aspecto político e económico, mas que implica também, como dizia Amílcar Cabral numa "reafirmação das mentalidades". Qual é então a relação entre a concepção e metodologia de Paulo Freire e esta nova realidade africana?

— A alfabetização, concebida como um trabalho

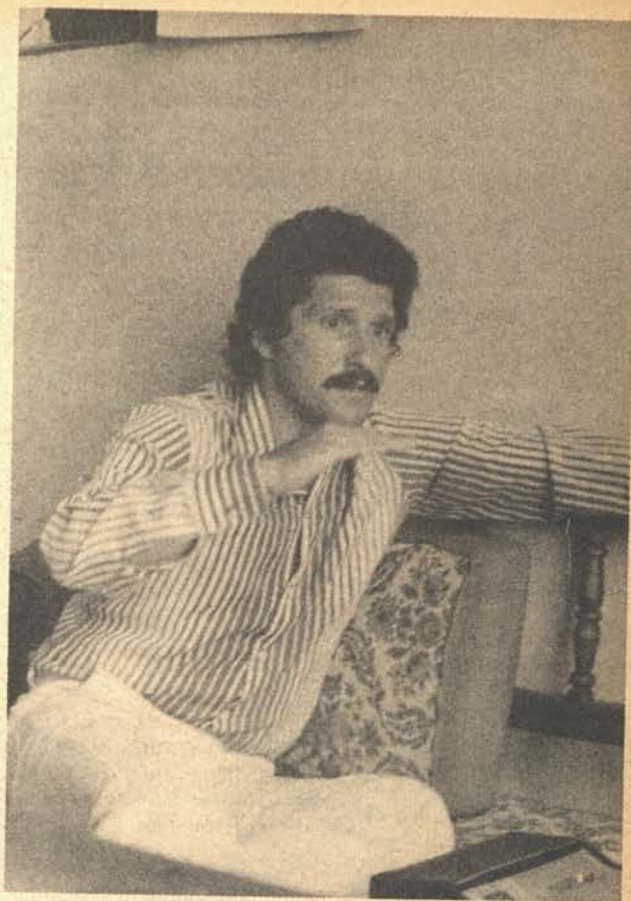
essencialmente político, onde se procura ajudar o povo, a tomar consciência da sua própria realidade com o objectivo de a transformar, é uma arma muito perigosa para os que detêm o poder, pois dá ao povo as faculdades de intervir na vida do país. Não é por casualidade que muitos dos que trabalham neste campo no estrangeiro somos exilados políticos, como é o caso inclusive de Paulo Freire. Da mesma maneira que não é por casualidade que os países que procuram construir uma nova sociedade tenham olhado para a História da Humanidade, tenham examinado as experiências sociais de outros países e tenham chegado à conclusão de que todos os modelos existentes são úteis na medida em que fornecem lições, mas como modelos não podem ser transplantados e reproduzidos nas sociedades africanas.

Procuram então novos caminhos usando a imaginação e a coragem histórica de experimentar. Nesse sentido é que procuraram a ajuda de pessoas como Paulo Freire que colocam exactamente isso: despertar e usar a imaginação do povo para construir uma nova sociedade com a sua própria participação.

A ALFABETIZAÇÃO

E sob o ponto de vista formal, qual é o alcance da alfabetização? Quais são as camadas da população que têm acesso a ela? É uma tarefa planificada e progressiva?

— Essa pergunta permite-nos ver toda a ambiguidade do proletariado. Por



Milton Arndt, o nosso entrevistado

um lado os partidos que dirigem esses países, colocam como objectivo histórico uma sociedade sem nenhum tipo de exploração, onde se superem todas as desigualdades sociais, culturais e económicas. Para se alcançar isso há que percorrer um longo caminho. E nisso o povo está de acordo. Mas, como caminhar para esse objectivo? Que novas estruturas é preciso criar? Que instituições? Que novas relações sociais? Que formas de produzir os bens para que não se alimente uma sociedade diferente da que que-

remos construir? A quem alfabetizar?

À partida queremos alfabetizar todo o povo e desejamos que todo o povo seja capaz de alcançar graus cada vez mais altos de conhecimento científico e de capacidade para construir esse novo país... Mas isso não é possível no imediato porque os recursos materiais e humanos da sociedade são muito limitados e porque as prioridades dos distintos sectores da população também são diferentes.

Mas este tema leva-nos à questão do desenvolvimento económico.

Qual é a grande tarefa que se coloca aos povos desses países? A primeira é superar as necessidades básicas para sobreviver. O colonialismo deixou-os muito pobres. Praticamente não deixou nada. Então o que se procura é que esses países que já são independentes politicamente comecem a sê-lo, cada vez mais economicamente.

Para isso têm de aumentar a sua produtividade e diversificar a produção dos bens que necessitam para sobreviver. O facto de ter que depender muito do exterior para comer, assim como a carência de quadros formados, que sejam capazes de desenvolver cientificamente todos os campos de vida da socieda-

de, é um dos obstáculos para se conseguir a independência total. Não se pode, então, pensar neste momento em alfabetizar toda a população. Há que fazê-lo gradualmente e definindo prioridades.

Como se definiram essas prioridades na Guiné-Bissau?

— Depois de estudar a realidade com os dirigentes do país, chegámos à conclusão que tínhamos que concentrar todos os esforços em dois campos fundamentais. Um, na génese que se tivesse desenvolvido mais politicamente, durante a fase da luta de libertação. Aí incluímos as Forças Armadas e os sectores civis da população que participaram mais directamente

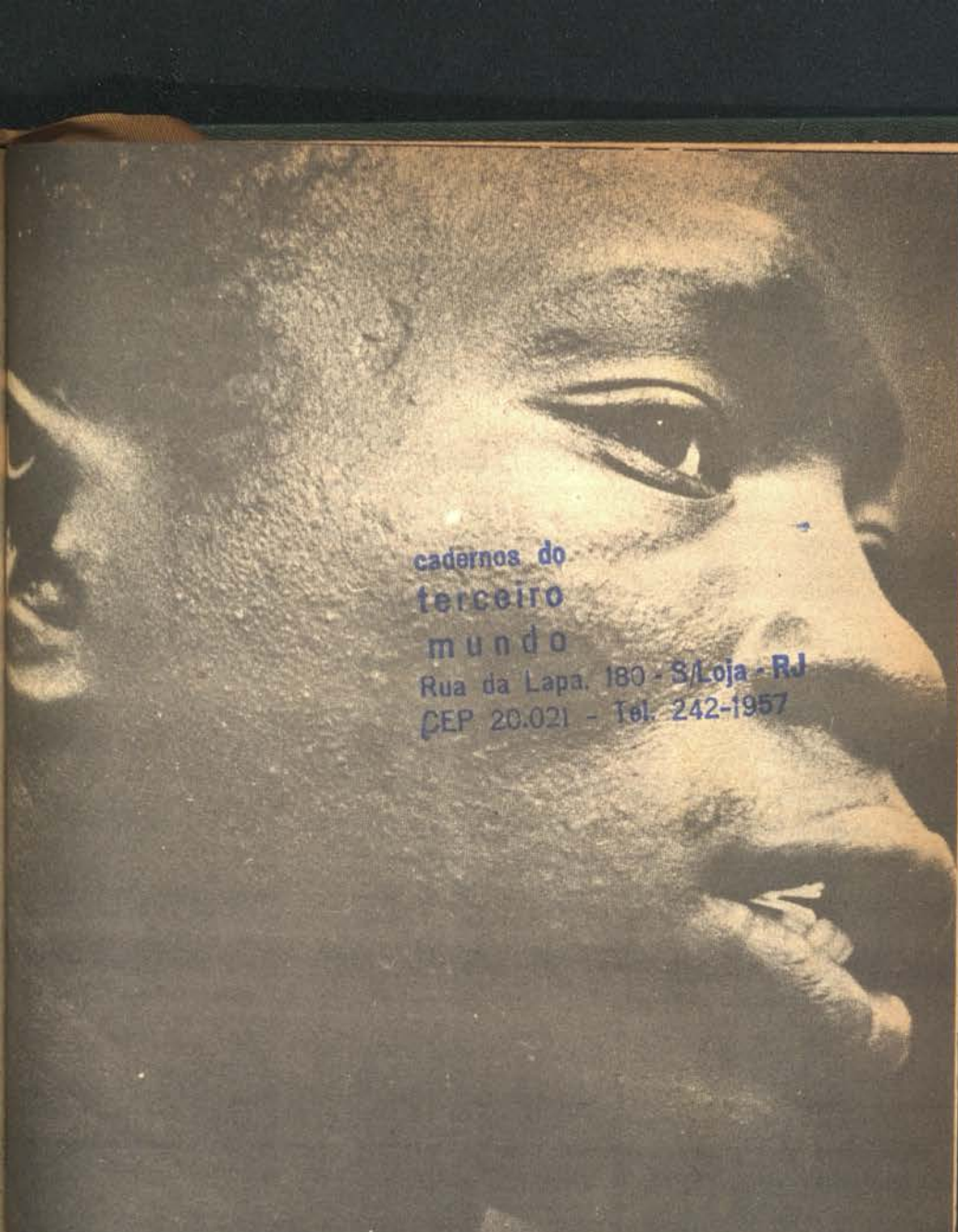
na luta de libertação, não só com armas, mas também na retaguarda, e que são analfabetos. Eles ao aprenderem a ler e a escrever o português, podem imediatamente aplicá-lo na sua tarefa de organização e educação do povo.

O segundo critério para seleccionar sectores da população para a alfabetização, é concentrar os esforços onde houverem projectos de transformação socio-económica, desenvolvidos pelo governo ou pelas comunidades, e onde o conhecimento do português pode ter uma utilidade imediata.

Mas ao fazer-se esta diferenciação dos alcances de uma alfabetização progressiva, não se corre o risco de



Apesar dos meios serem escassos, a educação é opção prioritária



cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Os olhos postos no futuro

criar uma educação selectiva e de certo modo elitista?

— Corre. Mas para evitar cair nisso procura-se que a escola passe a ter profunda ligação com a vida da comunidade e com o trabalho para a produção dos bens da sociedade. A escola então passa a formar parte da vida real do país e não é algo desligado que serve para formar indivíduos que

estão por cima do povo.

Na província de Cò, por exemplo, criou-se uma escola de formação de professores com o objectivo que citei antes. Têm uma horta e trocam conhecimentos com a comunidade sobre a forma de produzir, etc. Criaram um centro sanitário onde atendem a população e procuram ajudá-la a compreender um pouco sobre as suas doenças e

sobre as maneiras de manter a saúde. Junto deles procuraram criar grupos de alfabetização, círculos de cultura popular. Aí a alfabetização de adultos concebe-se de uma maneira mais geral, definindo diferentes campos de conhecimentos que vão ser desenvolvidos posteriormente.

A escola transforma-se assim num centro de irra-

dição de vida e de aprendizagem para as populações locais e ao mesmo tempo em motivo de emulação e mobilização, até mesmo política. Transforma-se num banco de recolha de dados sobre a vida e as tradições desses povos para poder aprender deles. O professor deixa de ser aquele que possui o monopólio de conhecimentos e transforma-se num professor-estudante e o estudante em professor que aprende e ensina ao mesmo tempo.

UMA EXPERIÊNCIA QUE NÃO PÁRA

Paulo Freire e a sua equipa chegaram à Guiné-Bissau na qualidade de cooperantes. Consideram vocês que se alcançou realmente uma transmissão de conhecimentos, e que eles estão em condições de continuar sozinhos essa tarefa?

— Sim, creio que o esforço que fazem os responsáveis da educação de adultos na Guiné-Bissau é notável, e que em pouco tempo chegarão a um nível muito alto de autonomia e capacidade de desenvolver o seu trabalho. A nossa presença reduz-se a uma assessoria, a um apoio que serve como estímulo à reflexão e à valorização.

Uma vez que a alfabetização gradual vai alcançando cada vez mais os distintos sectores da população, como se enquadram eles depois no processo produtivo do país?

— A população não alfabetizada já está integrada no processo produtivo. O povo da Guiné já é um povo de trabalhadores e possui conhecimentos acumu-

lados pela prática social, pela sua experiência de vida e de trabalho. A alfabetização é um novo instrumento que eles ganham para melhorar a vida. Ver a alfabetização exclusivamente como um mecanismo que permitirá ler e escrever é um conceito muito pobre. Trata-se de vê-la num sentido mais amplo, no sentido de ganhar a consciência crítica da realidade própria e a capacidade mais profunda de a transformar. O mais urgente às vezes não é ler e escrever; às vezes é a agricultura, os conhecimentos imediatos de técnicas agrícolas para melhorar a sua produção e a sua vida.

O problema da continuidade da educação coloca-se então de uma maneira diferente. Já não se trata de alfabetizar primeiro e pensar depois: e agora?, mas de conceber todo um programa de aprendizagem prática, procurando sempre satisfazer as necessidades pela própria realidade da comunidade e do país.

UMA LIÇÃO DE PACIÊNCIA

Para ti, latino-americano, qual é o ensinamento mais valioso deste trabalho em África?

— Creio que para os latino-americanos há muito que aprender em África. Uma das coisas que me ensinaram os povos africanos foi a paciência para atingir um objectivo histórico.

Amílcar Cabral havia afirmado que a tarefa do seu Partido era unir o seu povo em torno de um grande objectivo, a construção de uma nova sociedade, sem exploração. Parecia

que essa visão de nova sociedade estava muito para lá do horizonte. Para muitos era um sonho impossível. E Cabral respondia: "Há que ter sonhos impossíveis para que se transformem em possíveis".

E a nova sociedade apareceu no horizonte desses povos. Esse sonho impossível foi provado historicamente pela sua luta. Para nós, latino-americanos, isso foi uma grande lição, pois estamos acostumados a procurar resultados imediatos nas nossas acções. É uma característica de pequena-burguesia, especialmente da pequena-burguesia revolucionária que mudou as suas perspectivas de classe e procura hoje — como disse Amílcar Cabral — "atraiçoar" a sua classe ao aliar-se com a classe operária e trabalhadora.

Mas também havia uma pequena burguesia em África e ela também teve que passar pelo que Amílcar Cabral chamava de "suicídio de classe" ao entragar a sua vida e a sua fidelidade às raízes culturais e políticas que eram africanas.

É realmente uma lição essa paciência, essa coragem de enfrentar um desafio histórico que parece quase impossível não com a crença de que poucos sabem muito e que poucos são capazes de dirigir o destino de muitos, mas com a certeza de que é o povo quem faz a História, e que é com todos, com uma crescente maioria, que vamos conseguir vencer, não esquecendo o longo prazo, pacientemente, dia a dia, com vistas largas, mas sem perder o sentido do imediato.

Djibuti

A 27 de Junho de 1977 tornou-se independente o último enclave do colonialismo tradicional europeu em África. A antiga Costa da Somália, chamada Território dos Afars e Issas sob dominação francesa, tornou-se a República do Djibuti, o 49.º Estado africano.

Cento e quinze anos atrás, os franceses tinham-se estabelecido nesta região estratégica para controlar a saída do Mar Vermelho para o Oceano Índico. O território formava parte dos sultanatos somalianos que se estendiam pela actual Somália, parte da Etiópia (a disputada região do Ogaden) e parte do Quênia. A maioria somaliana foi chamada "Issa" pelos franceses, constituindo o grupo que sempre opôs uma valente resistência à colonização, enquanto a minoria de origem etíope, os "afars", pela sua tradicional rivalidade com os somalianos, tenderam à colaboração com os colonialistas. Ali Aref, um político de etnia "afars", foi durante muitos anos o governador interino do território, e instigou os conflitos étnicos para facilitar a dominação colonial.

Com as sucessivas independências africanas nos últimos vinte anos, a França aumenta as suas medidas de segurança e repressão no Djibuti. O pequeno enclave converte-se numa espécie de campo de concentração, com todas as suas fronteiras electrificadas e mais de 20 mil soldados ali mobilizados. Mesmo depois da independência, a França mantém no Djibuti bases militares terrestres, navais, aéreas e de mísseis.

A repressão não impediu o crescimento dos movimentos nacionalistas como a Frente de Libertação da Costa da Somália e a Liga Africana para a Independência, que combinaram formas de luta política legal e armada. A intensificação da resistência obrigou Ali Aref a renunciar, e a França convocou um plebiscito, a 8 de Maio de 1977, em que 85 por cento da população votou pela independência. Hassan Gouled, dirigente máximo da LPAI, assumiu o poder em condições iniciais

muito difíceis. Esforçou-se por superar a tradicional divisão étnica e constituiu um governo multirracial, com a inclusão de vários ministros "afars".

Embora mantenha o francês como língua oficial, o Djibuti foi aceite como membro da Liga Árabe, que tem contribuído generosamente para a recuperação da economia da jovem nação. Criado artificialmente por razões geopolíticas, o país depende do seu principal recurso, o porto através do qual a Etiópia canalizava 80 por cento do seu comércio exterior. A destruição da linha férrea Addis Abeba-Djibuti, em Junho de 1977, cortou esse fluxo, forçando o desértico país a importar cimentos de lugares mais longínquos, o que provoca demoras a custos mais elevados.

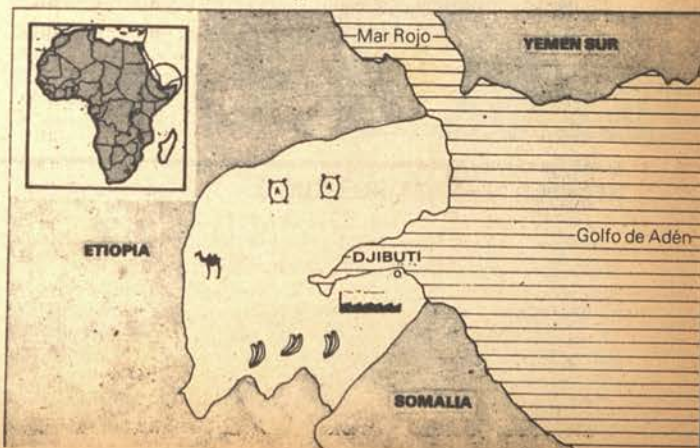
O Djibuti sofre directamente

as consequências do conflito entre Etiópia e Somália (disputa da região do Ogaden), e tenta manter uma difícil neutralidade para evitar um desastroso envolvimento. Apesar das suas disputas fronteiriças, os governos dos dois países vizinhos estão de acordo na necessidade de assegurar a independência do Djibuti, e abandonarem, por enquanto, as suas reivindicações sobre o pequeno território. O interesse da Etiópia pelo Djibuti é fundamentalmente económico e geopolítico, já que está em jogo a sua alternativa de saída para o mar, no caso de não poder manter a Eritreia. Para a Somália, a questão é sobretudo uma reivindicação histórica, coerente com a sua aspiração a reunificar a nação somaliana dividida pelas disputas colonialistas do passado.

REPÚBLICA DO DJIBUTI

Governo: Hassan Gouled, presidente **Capital:** Djibuti (100 000 h.) **Sueprficie:** 23 000 km². **População:** 200 000 h. **Idiomas:** somaliano, árabe e francês. **Festa Nacional:** 27/6 (Independência, 1977) **Religião:** muçulmana. **PNB per capita:** 300 dólares anuais. **Educação:** 9300 alunos em 28 escolas primárias e secundárias em 1977; 90 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para cada cem mil habitantes.

O Djibuti é membro pelas Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana, da Liga Árabe e do Movimento dos Países Não Alinhados.



Egipto

A Geografia tem determinado a grandeza e a tragédia do povo egípcio. A necessidade de cultivar racionalmente as terras fertilizadas pelas inundações do Rio Nilo impôs-lhe o desenvolvimento da geometria e da astronomia há sete mil anos atrás, embora esses avanços não tenham sido acompanhados pela justiça social, pois em 1910 um centésimo da população possuía 44 por cento das terras cultiváveis e o "fellah" (camponês) continuava quase na mesma situação dos tempos dos faraós.

Além dessas determinantes — Rio Nilo e desertos — o território egípcio tem uma grande importância geopolítica, desde antes da construção do Canal de Suez em 1869. Hititas, assírios, persas, gregos, romanos e turcos disputaram-no na antiguidade. Nos últimos séculos foram os franceses, ingleses e alemães. A França venceu a disputa pela construção do canal, mas o governo inglês, por meio de negociações secretas e subornos, conseguiu apoderar-se da maioria das ações da

Companhia do Suez.

Em 1922, os ingleses concedem a "independência" ao Egipto, coroando o rei Fuad I, mas conservam o controle comercial e militar do canal, além das plantações e da comercialização do algodão. O país foi reduzido a um mero protectorado.

Em 1948, o Egipto fecha o canal aos barcos do nascente Estado de Israel e trava a primeira guerra árabe-israelita. As vacilações e incoerências na condução do conflito despertam nos jovens oficiais egípcios a consciência de que não se podia enfrentar o inimigo sionista sem transformações profundas na sua própria Pátria. Essa consciência dá origem à organização dos "Oficiais Livres" dirigida pelo tenente-coronel Gamal Abdel Nasser, que em 1952 derruba o rei Faruk I, filho de Fuad. Em 1952 é proclamada a República, e em 1954 Nasser assume a chefia do Estado e inaugura uma modalidade de aliança entre os militares e o povo, num movimento nacionalista de projecção socialista, que passou a ser conhecido como "nasserismo".

A maioria dos "oficiais livres" egípcios eram de origem camponesa e os "fellahs" foram os primeiros beneficiados pelo novo regime com a Reforma Agrária decretada em 1952. Na Conferência de Bandung (1955), onde foram lançadas as bases do Não Alinhamento, Nasser desempenhou um importante papel, junto com Nehru, Chu En Lai e Sukarno, na



definição dos objetivos anticolonialistas e anti-imperialistas do Movimento.

Com a nacionalização do Canal de Suez em 1956, o Egipto foi invadido por tropas anglo-franco-israelitas. A agressão foi derrotada e fortaleceu a nação árabe. O nacionalismo de Nasser (o "raís") levou-o a uma política integracionista. A fusão com a Síria resultou na República Árabe Unida (1958), da qual a Síria separou-se em 1961, embora o Egipto tenha conservado o nome RAU até 1971.

Internamente a obra de maior envergadura foi a represa de Assuan, construída com a ajuda soviética e as rendas do Canal. Este foi fechado em 1967, após a guerra em que Israel ocupa a província do Sinai. Cinco anos depois, as forças egípcias destroem as ortificações israelitas e afastam a linha da frente para o deserto, o que permite restabelecer a sua soberania sobre o Canal. Foi a primeira vitória militar sobre o sionismo em 25 anos de conflito.

Após a morte de Nasser e sua substituição por Anwar Sadat, em 1970, a ala conservadora do Partido Socialista Árabe ganhou influência e impôs uma política pró-ocidental, que levou à denúncia dos acordos militares e comerciais com a URSS e outros países socialistas. Esta política direita levou o governo egípcio a alinhar com os Estados Unidos e com os regimes mais reaccionários da África, alinhamento que o tem levado até a agressões contra os países progressistas (a Líbia, em Agosto de 1977), a procurar um acordo com Israel sob auspícios das potências imperialistas e a criar sérios problemas na luta dos árabes e dos palestinianos contra o sionismo.



REPÚBLICA ÁRABE DO EGIPTO

Governo: Anwar Sadat, presidente. *Capital:* Cairo (6 000 000 h.) *Superfície:* 1 001 449 km². (apenas 55 039 km² habitados) *População:* 37 000 000 h. (56 por cento rural). *Moeda:* libra egípcia. *Idioma oficial:* árabe. *Festa Nacional:* 23/7 (Dia da Revolução, 1952). *Religião:* muçulmana. *PNB per capita:* 280 dólares anuais. *Educação:* 6 milhões de estudantes em todos os níveis. *Saúde:* um médico para cada 1600 habitantes.

O Egipto é membro pleno das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana, da Liga árabe e do Movimento dos Países Não Alinhados.



El Salvador

Apesar de ser o país mais pequeno da América Central, El Salvador tem, no entanto, a maior taxa de natalidade (3,7 por cento anual) e a maior densidade populacional do continente (200 habitantes por km²).

Integrado desde a conquista no (Vice-Reinado de Nueva España), El Salvador tentou separar-se do Primeiro Império mexicano de Iturbide em 1822 e proclamou a sua anexação unilateral aos Estados Unidos da América do Norte. A defesa da integridade territorial do seu país, por Iturbide, frustrou a manobra que bem ilustra a mentalidade laica da oligarquia local. Mas a balcanização produziu-se à mais tarde com a criação da Federação das Províncias Unidas da América Central (1824), e a sua posterior atomização em cinco Estados (1841).

O resto do século XIX foide instabilidade crónica. Entre 1837 e 1898, El Salvador teve 63 presidentes e quatro guerras internacionais com os países vizinhos. No meio de uma luta entre liberais e conservadores, consolidou-se no poder uma oligarquia latifundiária (produtora de café, algodão, e cana de açúcar), composta de duas mil famílias que, em 1966, possuíam a terça parte do território nacional. Esta oligarquia retrógrada chegou a qualificar de comunista o governo do coronel Arturo Molina (1972-1977) quando este, pressionado pelos Estados Unidos, pelo grande desemprego e pela baixa produtividade do latifúndio, propôs uma tímida reforma agrária.

O objectivo básico desse projecto era reduzir a taxa de desemprego e subemprego, que em 1876 afectava sessenta por cento da população economicamente activa. Essa situação ge-

rou nos últimos 30 anos uma intensa emigração para os países vizinhos. Em 1969, eram 300 mil os salvadoreños residentes nas Honduras. A situação desses emigrantes deu origem a conflitos entre os dois países que chegaram, em 1969, a confrontos armados, que foram batizados pela imprensa internacional como "a guerra do futebol", por terem sido desencadeados logo após uma partida entre as respectivas equipas nacionais.

Apesar do tratado de paz assinado em 1970, a tensão fronteiriça subsiste e o tráfego pela Estrada Panamericana continua interrompido para as exportações salvadoreñas, que são por isso obrigadas a pagar elevados impostos à Nicarágua e o transporte para o sul. Esse facto prejudica muito o incipiente processo de industrialização iniciada na década de 60. Graças à subida dos preços do café em 1976, El Salvador conseguiu superar as suas dificuldades económicas. O custo social dos planos de recuperação, entretanto, é bastante elevado, e a população marginal urbana aumenta consideravelmente, tendo sido estimada em um milhão em 1977, o que significa um quarto da população total.

A tensão social favoreceu o surgimento de um pequeno mas activo grupo de guerrilha urbana e a coligação dos partidos de

oposição legal chamada União Nacional Opositora (UNO), que agrupa o Movimento Nacional Revolucionário, a União Democrática Nacional e a Democracia Cristã, e que conta com o apoio tácito do Partido Comunista, ilegal. A UNO concorreu nas eleições de 1977 para a presidência, com um candidato militar, mas foi derrotada pelo candidato oficialista do Movimento de Conciliação Nacional.

A oposição denunciou as eleições como fraude, e nas manifestações que se sucederam houve dezenas de mortos e centenas de desaparecidos. Com a Universidade fechada, enquanto o descontentamento cresce no campo e aumenta a mobilização das massas populares da cidade, o governo do coronel Romero, de discutível legitimidade, pode endurecer e aumentar a repressão, fazendo jus à sua fama de "duro".



REPÚBLICA DE EL SALVADOR

Governo: Coronel Carlos Humberto Romero, presidente. **Capital:** São Salvador. (900 mil h.) **Superfície:** 21 393 km². (inclui nove ilhas no Golfo de Fonseca). **População:** 4 200 000 h. (60 por cento rural). **Moeda:** colón. **Idioma:** espanhol. **Festa Nacional:** 15/9 (independência, 1821) **Religião:** maioritariamente católica. **PNB per capita:** 480 dólares anuais. **Educação:** 71 mil estudantes em todos os níveis; analfabetismo: 45 por cento. **Saúde:** um médico para 4 mil habitantes.

El Salvador é membro pleno das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Sistema Económico Latino-americano (SELA), da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), do Mercado Comum Centro-americano (MCC) e do Grupo de Países Latino-americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA).

Emiratos Árabes Unidos

"Costa de Piratas" era como se chamava a região, no século passado, em razão dos assaltantes que aí se refugiavam. A pirataria serviu de pretexto ao Império Britânico para estabelecer, em 1820, um tratado de "proteção" com os emiratos locais. Na prática, isso terminou por colocá-los sob a tutela da frota britânica, que até mesmo em 1969 interveio militarmente na área por causa de uma disputa em torno da ilha de Abu Musa.

Em 1971, a Grã Bretanha coordenou com os Estados Unidos a sua retirada formal da região. Os emiratos de Dubai, Sharjah, Ajmán, Umm-al-Kaiwan, Fujairah e Abu Dhabi formam então uma federação a que posteriormente se integra Ras-al-Kaimah, enquanto o Bahrein e o Qatar preferem permanecer autônomos.

Nações de recalcitrante fanatismo religioso, os emiratos ofereceram tanta resistência à penetração dos "infieis" que se retardou até 1958 o início da busca do petróleo nas suas costas. Depois, em poucos anos, a federação passou a produzir um

milhão e meio de barris diários de petróleo cru, modificando profundamente a vida dos nômadas e pescadores de pérolas, e atraindo os modernos piratas: as multinacionais do petróleo.

Despertou ao mesmo tempo a cobiça do vizinho Irão, que em 1971 ocupou militarmente duas estratégicas ilhas no estreito de Hormuz, e mais tarde passou a exercer um virtual protetorado sobre os emiratos. A isso se soma a infiltração clandestina de imigrantes iranianos, que hoje chegam a constituir 20 por cento da população local. O expansionismo do Xá, desde o primeiro momento, teve que enfrentar a resistência dos governos progressistas do Iraque e do Yemen Democrático e, mais tarde, também a Arábia Saudita começou a preocupar-se com a presença militar do Irão no que considera a "sua" península.

Em 1974, o governo de Ryad aceitou reconhecer os Emiratos e solucionou com eles uma velha disputa fronteiriça sobre a região petrolífera do Oásis de Buraimi. A tática saudita deu os seus frutos, e, em 1976, o regime de Abu Dhabi foi o único membro da OPEP a apoiar a Arábia Saudita nas suas manobras para evitar novos aumentos do preço do petróleo.

Conforme a política delineada pela OPEP, os Emiratos já têm o controle maioritário sobre o petróleo do seu subsolo e aspiram à nacionalização completa antes do fim da presente

década. No entanto, a sua política de extração e comercialização continua a ajustar-se aos interesses das multinacionais, o que é coerente com o carácter conservador dos seus dirigentes.

Os Emiratos são regimes feudais ultra-conservadores. A única lei escrita é o Corão e o desporto predileto dos grandes senhores é ainda a caça ao faisão. Internamente, a maior preocupação do xeque Zayed bin Sultan, que preside à federação desde o início, é preservar a unidade, constantemente ameaçada pelas disputas entre os xeques, que manejam cada qual as suas próprias finanças e o seu próprio exército.

Como símbolo dos propósitos unificadores, o país projecta a construção de uma nova capital, exactamente na fronteira interna entre Abu Dhabi e Dubai, os dois emiratos maiores que, na prática, concentram a vida política e económica da União. A constituição de um exército federal único seria o passo seguinte. Mas as dificuldades serão ainda maiores neste caso, já que o enorme potencial bélico de Abu Dhabi (com sete mil homens armados do que há de mais sofisticado no arsenal produzido pelas potências ocidentais) é utilizado não apenas para apoiar a política externa pendular entre o Irão e a Arábia Saudita, mas também para exercer a sua supremacia sobre os restantes emiratos.

A inevitável modernização e progressiva industrialização do país vem gerando novas forças sociais, com o surgimento de uma camada de técnicos, assalariados, operários (em grande parte estrangeiros) e militares, que paulatinamente se distanciam do feudalismo. A eles é dirigida a propaganda anti-imperialista e socializante da Frente para a Libertação do Golfo, uma organização estreitamente ligada às guerrilhas que lutam no vizinho Oman contra o Sultão Quabus, e que certamente terá muito que dizer nos próximos tempos.



EMIRATOS ÁRABES UNIDOS

Governo: Cada um dos sete xeques é o monarca absoluto no seu emirato; reunidos em Conselho resolvem os assuntos gerais da federação. **Capital:** Abu Dhabi (60 000 h.) **Superfície:** 83 600 km². **População:** 350 000 h. **Idioma:** árabe **Festa Nacional:** as festas religiosas islâmicas, particularmente os três últimos dias do Ramadão, em fins de Setembro. **Moeda:** dirham. **Religião:** muçulmana. **PNB per capita:** dez mil dólares anuais. **Educação:** 50 mil estudantes em todos os níveis; analfabetismo: 80 por cento. **Saúde:** um médico cada 1400 habitantes.

Os Emiratos Árabes Unidos são membros plenos das Nações Unidas, da Liga Árabe, da OPEP e do Movimento dos Países Não Alinhados.

as vozes da áfrica
revolucionária

N.º 414 — 10 DE SETEMBRO — 1978 — 15\$00
Angola 25 Kwanzas Portugal 25 escudos

Tempo

LINHA DA FRENTE



ENTREVISTA COM
PRESIDENTE SAMORA

**DENUNCIADO
PROJECTO
DE NOVO
"ACORDO INTERNO"**

Estruturação do Partido

DOSSIER

Caju Industrial

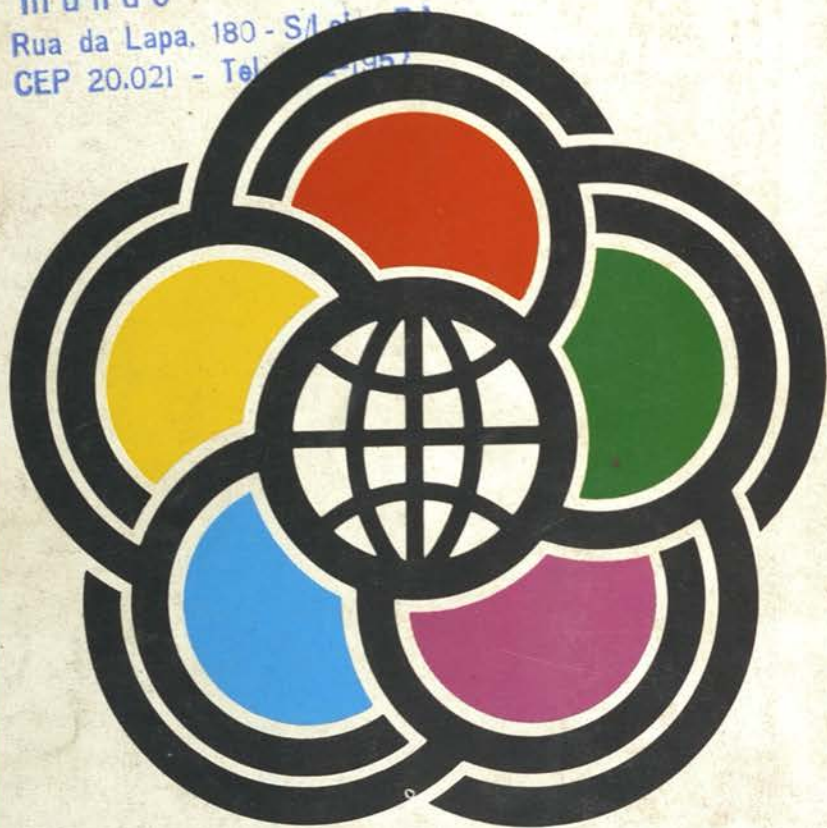
AGRICULTURA EM NIASA

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — República Popular de Mocambique

CUBA 78

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - São Paulo - SP
CEP 20.021 - Tel. 419.157



**XI FESTIVAL MUNDIAL
DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES**

Pela solidariedade anti-imperialista
a paz e a amizade